



Instituto Universitário de Lisboa

**Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História**

**Maria de Lourdes Pintasilgo na UNESCO
1975-1981**

Raquel Valente dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História
Moderna e Contemporânea, especialidade de Política, Cultura e Cidadania

Orientador:
Doutor Luís Nuno Rodrigues
Professor Associado (com Agregação)
Departamento de História, ISCTE-IUL

Outubro, 2018

DEDICATÓRIA

“Tinhas o rosto sereno, calmo e sempre vivo

E o meu corpo pequeno, mas tão emotivo

Não te sabe lembrar sem chorar

Eras da minha alma, da minha casa

Eu era tua costela

Dormia na tua sala, na tua asa

Quente como a chama de uma vela

E agora não te tenho, só te lembro

E gosto de te cantar

Guarda um cantinho da tua nuvem

Para um dia eu lá morar”¹

Em memória do meu tio, António. Infelizmente, a vida não lhe permitiu presenciar esta etapa. Certamente ficaria orgulhoso, como sempre, pelo que tenho alcançado. Obrigada por todo o seu amor. Quem amamos fica para sempre.

¹ Excerto da música “Nuvem” da autoria de Carolina Deslandes

AGRADECIMENTOS

À minha família por todo o apoio. Por me mostrarem o quão importante é ser-se trabalhador e não baixar os braços. Obrigada por me deixarem seguir os meus sonhos. Ao meu pai pelo seu esforço em ajudar-me a alcançar aquilo que a vida a ele não permitiu. Obrigado pai por confiares sempre em mim e me deixares seguir o meu caminho. À minha irmã Beatriz, que apesar de ainda não saber o que é a vida universitária sempre apoiar a mana com palavras bonitas. Aos meus tios por serem uns verdadeiros pais e por me darem sempre tanto. A vocês estarei eternamente grata.

Um profundo agradecimento ao professor Luís Nuno Rodrigues por me guiar ao longo deste projeto. Obrigada pelo seu profissionalismo, sabedoria, paciência e por sempre me incentivar a fazer melhor. Não teria chegado até aqui sem a sua preciosa ajuda.

Ao Zé Miguel pela paciência, pelo companheirismo, pelas críticas construtivas e por compreender a minha ausência sempre que necessário.

Aos amigos por nunca me faltarem com as palavras de apoio. Um agradecimento especial à Sofia Domingues, à Débora Mendes e à Tatiana Castro, amigas de infância, que mesmo não sabendo o que é fazer uma dissertação sempre me incentivaram. À Rosa Ana pelos seus conselhos e amizade. Obrigada Rosa por em diversas ocasiões me entenderes melhor que ninguém. À Cátia pela forte amizade estabelecida durante a licenciatura e que permanece forte até aos dias de hoje. Obrigada pela tua presença nos momentos mais difíceis.

A todos os funcionários do ISCTE-IUL, em especial aos docentes do Departamento de História, uma palavra de apreço pelos últimos cinco anos.

Aos funcionários do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em especial aos seus arquivistas, o meu agradecimento pela sua simpatia e disponibilidade.

RESUMO

A 1 de Março de 1965, Portugal aderiu à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada em novembro de 1946. A permanência portuguesa na organização foi sempre marcada pela relação hostil que Portugal manteve com a Organização das Nações Unidas (ONU), devido à intransigência portuguesa em prosseguir com a sua política colonial. Após sucessivas condenações, Portugal decidiu abandonar, em 1972, o seu estatuto de membro da organização, justificando a sua decisão com o apoio da UNESCO aos movimentos independentistas.

Com a implantação da democracia em Portugal, consequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, procurou-se estabelecer ligações diplomáticas com a comunidade internacional. Logo em setembro de 1974, ocorreu o reingresso português na UNESCO sendo nomeada Embaixadora, em julho de 1975, Maria de Lourdes Pintasilgo.

Com a presente dissertação pretende-se compreender a reinserção internacional e a redefinição da política externa portuguesa no período democrático; analisar em que medida a ONU e suas agências especializadas foram uma prioridade para Portugal após o 25 de abril de 1974; investigar o processo decisório que levou ao pedido de reentrada na UNESCO e quais as razões da escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo; e por fim, identificar as áreas de atuação da Delegação Portuguesa, a sua relação com as restantes delegações e o seu contributo para a reinserção de Portugal em organismos internacionais no período democrático.

Palavras-Chave: Democracia; Maria de Lourdes Pintasilgo; ONU; Política Externa Portuguesa; UNESCO

ABSTRACT

On March 1st, 1965, Portugal joined the United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) created in November 1946. The hostility between Portugal and the United Nations (UN), a result of the Portuguese intransigence to maintain a colonial policy, has always influenced the Portuguese presence in the organization. In 1972, after several condemnations, Portugal decided to drop out from its status as a member of UNESCO, vindicating that the organization was a supporter of the independence movements.

After the Revolution of April 25th, 1974 and the subsequent proclamation of the democracy in the country, Portugal tried to re-establish diplomatic relations with the international community. In September of the same year, Portugal re-joined UNESCO and, in July 1975, Maria de Lourdes Pintasilgo was appointed ambassador of the organization.

This essay intends to understand the international reinsertion and the redefinition of the Portuguese foreign policy during the democratic period; to analyse how the UN and its Specialized Agencies were Portugal's priority after the Revolution of April 25th 1974; to investigate the decision-making process that led to the request to re-join UNESCO and the reasons behind Maria de Lourdes Pintasilgo's decision; and, lastly, to identify the areas covered by the Portuguese delegation, its relation with the other delegations and what contributed it had to reinsert the country in international organisms during the democratic period.

Keywords: Democracy; Maria de Lourdes Pintasilgo; United Nations; portuguese foreign policy; UNESCO

Índice

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	IX
CRONOLOGIA	XI
INTRODUÇÃO	1
O ESTADO DA QUESTÃO	3
CAPÍTULO I: ONU, UNESCO E PORTUGAL (1945-1974).....	11
1.1 A ONU.....	11
1.2 A UNESCO	14
1.2.1 O Comité Internacional de Cooperação Intelectual e o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual	14
1.2.2 A criação da UNESCO.....	16
1.3 Relações Portugal, ONU e UNESCO.....	20
CAPÍTULO 2- O 25 DE ABRIL E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA	33
CAPÍTULO 3-O REGRESSO DE PORTUGAL À UNESCO EM 1974	43
CAPÍTULO 4- MARIA DE LOURDES PINTASILGO: BREVE BIOGRAFIA	51
CAPÍTULO 5. MARIA DE LOURDES PINTASILGO NA UNESCO	61
5.1 A criação da Missão Permanente em Paris.....	61
5.2 19ª Conferência Geral da UNESCO (NAIROBI, 1976)	65
5.3 A visita do Diretor-Geral da UNESCO a Portugal em 1977	72
5.4 20ª Conferência Geral da UNESCO (Paris, 1978).....	76
5.5 Em defesa do português: língua de trabalho na UNESCO?	80
5.6 A exoneração ao cargo.....	85
CONCLUSÕES	92
BIBLIOGRAFIA E FONTES	97
ANEXOS.....	107

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AD- Aliança Democrática
AG- Assembleia Geral
AHD – Arquivo Histórico-Diplomático
AMLP- Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOS- Arquivo Oliveira Salazar
CAME- Conferência de Ministros Aliados da Educação
CDS- Partido do Centro Democrático Social
CICI- Comité Internacional de Cooperação Intelectual
Coord.- Coordenação
CS- Conselho de Segurança
Dir.- Direção
EUA – Estados Unidos da América
FCF- Fundação Cuidar o Futuro
FCSH-UNL-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
IICI-Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
IST - Instituto Superior Técnico
JSN- Junta de Salvação Nacional
JUC-Juventude Universitária Católica
JUCF- Juventude Universitária Católica Feminina
M - Maço
MFA- Movimento das Forças Armadas
MNE- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPF – Mocidade Portuguesa Feminina
MUDJ- Movimento de Unidade Democrática Juvenil
NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte
n.º - número
ONU – Organização das Nações Unidas
Org. - Organização
p. – página
PCP - Partido Comunista Português
pp.- páginas

PPD- Partido Popular Democrático

PS- Partido Socialista

PT. – Pasta

RDA- República Democrática Alemã

RFA- República Federal Alemã

SDN- Sociedade das Nações

SED- Partido Socialista Unificado da Alemanha

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Vol.- Volume

CRONOLOGIA

1946

- 4 de novembro: criação da UNESCO.

1961

- 8 de novembro: publicação do Decreto-Lei n.º 44017 através do qual se define uma representação de Portugal junto da UNESCO, através da nomeação de um observador permanente.

1965

- 11 de março: adesão de Portugal à UNESCO.

- 24 de maio: nomeação de Carlos Lemonde de Macedo para chefe da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO.

1966

- 29 de novembro: UNESCO suspende a participação de Portugal nos seus trabalhos.

1971

- 12 de julho: o Governo português comunica à UNESCO a sua decisão de se retirar da organização.

1972

- 31 de dezembro: Portugal abandona formalmente a UNESCO.

1974

- 16 de maio: Mário Soares assume o MNE.

- 11 de setembro: reingresso de Portugal à UNESCO.

1975

- 30 de junho: publicação do Decreto-Lei n.º 329/75 que define a criação de uma Missão Permanente em Paris.

- 2 de julho: publicação da Portaria 411-A/75 que estabelece a composição da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO.

- 31 de julho: Maria de Lourdes Pintasilgo assume a chefia da delegação portuguesa na UNESCO.

1976

- 26 de outubro/ 30 de novembro: realização da 19ª Conferência Geral da UNESCO em Nairobi.

1977

- 7/10 de agosto: Visita do Diretor-Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M´Bow, a Portugal.

1978

- 24 de outubro/ 28 de novembro: realização da 20ª Conferência Geral da UNESCO em Paris.

- 4 / 13 de abril: realização de uma reunião da UNESCO na Fundação Calouste Gulbenkian.

1979

- 17 de julho: criação de uma Comissão Nacional na UNESCO através da promulgação do Decreto-Lei n.º 218/79.

1980

- 3 de janeiro: assume o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral.

1981

- 11 de junho: promulgação do Decreto-Lei n.º 55/81 que exonera Maria de Lourdes Pintasilgo do cargo de embaixadora de Portugal junto da UNESCO.

INTRODUÇÃO

Em consequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, a posição de Portugal no que respeita a matéria de política externa registou importantes mudanças. De acordo com Thomas Bruneau “abriu-se a uma multiplicidade de ligações, contactos, compromissos e interações, que foram fundamentais na formação do atual regime democrático.”²

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo as relações Portugal-UNESCO (1975-1981) analisando-se em que medida a reinserção portuguesa no sistema internacional, após o 25 de Abril de 1974, possibilitou o restabelecimento das relações com a UNESCO e qual o contributo de Maria de Lourdes Pintasilgo durante esse processo.

A escolha do tema é justificada na sequência do crescente interesse pessoal pela problemática da participação portuguesa em organizações multilaterais. Acrescente-se o facto de, embora a historiografia portuguesa se ter dedicado ao estudo da reinserção internacional após a Revolução de Abril, verificar-se uma ausência de estudos sobre a participação de Portugal nas organizações multilaterais, neste caso específico sobre a sua participação portuguesa na UNESCO.

Sobre o período cronológico delimitado, a presente dissertação situa-se entre os anos de 1975, marcado pela criação da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO e pela nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo para assumir a sua liderança, e o ano de 1981, momento em que Pintasilgo foi oficialmente exonerada do cargo de embaixadora, após decisão do Governo da Aliança Democrática, liderado por Francisco Sá Carneiro, e cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros era então, Diogo Freitas do Amaral. De realçar que apesar de definido este âmbito cronológico procedeu-se, sempre que necessário, a alguns recuos temporais.

Os principais objetivos desta dissertação são: compreender a reinserção internacional e a redefinição da política externa portuguesa no período democrático; analisar em que medida a ONU e as suas agências especializadas foram uma prioridade para Portugal e porquê; investigar o processo decisório que conduziu ao regresso português à UNESCO e quais as razões da escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo para ocupar o cargo de embaixadora; identificar as áreas de atuação da Delegação Portuguesa, nomeadamente nas 19ª e 20ª Conferências Gerais da UNESCO e a sua relação com as restantes delegações; e, por fim, estudar o processo de

² Bruneau, Thomas (1982), “As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia”, *Análise Social*, Vols. 72-73-74, p. 885.

exoneração ao cargo de Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto embaixadora de Portugal em Paris.

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo e visando alcançar os objetivos definidos, optou-se por dividir a dissertação em cinco capítulos. No primeiro capítulo abordamos as origens da criação da UNESCO, enquanto agência internacional das Nações Unidas, de modo a compreender quais os ideais que a norteiam e o modo como se organiza. Ainda neste capítulo, procedeu-se a uma contextualização dos contactos estabelecidos entre Portugal e a UNESCO entre a década de 40 e inícios da década de 70.

Já no segundo capítulo, observou-se a reinserção internacional portuguesa após o 25 de abril de 1974 com o objetivo de compreender quais os contactos retomados e/ou finalmente estabelecidos já no período democrático.

No terceiro capítulo, explorou-se quais os procedimentos adotados pelo Governo português de modo a reingressar à UNESCO, que como teremos oportunidade de observar, se iniciam logo em 1974 sob a iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros de então, Mário Soares.

Uma vez que a presente dissertação se destina, igualmente, a analisar qual o contributo de Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto embaixadora de Portugal junto da UNESCO, considerou-se necessário referenciar o seu percurso profissional, de modo a compreender-se os meios por onde se movimentou antes de assumir o cargo em 1975. Esta análise foi desenvolvida no capítulo quatro.

Por fim, no quinto e último capítulo, foco principal desta dissertação e dividido em seis subcapítulos, explorou-se as primeiras ações desenvolvidas para a criação da Missão Permanente na UNESCO, as razões da nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo e a instalação da Missão em Paris; analisou-se as ações desenvolvidas pela delegação portuguesa nas 19ª e 20ª Conferências Gerais da UNESCO realizadas em 1976 e 1978 respetivamente; debruçámo-nos sobre a visita do Diretor-Geral de UNESCO a Portugal no ano de 1977, e de que modo essa visita permitiu avanços nas relações Portugal-UNESCO em diversas áreas; estudou-se a posição de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a possibilidade da introdução do português como nova língua de trabalho da UNESCO durante o ano de 1978; e, por fim, investigou-se o processo de exoneração de Maria de Lourdes Pintasilgo ao cargo de embaixadora, iniciado em 1979 e finalizado no ano de 1981.

Convém realçar que ao longo da dissertação se procurou evitar que o estudo recaísse somente no contributo de Maria de Lourdes Pintasilgo, não sendo descurado, sempre que se considerou necessário, o contributo de outros intervenientes.

Relativamente à metodologia adotada, uma vez inserida na área disciplinar da História, a presente dissertação exigiu um amplo trabalho de investigação. A nível de fontes primárias, foi consultada documentação do Arquivo Oliveira Salazar, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; as pastas da UNESCO depositadas no Arquivo Histórico-Diplomático, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo³, organizado pela Fundação Cuidar o Futuro. A consulta destes arquivos revelou-se de enorme relevância, permitindo compreender os contactos e as ações estabelecidos por Portugal na UNESCO.

Para a realização desta dissertação recorreu-se, igualmente, à análise de imprensa portuguesa, consultada na Biblioteca Nacional de Portugal e na Fundação Mário Soares e, sempre que possível, a imprensa estrangeira, através de recolha feita a partir de recortes de jornais enviados pela Missão Portuguesa em Paris. O recurso a documentação da UNESCO foi possível de aceder eletronicamente, através do website da própria instituição. Por fim, revelou-se de grande importância o recurso à História Oral, através da entrevista realizada ao professor Luís Sousa Lobo, Conselheiro Científico da Missão Permanente na UNESCO durante o período em estudo.

O ESTADO DA QUESTÃO

Na presente secção, pretende-se refletir sobre o que tem sido escrito sobre a temática em estudo. Analisando a produção bibliográfica sobre Maria de Lourdes Pintasilgo, concluiu-se que a bibliografia existente tende a privilegiar, essencialmente, o seu contributo a nível nacional ou a análise dos traços da sua personalidade e pensamento, em prejuízo do seu desempenho a nível internacional.

Em 2007 foi publicada uma biografia, realizada em contexto não académico, da autoria de Luísa Beltrão e de Barry Halton, na qual os autores analisaram o percurso de Maria de Lourdes Pintasilgo desde a sua infância em Abrantes, passando pelo percurso académico em Lisboa, e pelo seu desempenho profissional a nível nacional e internacional até 2004.⁴

Maria de Lourdes Pintasilgo nasceu em Abrantes em 1930. Sempre boa aluna, ingressou no Instituto Superior Técnico (IST) para cursar Engenharia Química no ano de 1947. Foi

³ Recentemente parte do espólio foi entregue ao Centro de Documentação 25 de abril da Universidade de Coimbra encontrando-se ainda em fase de tratamento.

⁴ Beltrão, Luísa e Barry Katton (2007), *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História.

precisamente nesse ano que aderiu à Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF), sendo a sua ação nesta organização objeto de estudo do livro de Ana Filomena Leite Amaral.⁵ A autora analisou os anos de 1952-1956, período em que Maria de Lourdes Pintasilgo presidiu à JUCF e organizou, em conjunto com Adérito Sedas Nunes, o Primeiro Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica.

No âmbito da sua participação na vida política, Maria de Lourdes Pintasilgo ocupou o cargo de Ministra dos Assuntos Sociais durante o III Governo Provisório e fundou, em 1975, a Comissão da Condição Feminina. As suas preocupações com as questões femininas foram desenvolvidas no estudo de Vânia Duarte, datado de 2011, que teve como principal intuito dar a conhecer Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto defensora dos direitos das mulheres e destacar a importância da sua obra na construção da história dos feminismos em Portugal. Segundo a perspetiva da autora, Maria de Lourdes Pintasilgo pode ser entendida como feminista, mas em diferentes graus de intensidade ao longo da sua vida. “Feminista, porque lutou pela causa das mulheres; feminista porque transpôs para o espaço público a preocupação de uma vida, a luta pela melhoria das condições de vida das mulheres e a tornou numa questão política. (...) Pintasilgo foi ainda a principal impulsionadora do feminismo de Estado em Portugal e, como resultado, muitos dos direitos adquiridos das mulheres portuguesas se devem à criação do que é hoje a Comissão para a Igualdade de Género.”⁶

Também Ana Cristina Assis, num estudo datado de 2012, destacou que Maria de Lourdes Pintasilgo defendia que “a ação das mulheres passa pela procura de uma via em que a sua afirmação não se limite ao mimetismo das atitudes masculinas. Só assim será possível uma emancipação relativamente aos estereótipos masculino e feminino que oprimem homens e mulheres.”⁷

Já sobre o seu mandato enquanto Primeira-Ministra, Ana Tavares publicou em 2010, um artigo sobre reações na imprensa à nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo para Primeira-Ministra do V Governo Constitucional (agosto de 1979-janeiro de 1980). A autora explorou,

⁵ Amaral, Ana Filomena Leite (2009), *Maria de Lourdes Pintasilgo. Os anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)*, Coimbra, Edições Almedina.

⁶ Duarte, Vânia (2011), *Memória silenciada. O percurso feminista de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Dissertação de Mestrado em Estudos Feministas, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 86.

⁷ Assis, Ana Cristina (2012), *Reconhecer-se além-fronteiras: Ecofeminismo e o Pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo* Porto, Edições Afrontamento, p. 119.

Sobre o assunto ver ainda: Coutinho, Maria Antónia (2012), “As mulheres no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo”, *Faces de Eva*, n.º 27, pp. 9-25.

sucintamente, algumas peças jornalísticas de *O Jornal* e do *Expresso* e dividiu cronologicamente o seu estudo utilizando as balizas de 13 de Julho de 1979, data em que o Presidente da República, António Ramalho Eanes, “anunciou a sua decisão de marcação de eleições legislativas intercalares, de dissolução da Assembleia da República e de nomeação de uma personalidade que assumisse a chefia de um executivo ministerial, com o objetivo central de preparar o processo das eleições intercalares, a par naturalmente dos assuntos decorrentes da gestão governamental”⁸ e o dia 11 de Agosto de 1979, justificando esta delimitação por ser ao longo desse período que se observou um maior número de textos jornalísticos dedicados a Maria de Lourdes Pintasilgo. Ana Tavares salientou as resistências que Pintasilgo enfrentou no exercício das suas funções políticas, nomeadamente, o facto de a política ser dominada pelo género masculino e a generalidade dos jornalistas não manifestarem preocupação nas questões da concordância utilizando, frequentemente, o termo “Primeiro-Ministro”.

A este respeito merece também ser sublinhado o estudo de Carla Martins, publicado em 2013,⁹ o qual destacou como aspeto significativo na imprensa a polémica em torno do título correto a utilizar, Primeiro-Ministro ou Primeira-Ministra, e ainda as reações à ascensão de uma mulher à chefia de um governo. A autora considerou que entre os anos 1970 e a década passada foi visível “uma evolução no sentido de uma maior naturalização da participação política feminina e da ultrapassagem de esquemas dicotómicos e estereotipados de representação.”¹⁰ Carla Martins reforçou ainda que “o protagonismo das mulheres nos primeiros gabinetes está muito centrado na figura de Maria de Lourdes Pintasilgo. Foi a única mulher a figurar no I Governo Provisório, como Secretária de Estado da Segurança Social, e antes do 25 de Abril fora nomeada como Secretária de Estado da Assistência.”¹¹

⁸ Tavares, Ana Cristina (2010), “Maria de Lourdes Pintasilgo. Primeira-Ministra do V Governo Constitucional em busca das reações na imprensa”, *Ex-Aequo Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, p. 78.

Ver: Tavares, Ana Cristina (2011), *Maria de Lourdes Pintasilgo Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. O olhar da Imprensa*, Dissertação de Mestrado em Questões de Género e Educação para a Cidadania, Évora, Universidade de Évora.

⁹ Martins, Carla (2013), *Mulheres, política e visibilidade mediática: as lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa, FCSH-UNL, p. 134.

¹⁰ Martins, Carla (2015), *Mulheres, Liderança Política e Media*, Lisboa, Alêtheia Editores, p. 15

¹¹ Martins, Carla (2013), *Mulheres, política e visibilidade mediática: as lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa, FCSH-UNL, p. 134

Já em 2013, foi elaborada uma dissertação de mestrado sobre a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às eleições presidenciais de 1986. Inicialmente, as sondagens foram-lhe favoráveis, mas acabou por se verificar uma queda excessiva das mesmas, acabando Maria de Lourdes Pintasilgo derrotada. Catarina Teixeira apontou como razões preponderantes para esta derrota “a política nacional, os interesses pessoais, a mentalidade, a inexperience política, os poucos recursos económicos e a personalidade da própria Maria de Lourdes Pintasilgo.”¹²

Sobre a personalidade de Maria de Lourdes Pintasilgo, Marília Carrilho na sua tese de doutoramento, realizada em 2015, explorou a importância das noções de cuidado e responsabilidade para Maria de Lourdes Pintasilgo, a qual defendia uma sociedade mais humana “em que o afeto e a justiça sejam os elos que liguem os seres humanos entre si e os conduzam a um caminho comum.”¹³ Ainda dentro da mesma questão, Isabel Allegro de Magalhães defendeu que a preocupação que Maria de Lourdes Pintasilgo demonstrava para com o outro adveio, provavelmente, de duas grandes influências: o Cristianismo e a Filosofia. “A primeira está presente desde os primeiros escritos, apesar de se registar um decréscimo com o passar dos anos. Já a influência da segunda é verificável a partir da década de 70, mantendo-se até ao final da sua vida, sendo mais constante e profunda a partir dos anos oitenta.”¹⁴

A nível internacional, o reconhecimento de Maria de Lourdes Pintasilgo tornou-se evidente, sendo convidada para importantes cargos a nível diplomático e, inclusive, sendo embaixadora de nomeação política (sem ser de carreira), após o 25 de Abril de 1974. Saliente-se que o acesso de mulheres a carreira diplomática advém apenas do conjunto de alterações originadas pela implementação da democracia em Portugal, sendo o primeiro concurso a que tiveram oportunidade de concorrer datado de 13 de novembro de 1974. A este propósito, convém recordar que entre 1926 e 1974, o recrutamento dos diplomatas era feito através de

¹² Teixeira, Catarina (2013), *O impacto das mulheres na vida política: a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Covilhã, Universidade da Beira Interior, pp. 79-80.

¹³ Carrilho, Marília Rosado (2015), *A fundamentação filosófica das noções de cuidado e de responsabilidade no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Tese de Doutoramento em Filosofia, Évora, Universidade de Évora, p. 23.

¹⁴ Magalhães, Isabel Allegro de (2010), “A dimensão do cuidar e a resignificação do espaço público no pensar e agir de Maria De Lourdes Pintasilgo”, *Ex-Aequo Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, pp. 37-51.

Para aprofundar o assunto é interessante a leitura de Duarte, Irene Borges (2010), “A fecundidade ontológica da noção de cuidado. De Heidegger a Maria de Lourdes Pintasilgo”, *Ex-Aequo Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 2, pp.151-131.

concurso público ao qual só se poderiam candidatar “cidadãos do sexo masculino com mais de 21 anos e menos de 35, habilitados com uma licenciatura em Direito, Economia ou Histórico-Filosóficas.”¹⁵

Sobre o desempenho das mulheres na carreira diplomática, destacou-se o estudo de Maria Amélia Paiva, no qual a autora defendeu que mesmo depois dos progressos alcançados em matéria de igualdade de género nos últimos trinta anos, continua a não ser totalmente garantido que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades. Para a autora, os fatores que justificam esta sub-representação das mulheres são “os critérios e os processos de seleção e progressão, que utilizam valores masculinos e, por último, e não por terem menor importância, as dificuldades de conciliação da vida profissional e familiar.”¹⁶ Sobre o assunto, refira-se também a dissertação de mestrado de Isabel Lemos, publicada em 2009, que analisa a participação das mulheres na carreira diplomática. A autora referiu os exemplos de Maria Francisca Isabel de Sabóia e de Maria de Lourdes Pintasilgo. Enquanto embaixadora de Portugal junto da UNESCO, afirmou Isabel Lemos, Maria de Lourdes Pintasilgo “defendeu, em nome de Portugal, uma UNESCO mais cooperante, onde a ajuda multilateral, o desenvolvimento cultural e as ligações culturais entre os diversos países fossem uma realidade cada vez mais próxima.”¹⁷

Quanto aos estudos dedicados especificamente às relações portuguesas com a UNESCO, constatou-se que são escassos, destacando-se um artigo da autoria de Luís Nuno Rodrigues, que analisa o período de 1945 (criação da UNESCO) a 1965 (adesão de Portugal). Segundo o historiador, desde a fundação da UNESCO “a relação entre o Estado português e este organismo caracterizou-se, sob o ponto de vista de Portugal, por uma constante avaliação e reavaliação das vantagens e das desvantagens inerentes à nossa participação naquele organismo.”¹⁸ Ultrapassado o período de indecisões, o regime português finalmente solicitou a adesão no ano de 1965.

¹⁵ Oliveira, Pedro Aires (2006), “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926- 1974)”, *Análise Social*, Vol. 178, p. 151.

¹⁶ Paiva, Maria Amélia (2003), “A Mulher na Diplomacia Portuguesa” in Maria Madalena Requiça, (Coord), *Visões de Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa / Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 190.

¹⁷ Lemos, Isabel (2009), *As mulheres na carreira diplomática: 1974 a 2004*, Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Lisboa, ISCTE, p. 44.

¹⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2006), “Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965)”, *Relações Internacionais*, n.º 12, p. 179.

As relações Portugal-UNESCO estiveram sempre diretamente ligadas às relações portuguesas com a Organização das Nações Unidas (ONU). Para David Castaño,¹⁹ após o fim da Segunda Guerra Mundial, verificou-se um interesse por parte de Oliveira Salazar numa adesão de Portugal às Nações Unidas. No entanto, como aludiu Fernando Martins, se por um lado, os portugueses desejavam resolver rapidamente a admissão à ONU, por outro lado, uma possível adesão à organização colocava o nosso país submetido a um conjunto de regras que criariam muitos incómodos no domínio colonial.²⁰

Portugal tornou-se membro de pleno direito da ONU apenas a 14 de dezembro de 1955. Num contexto internacional marcado pela descolonização, o colonialismo português era um fenómeno tardio e como seria esperado, a entrada portuguesa na ONU aumentou a visibilidade da questão colonial portuguesa. Conforme demonstrou Aurora Almada Santos,²¹ a situação tornou-se insustentável a partir de 1960, ano em que se verificou a independência de dezassete novos Estados, todos africanos, bem como a aprovação de um conjunto de resoluções relacionadas com a recusa portuguesa em aceitar fornecer informações quanto aos seus territórios coloniais.

Na ONU consolidou-se uma maioria favorável à descolonização, enquanto o Governo português mantinha-se intransigente, agarrando-se de acordo com António Duarte Silva, “desesperadamente a um velho sonho do passado: conservar um império colonial solidamente amarrado à metrópole.”²² A atitude portuguesa teve graves consequências. Nas palavras de Nuno Severiano Teixeira, Portugal defrontou-se “com o espírito anticolonialista” que dominava a Assembleia Geral (AG) da ONU e, conseqüentemente, “com o isolamento e a hostilidade da comunidade internacional face à política colonial portuguesa, que a ONU refletiu e veiculou até à descolonização portuguesa depois de abril de 1974.”²³

Sobre a UNESCO, enquanto organização, destacou-se o estudo de Fernando Valderrama, publicado em 1995, no qual o autor refletiu sobre os principais objetivos da

¹⁹ Castaño, David (2015), “Portugal e a ONU. A primeira aproximação”, *Relações Internacionais*, n.º 47, p.14.

²⁰ Martins, Fernando (2015), “A crise da paz-Portugal e a Organização das Nações Unidas. Das origens à admissão (1945-1955)”, *Relações Internacionais*, n.º 47, p.59.

²¹ Santos, Aurora Almada e (2011), “A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”, *Relações Internacionais*, n.º 30, pp. 63-68.

²² Silva, António E. Duarte (1995), “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*. Vol. XXX, p. 38.

²³ Teixeira, Nuno Severiano (2000), “Portugal no mundo-século XX”, *Janus- Anuário de relações exteriores*, p.101.

organização: contribuir para a livre circulação de ideias entre povos, e incentivar a realização de estudos sobre a educação, a diversidade cultural e os problemas relacionados à manutenção da paz. Fernando Valderrama defendeu que a UNESCO deveria exercer uma influência de maior alcance do que o seu antecessor, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, e que deveria ser “uma associação dos povos, não de governos.”²⁴

Outra autora pertinente para o estudo da UNESCO é a historiadora francesa Chloé Maurel. A autora defendeu, que aquando da sua criação, a organização foi considerada uma esperança para “governar” as relações internacionais de forma mais democrática e pacífica.²⁵ Analisando as questões diplomáticas e políticas, dentro da própria instituição, Chloé Maurel salientou a divisão entre Ocidente/Oriente, a qual dificulta a ação da própria agência e destacou ainda algumas falhas estruturais da própria organização: demasiada burocracia, nepotismo nas nomeações, tensões sociais internas, que em conjunto explicam as dificuldades da UNESCO em impor os seus ideais.²⁶ Segundo a autora, a localização em Paris e o papel importante dos Estados europeus dentro da organização, conduz a que muitas das suas ações se concentrem, essencialmente, na Europa.²⁷

Por fim, mais recentemente, em 2016 foi publicada a obra *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts* da autoria do historiador dinamarquês Poul Duedahl. Ao longo da sua obra, o autor defendeu a importância das organizações internacionais, locais onde se trocam conhecimentos e perspetivas, além das fronteiras nacionais. Poul Duedahl analisou as iniciativas da organização, como estas são transmitidas aos Estados-membros, de que modo cada um deles as implementa, como são aceites pelas diferentes populações e que efeito têm nas suas mentalidades.²⁸

Finalizada a análise de literatura relevante para a compreensão do nosso estudo, concluiu-se que a investigação a que nos propomos desenvolver não foi explorada na área da His-

²⁴ Valderrama, Fernando (1995), “The birth of UNESCO and the First General Conference” in *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO, p. 23.

²⁵ Maurel, Chloé (2010), “Le rêve d'un « gouvernement mondial » des années 1920 aux années 1950. L'exemple de l'UNESCO”, *Histoire Politique*, n.º 10, p. 19.

²⁶ Maurel, Chloé (2010), *Historie de l'UNESCO : les trente premières années :1945- 1974*, Paris, L'Harmattan.

²⁷ Maurel, Chloé (2012), “L'UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les Cahiers Irice*, n.º 9, p. 62.

²⁸ Duedahl, Poul (2016), *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

tória. Por esse motivo, considera-se que assim que concluída, a nossa investigação poderá constituir uma referência para o estudo da participação portuguesa junto das organizações internacionais, concretamente, para as relações estabelecidas entre Portugal e a UNESCO durante o período em estudo.

CAPÍTULO I: ONU, UNESCO E PORTUGAL (1945-1974)

1.1 A ONU

“O surgimento das organizações internacionais constitui um dos factos mais marcantes da história das relações internacionais no século XX.”²⁹

Após a vitória aliada na Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações (SDN)³⁰ constituiu a primeira experiência de uma organização política multilateral com o objetivo de criar uma ordem internacional mais pacífica e totalmente diferente. Como grande impulsionador teve o Presidente americano Woodrow Wilson, o qual “ambicionava substituir o sistema europeu, baseado na diplomacia secreta e na balança de poderes”,³¹ por uma associação de nações fundada no princípio da autodeterminação dos povos, onde todos os Estados teriam igualmente direito ao respeito pela sua independência e integridade territorial. Wilson apresentou a sua proposta a Lloyd George, Primeiro-Ministro inglês, e a Georges Clémenceau, Primeiro-Ministro francês, os quais a discutiram³² e negociaram juntamente com os tratados de paz.

No projeto da SDN ressaltavam três pilares essenciais: “a segurança coletiva, resultante do princípio de que a ameaça a um representa uma ameaça a todos; a arbitragem como meio normal de resolução de conflitos; e a limitação de armamentos.”³³ Apesar de ser um projeto ambicioso, a SDN acabou por se tornar um fracasso.³⁴ Para Manuel de Almeida Ribeiro e

²⁹ Ribeiro, Manuel de Almeida e Mónica Ferro (2004), “Introdução” in *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, p.17.

³⁰ Sobre a SDN ver: Ostrower, Gary (1995) *The League of Nations From 1919 to 1929, International Cooperation Towards Peace in the 20^a century*, Nova Iorque, Avery Publishing Group.

³¹ Pinto, Maria do Céu (2010), “Criação e princípios básicos” in *O papel da ONU na criação de uma nova ordem mundial*, Lisboa, Prefácio, p. 28.

³² De acordo com António José Fernandes, a França propunha que a SDN devia dispor de uma força militar capaz de vigiar a Alemanha e de fazer respeitar os tratados de paz, tornando-se um verdadeiro instrumento de segurança coletiva. A Inglaterra, por sua vez, era hostil ao militarismo internacional, desejando uma sociedade que, exercendo uma pressão moral sobre os Estados, garantisse a paz. Ver: Fernandes, António José (1980), “A Organização das Nações Unidas” in *Organizações Políticas Internacionais: ONU, OEA E OUA*, Lisboa, Presença, pp. 61-62.

³³ Ribeiro, Manuel de Almeida e Mónica Ferro (2004), “Criação e princípios básicos” in *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, p.47.

³⁴ O Congresso Americano chumbou a proposta e os EUA nunca participaram na SDN. Os planos expansionistas das grandes potências continuaram: a invasão da Manchúria pelo Japão e da Etiópia pela Itália; a Alemanha reocupou a Renânia, anexou a Áustria e invadiu a Checoslováquia; e a URSS

Mónica Ferro, a organização teve, no entanto, dois feitos muito úteis: desencadeou a constituição de outras organizações internacionais, “com fins específicos ou âmbito geográfico mais limitado” e permitiu que a análise das causas do seu fracasso fossem evitadas aquando da criação da ONU.³⁵

Logo a 14 de agosto de 1941, ainda antes do fim da Segunda Guerra Mundial, o Presidente americano, Franklin Roosevelt, e o Primeiro-Ministro inglês, Winston Churchill,³⁶ assinaram a Carta do Atlântico, documento que afirmava um conjunto de princípios, entre os quais “o direito dos povos a escolherem a sua forma de governo; o direito dos países à segurança das suas fronteiras”; a igualdade de todos os Estados “no acesso às matérias-primas e participação no comércio”; a cooperação entre os Estados; “a redução dos armamentos e a segurança coletiva”, entre outros.³⁷

Após a entrada dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Segunda Guerra Mundial, em 1941, vinte e quatro Estados assinaram, a 1 de janeiro de 1942, a Declaração das Nações Unidas, que para além de reafirmar os princípios consagrados na Carta do Atlântico, acrescentava-lhes a liberdade religiosa e manifestava a solidariedade das Nações Unidas contra as potências do Eixo (Alemanha, Japão e Itália).³⁸

Posteriormente, já em novembro de 1943, EUA, Reino Unido e URSS assinaram a Declaração de Moscovo, na qual exprimiram o seu interesse em criar, logo após o término da guerra, uma organização internacional baseada no princípio da igualdade entre os Estados e que visasse a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Maurice Bertrand³⁹ defendeu que o mundo de 1945 exigia instituições que permitissem desenvolver a cooperação entre os países europeus, “cujos diferendos tinham conduzido a duas

invadiu a Finlândia, sendo expulsa da organização em 1939. Sobre o assunto ver: Hobsbawm Eric (1996), “A era da catástrofe” in *A Era dos Extremos*, Lisboa, Editorial Presença, pp.31-200.

³⁵ Ribeiro, Manuel de Almeida e Mónica Ferro (2004), “Das primeiras organizações internacionais ao sistema das Nações Unidas” in *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina, p. 30.

³⁶ Winston Churchill defendia, inicialmente, apenas um sistema regional. Sobre o assunto ver: Evan, Luard (1982), “The Planning of the Charter” in *A History of the United Nations, Volume 1: The Years of Western Domination, 1945-1955*, United Kingdom, Palgrave Macmillan, pp. 17-23.

³⁷ Pinto, Maria do Céu (2010), “Criação e princípios básicos” in *O papel da ONU na criação de uma nova ordem mundial*, Lisboa, Prefácio, p.29.

³⁸ Ibidem, p. 29.

³⁹ Maurice Bertrand foi Membro e Presidente da Unidade Comum de Inspeção das Nações Unidas durante 18 anos.

guerras mundiais, seguidas de um instrumento cómodo e negociação permanente, a nível mundial, entre países e povos cujos interesses e ideologias eram opostos.”⁴⁰ Assim, entre 1944 e 1945, as principais potências reuniram-se por diversas ocasiões com o objetivo de esboçar as linhas da nova organização.

Em Dumbarton Oaks⁴¹ (agosto de 1944) foram definidas as linhas mestras da ONU, sugerindo os EUA uma troca de planos⁴² e convidando outras potências aliadas para se reunirem em Washington. A tese da esfera de influência dominou as conferências de Teerão, Ialta e Potsdam⁴³, nas quais se definiu a partilha dos territórios dos países vencidos e se preservou a influência dos dois grandes vencedores: EUA e URSS.⁴⁴ Na Conferência de Ialta, realizada em fevereiro de 1945, as potências vencedoras acordaram a concretização de uma conferência a 25 de abril de 1945, na cidade de S. Francisco, na qual se preparou a Carta da Organização, assinada a 26 de junho de 1945 e ratificada por 51 países,⁴⁵ a 24 de outubro de 1945.

A ONU foi estabelecida com a preocupação de evitar novas guerras, o que foi desde logo reforçado no preâmbulo da sua Carta onde se afirmou a finalidade de “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra.”⁴⁶ No entanto para “manter a paz e a segurança internacionais” era necessário a existência de “medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar

⁴⁰ Bertrand, Maurice (2004), “A criação da organização mundial” in *O essencial sobre a ONU*, Lisboa, Bizâncio, p. 43.

⁴¹ As conversações decorreram em duas fases. A primeira fase decorreu de 21 de agosto a 28 de setembro de 1944, com a participação dos EUA, Reino Unido e da URSS; a segunda fase decorreu de 29 de setembro a 7 de outubro de 1944, com os EUA, Reino Unido e a China. O projeto que saiu da reunião previa que o órgão principal da ONU deveria ser o Conselho de Segurança no qual teriam posição preponderante os cinco grandes (EUA, URSS, Inglaterra, China e França). Sobre as reuniões de Dumbarton Oaks ver: May, Ernest R. e Ageliki E. Laiou (1998), *The Dumbarton Oaks Conversations and the United Nations 1944-1994*, Washington D.C, Harvard University Press.

⁴² Inicialmente o projeto destinava-se apenas aos EUA, ao Reino Unido, à França e à URSS.

⁴³ A Conferência de Teerão realizou-se entre 28 de novembro e 1 de dezembro de 1943 e a Conferência de Potsdam entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945.

⁴⁴ Fernandes, António José (2011), “A organização das Nações Unidas e a paz mundial” in *Conflitos e paz mundial. A importância da ONU*, Lisboa, Quid Juris, p.99.

⁴⁵ Entre os países signatários à Carta estavam África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Canadá, Checoslováquia, Chile, China, Colónia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egito, Equador, EUA, Etiópia, França, Filipinas, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Irão, Iraque, Jugoslávia, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polónia, Reino Unido, República Dominicana, Salvador, Síria, Turquia, Uruguai, Rússia Venezuela e Polónia.

⁴⁶ Preâmbulo da Carta das Nações Unidas, consultado em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp a 20 de fevereiro de 2018.

as ameaças à paz e reprimir os atos de agressão.”⁴⁷ A organização assenta ainda numa série de importantes princípios: “igualdade soberana de todos os Estados-Membros”; “igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos” e o “respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.”⁴⁸

Embora a Carta atribua às Nações Unidas a tarefa geral de “promover a cooperação internacional no campo económico, social, cultural, sanitário e outros semelhantes”,⁴⁹ prevê-se que estas atividades sejam desempenhadas por organismos internacionais autónomos. No organograma do sistema das Nações Unidas verifica-se um conjunto alargado de organismos autónomos ligados à ONU através de acordos especializados.

Para a presente dissertação foi indispensável analisar o contributo da agência especializada da ONU para a educação, ciência e cultura, a UNESCO: os seus antecedentes, objetivos, estrutura e atividades.

1.1 A UNESCO

1.2.1 O Comité Internacional de Cooperação Intelectual e o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual

Terminada a Primeira Guerra Mundial, a cooperação intelectual multilateral foi concebida como um dos aspetos mais importantes da organização internacional. Logo na primeira reunião realizada pela SDN, em novembro de 1920, através de uma proposta apresentada por Paul Hymans, representante da Bélgica na Conferência da Paz, foi discutida a necessidade de se estabelecer uma cooperação intelectual a nível internacional.⁵⁰

A 2 de setembro de 1921, o Conselho da SDN aprovou um relatório proposto pelo representante francês, Léon Bourgeois, o qual sugeria a criação de uma comissão para o estudo das questões internacionais a nível da cooperação intelectual e da educação. Com base neste relatório, a 4 de janeiro de 1922, foi criado o Comité Internacional de Cooperação Intelectual

⁴⁷ Carta das Nações Unidas, “Capítulo 1 Objetivos e princípios”, Artigo Primeiro, consultado em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp a 20 de fevereiro de 2018.

⁴⁸ Carta das Nações Unidas, “Capítulo 1 Objetivos e princípios”, Artigo Primeiro e Artigo Segundo, consultado em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp a 20 de fevereiro de 2018.

⁴⁹ Fernandes, António José (1980), “A importância das instituições especializadas da ONU” in *Organizações Políticas Internacionais: ONU, OEA E OUA*, Lisboa, Presença, p. 96.

⁵⁰ Valderrama, Fernando (1995), “Historical background” in *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO, p.1.

(CICI) que reuniu, pela primeira vez, em agosto de 1922 na cidade de Genebra, e escolheu para seu presidente, o francês Henri Bergson.⁵¹

Inúmeras instituições estabeleceram relações com o CICI requerendo, inclusive, a presença de representantes nas suas reuniões. Verificou-se uma rápida extensão da cooperação intelectual o que conduziu a que a 24 de setembro de 1924, o governo francês sugerisse o estabelecimento em Paris de um Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI),⁵² ao qual forneceria, inclusive, orçamento.

Durante a sessão da SDN realizada em Roma, em dezembro de 1924, foram assinados os acordos para a criação do IICI e para a sua instalação oficial em Paris, no Palais Royal. O instituto foi inaugurado a 16 de janeiro de 1926, estendendo-se as suas atividades a setores como a educação, as ciências sociais e naturais, o cinema, as bibliotecas e os arquivos, as artes e os direitos de autor.

Analisando brevemente o trabalho realizado pelo IICI, constatou-se que no que respeita à educação, podem ser distinguidos três períodos: de 1926 a 1930, período dedicado à avaliação dos recursos disponíveis e à organização de documentação; de 1930 a 1936, o Instituto realizou estudos de combate ao desemprego jovem e lidou com a coordenação do ensino básico; por fim, desde 1936, o IICI dedicou-se à educação de adultos e ao papel do rádio e do cinema para a educação cívica.⁵³

Segundo Fernando Valderrama, o Instituto criou, entre 1926 e 1940, vários Centros que se dedicaram a analisar questões como as condições de admissão no ensino superior, os intercâmbios universitários (professores, estudantes, bolsas de estudo), a educação de adultos e a realização de pesquisas sobre os sistemas educacionais em diferentes países. Verificou-se ainda a publicação um conjunto de revistas de que são exemplo: *Bulletin of University Relations* (1924-1926), *Bulletin of the Institute* (desde 1928), *Vacation Courses in Europe* (1928-1939), *Students Abroad* (desde 1931) e *International Pedagogical Bibliography*, publicado anualmente desde 1935.⁵⁴

⁵¹ Ibidem, p. 2.

⁵² Com a criação do IICI, o CICI tornou-se no Conselho de Administração do novo Centro, cujo primeiro diretor foi Julien Luchaire.

⁵³ Valderrama, Fernando (1995), "Historical background" in *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO, p.1.

⁵⁴ Ibidem, pp.4-5.

A nível das ciências sociais, o Instituto propôs a publicação de um conjunto de estudos sobre o seu ensino e pesquisa. O IICI visava fortalecer a colaboração científica a nível internacional, objetivando a divulgação de trabalhos científicos publicados em idiomas pouco conhecidos e a preparação de estudos em áreas como a ciência, a matemática, a biologia e a física. O Instituto incentivou ainda a cooperação entre os museus científicos, publicando mensalmente (até 1939) um boletim informativo intitulado *Science Museums*.⁵⁵

Outro dado interessante foi a importância que o IICI deu ao cinema. De acordo com Fernando Valderrama, o Instituto defendeu a melhoria da produção cinematográfica e os problemas dos profissionais da área.⁵⁶ O instituto publicou uma revista internacional de cinema educativo a partir de 1934 em cinco edições: alemão, francês, espanhol, inglês e italiano. A publicação divulgou ainda os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto sobre a legislação cinematográfica em diferentes países e que se referia, em particular, a analisar os padrões de censura existentes.⁵⁷

O IICI dedicou-se ainda à coordenação internacional entre bibliotecários e à livre circulação de obras e estabeleceu um Comité de Arquivistas cuja principal tarefa era a preparação de um Guia Internacional de Arquivos, do qual a primeira parte, referente à Europa foi publicada em 1934.

Por fim, uma das questões que também mereceu a atenção do Instituto foi a proteção dos direitos de autor. O IICI preparou um projeto de recomendação para que todos os Estados interessados chegassem a um acordo a fim de alcançar uma unificação mundial das leis que protegem os direitos de autor.⁵⁸

1.2.2 A criação da UNESCO

Depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o IICI não tinha condições para continuar as suas atividades. O espírito da cooperação intelectual continuou, no entanto, bastante presente. A 28 de outubro de 1942, o presidente do Conselho de Educação do Reino Unido, Richard

⁵⁵ Ibidem, p.11.

⁵⁶ Ibidem, p.12.

⁵⁷ Ibidem, p. 14.

⁵⁸ Ibidem, p. 17.

Butler, enviou uma carta aos restantes países aliados convidando-os a reunirem-se em Londres.⁵⁹

A Conferência de Ministros Aliados da Educação (CAME) realizou-se entre 16 novembro de 1942 a 5 de dezembro de 1945. A ideia de criar uma organização intelectual a nível internacional, começou a ser amplamente aceite, estabelecendo-se um Comité, em janeiro de 1945, com a função de examinar as possíveis relações entre a ONU e o IICI. De acordo com Krill de Capello é importante destacar o papel dos EUA na criação da UNESCO. Presente como observadora durante as primeiras sessões do CAME, a delegação americana expressou particular interesse no papel da futura organização na reconstrução do após-guerra, sugerindo que a mesma fosse planeada de modo a funcionar como uma agência da ONU.⁶⁰

Na sequência da Conferência de São Francisco, resultou não só a aprovação da Carta das Nações Unidas, mas simultaneamente, uma recomendação francesa propondo a realização de uma conferência, a realizar nos meses seguintes, com o objetivo de definir os estatutos da futura organização. A conferência preparatória teve lugar em Londres, no Instituto de Engenharia Civil, de 1 a 16 de novembro de 1945, presidida por Ellen Wilkinson, Ministra da Educação do Reino Unido e contou com a presença de representantes de 42 países.⁶¹

O objetivo desta conferência foi decidir o nome da organização, escrever o preâmbulo de sua constituição e definir quais os seus principais objetivos e funções. No que respeita ao nome da organização, inicialmente, o projeto da delegação americana era orientado para a reconstrução educacional e cultural, e a nova organização seria designada Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educacional e Cultural. No entanto, alguns cientistas, como Joseph Smith e Julian Huxley, defendiam a inclusão da ciência, quer no nome da organização

⁵⁹ Valderrama, Fernando (1995), "The birth of UNESCO and the First General Conference" in *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO, p.21.

⁶⁰ Capello, Krill de (1970), "The Creation of the UN Educational, Social and Cultural Organization", *International Organization*, Vol.24, n.º 1 pp. 9-10 citado por Mark F. Imber, (1989) *The USA, ILO UNESCO and IAEA- Politicization and Withdrawal in the Specialized Agencies*, United Kingdom, Palgrave Macmillan.

⁶¹ Delegados e assessores dos países que participaram na Conferência: Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Cuba, Checoslováquia, Chile, China, Dinamarca, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos da América, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Índia, Iraque, Irão, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Peru, Polónia, Síria, Turquia, União Sul Africana, Uruguai, Venezuela (representado por um observador) e Jugoslávia.

quer no seu programa de atividades.⁶² Assim, na terceira sessão da Conferência, a 6 de novembro, a ciência foi finalmente incorporada no nome da organização dando origem à sua designação atual.⁶³

A UNESCO foi fundada, mas não poderia existir, oficialmente, como agência especializada das Nações Unidas até que vinte Estados ratificassem o documento e o entregassem no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de Londres, o que viria a acontecer com a assinatura do Estado número vinte, a Grécia, a 4 de novembro de 1946.

A Primeira Conferência Geral da UNESCO realizou-se na Universidade da Sorbonne de 20 de novembro a 10 de dezembro de 1946, presidida por Léon Blum e contando com a presença de delegados de 48 países. Nesta conferência, os Estados-membros elegeram Julian Huxley como primeiro Diretor-Geral da organização e aprovaram o Ato Constitutivo da UNESCO. Destacou-se, desde logo, o início do seu preâmbulo: “Uma vez que as guerras nascem nas mentes dos homens, é na mente dos homens que os bastiões da paz devem ser erguidos.”⁶⁴ A organização pretende contribuir para a paz e a segurança mundiais, incentivando a colaboração entre as nações, uma vez que “uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e económicos dos governos” não garantia “o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo”, tornando-se essencial uma paz baseada “na solidariedade intelectual e moral da humanidade.”⁶⁵

No que respeita à sua estrutura, ficou definido que a UNESCO seria constituída pelos seguintes órgãos:

- A Conferência Geral, na qual têm assento os delegados dos Estados-Membros. Órgão supremo da organização reúne em cada dois anos e tem como funções fixar os programas, votar o orçamento, eleger os membros do Conselho Executivo e nomear o Diretor-Geral.

- O Conselho Executivo constituído por 58 membros eleitos pela Conferência Geral. Reúne-se duas vezes por ano e tem por funções assegurar a execução do programa adotado pela Conferência Geral. As línguas de trabalho, tal como na Conferência-Geral, são o árabe, o chinês, o espanhol, o francês, o inglês e o russo. Sobre a escolha dos seus representantes, esta

⁶² Reyna, Alberto Wagner de (2007), “L’idée de l’UNESCO” in *Idée et historicité de l’UNESCO*, Paris, UNESCO, p. 26.

⁶³ A CAME dissolveu-se a 31 de dezembro de 1945.

⁶⁴ Constituição da UNESCO, Preâmbulo, consultado em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html a 23 de fevereiro de 2018.

⁶⁵ Constituição da UNESCO, Artigo Primeiro, consultado em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html a 23 de fevereiro de 2018.

depende “da diversidade de culturas que representam e da sua origem geográfica”, sendo objeto “de complexas arbitragens para se atingir um equilíbrio entre as regiões do mundo, reflexo da universalidade da organização.”⁶⁶

- O Secretariado, que funciona na sede da UNESCO em Paris e que além do Diretor-Geral integra os funcionários internacionais da organização. O Diretor-Geral é nomeado por um período de seis anos e é o mais alto funcionário da UNESCO.

Por fim, os Estados-Membros estabelecem delegações permanentes na UNESCO “encarregues de manter um contato estreito entre a organização e os seus governos respetivos.”⁶⁷

Após o fim da Segunda Mundial, a organização esforçou-se para participar na reconstrução da Europa em ruínas, distribuindo “material educacional e equipamento científico e técnico nos diferentes países europeus; coordena as ações das diversas organizações envolvidas com a reconstrução na Europa; desempenha um papel intermediário ativo entre as instituições americanas que desejam fazer doações para a reconstrução cultural da Europa e as instituições europeias que recebem essas mesmas doações.”⁶⁸

Segundo Chloé Maurel, além da reconstrução material, a UNESCO em cooperação com a Federação Mundial de Saúde Mental desenvolveu numerosos estudos e conferências sobre a psicologia das vítimas da guerra e o destino das crianças que tinham ficado órfãs em consequência da mesma. Em julho de 1948, foi realizada uma conferência com diretores de comunidades infantis, no final da qual e sob o impulso da UNESCO, foi criada a *Fédération Internationale des Communautés d'Enfants*.⁶⁹

Desde seus primeiros anos, a UNESCO comprometeu-se a trabalhar no sentido de uma reaproximação entre o Oriente e o Ocidente. A organização estabeleceu ligações com a Sociedade Europeia da Cultura e em 1956 organizou a primeira reunião de intelectuais da Europa Oriental e Ocidental, em Veneza, na presença de um observador da UNESCO. Ainda no mesmo ano, a UNESCO adotou o “Projet majeur relatif à l’appréciation mutuelle des valeurs culturelles

⁶⁶ Órgãos Diretivos da UNESCO, consultado em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/orgaos-diretivos> a 23 de fevereiro de 2018.

⁶⁷ Valderrama, Fernando (1993), “La UNESCO: origen y evolucion”, *Nova Renascença*, Vol.13, n.ºs 49/51 p. 244.

⁶⁸ Maurel, Chloé (2012), “L’UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les Cahiers Irice*, n.º 9, p.63.

⁶⁹ Maurel, Chloé (2013), “L’action de l’UNESCO dans le domaine de la reconstruction”, *Histoire Politique*, n.º 19, p.9.

de l'Orient et de l'Occident", cuja implementação se estendeu de 1957 a 1966.⁷⁰ Este projeto tinha como objetivo estabelecer intercâmbios entre as diferentes culturas através da realização de publicações, conferências, exposições, programas de rádio e filmes sempre dentro do espírito multicultural. Muitos projetos da UNESCO na Europa foram realizados na Jugoslávia, e em 1963a UNESCO criou o Centro Europeu de Coordenação de Pesquisa e Documentação em Ciências Sociais em Viena.

Na Conferência de Ministros dos Estados-membros europeus, responsáveis pela política científica, organizada em junho de 1970, reuniram-se representantes da Europa Oriental e Ocidental, com a delegação dos EUA presente como observadora. Nesta conferência, salientou-se a importância dos intercâmbios entre Ocidente e Oriente que dariam origem a uma junção de pontos de vista, incomum entre os representantes dos dois blocos. Apesar dos esforços da organização, a verdade é que a Europa Ocidental continuou a ocupar um lugar de destaque, o que foi evidenciado, inclusive, pela nacionalidade dos seus diretores (o italiano Vittorino Veronese de 1958 a 1961 e o francês René Maheu de 1961 a 1974).⁷¹

1.3 Relações Portugal, ONU e UNESCO

A nova ordem internacional que emergiu no mundo após 1945, baseada nos ideais de democracia e liberdade era vista com grande desconfiança por Oliveira Salazar, o qual receava que uma integração portuguesa na ONU constituísse um fator de pressão para a liberalização do regime. Os princípios definidos na Carta da ONU eram encarados pelo governante português como uma ameaça, quer quanto à preservação do regime político do Estado Novo (antiparlamentar e antidemocrático), quer quanto à “manutenção da integridade política do todo nacional-metropolitano e ultramarino.”⁷²

O contexto internacional era ainda favorável ao processo de descolonização, “seja pela defesa da autodeterminação nacional e da descolonização (...) princípios incluídos na carta da ONU) seja, pelo declínio das potências coloniais europeias que abdicaram dos seus impérios

⁷⁰ Maurel, Chloé (2012), “L’UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les Cahiers Irice*, n.º 9, pp. 64 e 67.

⁷¹ *Ibidem*, p. 65.

⁷² Martins, Fernando (1996), “Organização das Nações Unidas” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Bertrand Editora, p. 701.

ultramarinos.”⁷³ Perante esta conjuntura, Portugal deparou-se com um grande dilema: ou apresentava a sua candidatura como futuro membro à ONU, ainda que sob o risco de veto soviético, ou não avançava, evitando o impacto negativo da rejeição russa, mas ficando o regime numa situação de isolamento internacional.⁷⁴ O Governo português acabou por avançar com o pedido de adesão somente a 2 de agosto de 1946. Votaram a seu favor no Conselho de Segurança (CS) oito países: Brasil, China, Egito, EUA, México, França, Inglaterra e a Holanda. O pedido foi rejeitado com o veto soviético,⁷⁵ o voto contra da Polónia e a abstenção australiana.

Sobre as referidas votações, José Medeiros Ferreira considerou, que os representantes da Inglaterra, EUA e França apoiaram a admissão de Portugal invocando “a existência de laços de amizade de longa data entre Portugal e Grã-Bretanha, o uso das ilhas dos Açores pelas forças aliadas, o auxílio prestado aos refugiados de guerra e a declaração do apoio da URSS, EUA e Grã-Bretanha à entrada dos países neutrais para a ONU, estabelecida na Conferência de Potsdam.”⁷⁶ Já a URSS e a Polónia acusaram Portugal de estabelecer relações políticas com o regime espanhol, liderado por Francisco Franco,⁷⁷ e com a Alemanha de Adolf Hitler e não estabelecer relações diplomáticas com a URSS.

Perante o veto soviético, o Governo português procurou desvalorizar a situação, através de uma nota, datada de 4 de setembro de 1946, escrita pelo próprio Oliveira Salazar, defendendo que era “discutível” se o momento era o “oportuno” para Portugal apresentar o seu pedido de admissão, quando “a orientação geral das Nações Unidas” ainda estava por definir, não tinham sido esclarecidas “todas as regras relativas à admissão de novos membros” e a colaboração das nações “não é unanimemente desejada no seio, mas mais presa à ideia da vitória do que à ideia da paz.”⁷⁸ Oliveira Salazar procurou transmitir a ideia de que nunca estivera particularmente

⁷³ Sá, Tiago Moreira de (2015), “Enquadramento histórico da política externa portuguesa” in *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 52.

⁷⁴ Silva, Isabel Alarcão e (1993), “A admissão de Portugal na ONU”, *História*, n.º 165, p. 18.

⁷⁵ A admissão de um Estado na ONU depende da decisão da AGNU sob recomendação do CSNU. Para uma maior compreensão ver Capítulo 2 da Carta das Nações Unidas, disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/>

⁷⁶ Ferreira, José Medeiros (2006), “O Estado Novo e admissão de Portugal na ONU” in *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Editorial Presença, p.87.

⁷⁷ Salazar apoiou o regime de Francisco Franco aquando da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Em março de 1939 foi assinado o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol. Ver: Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), “Guerra Civil de Espanha 1936-1939” in *Salazar*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 215-245.

⁷⁸ Salazar, António de Oliveira (1951), “Portugal e as Nações Unidas” in *Discursos e Notas políticas*, Vol. IV (1943-1950), Coimbra, Coimbra Editora, pp. 237-240.

entusiasmado com uma eventual entrada na ONU, procurando culpabilizar exclusivamente a URSS pela não admissão.⁷⁹ Interessado ou não, a verdade é que a ausência de Portugal na organização acentuou uma certa sensação de “marginalidade” do regime a nível internacional.

No que respeita à UNESCO, o Governo português ponderou, logo após a sua criação, em novembro de 1946, uma eventual adesão. Oliveira Salazar solicitou, inclusive, um parecer a Júlio Dantas,⁸⁰ sobre uma possível candidatura portuguesa à organização. Júlio Dantas aconselhou-o a não avançar, explicando-lhe que Portugal, não sendo membro da ONU não podia fazer parte da organização “a não ser que mediante recomendação especial do Conselho Executivo e voto de dois terços dos membros da Conferência Geral da UNESCO, viesse a ser admitido.”⁸¹ Depois de muito ponderar, o Governo português acabou por não prosseguir, mantendo-se durante as décadas de 1940 e 1950 a questão em aberto.

Entretanto, no final da década 1940 registou-se um conjunto de importantes avanços para Portugal no domínio internacional: em fevereiro de 1948 foi assinado o acordo permitindo a utilização das Lajes como base americana;⁸² em 1948, o país candidatou-se ao segundo exercício do Plano Marshall⁸³ e em abril de 1949, Portugal integrou a NATO⁸⁴ como membro fundador.

Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros durante os anos 50, apontou como principais razões para se adiar a adesão à UNESCO, o facto de o nosso país não pretender “ingressar em organismos dependentes da ONU”, do qual ainda não era membro, o facto de ao Governo português desagradar a orientação “demasiado desnacionalizante” da UNESCO; e, por fim, o facto de Portugal olhar “com apreensão a excessiva proliferação de organismos internacionais” que “consomem atividades” sem fornecer rendimento correspondente e que

⁷⁹ Gaspar, Carlos (2000), “Organização das Nações Unidas (ONU)” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. VIII. Lisboa, Livraria Figueirinhas, p. 673.

⁸⁰ Júlio Dantas foi representante de Portugal no IICI.

⁸¹ Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante AHD, MNE), M. 679, Carta de Júlio Dantas a Oliveira Salazar, 22 de novembro de 1946.

⁸² Sobre o assunto ver: Rodrigues, Luís Nuno (2005), *No coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores 1939-1948*, Lisboa, Prefácio.

⁸³ Sobre Portugal e o Plano Marshall ver: Rollo, Fernanda (1994), *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-Americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa.

⁸⁴ Sobre Portugal e a NATO ver: Telo, António José (1996), *Portugal e a Nato, O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos; Teixeira, Nuno Severiano (1999), "Portugal e NATO: 1949-1999", *Nação e Defesa*, n.º 99, 2ª Série.

distraem os governos das questões essenciais, “o que nos leva naturalmente a procurar concentrar a nossa atenção e participação só em alguns desses organismos que mais interesse nos apresentem- e ainda aqui a UNESCO não está contemplada.”⁸⁵

Por sua vez, a demora portuguesa em aderir como Estado-membro da ONU deu tempo ao regime salazarista para se precaver de algumas críticas de que poderia ser alvo em matéria colonial. Através da revisão constitucional de 1951, Portugal transformou todas as suas colónias em províncias ultramarinas, as quais passaram “a fazer parte integrante de um Estado unitário multicontinental e plurirracial, suposto representar de uma única nação, para lá dos obstáculos consideráveis da descontinuidade territorial, da heterogeneidade étnica e cultural ou da diferenciação dos estatutos de cidadania.”⁸⁶ Afiançou Fernando Martins que com a revisão constitucional de 1951, “de Estado-Nação que tinha um império”, Portugal passava a ser “um Estado-Nação que era um império legitimado pela história e pelo direito.”⁸⁷

Entretanto, com a morte de Estaline, em 1953, tornou-se possível um acordo entre os EUA e a URSS, celebrado em 1955, sobre o alargamento dos Estados-membros da ONU.⁸⁸ Foram admitidos, simultaneamente, dezasseis novos Estados, tornando-se Portugal membro da organização a 14 de dezembro de 1955.

Pouco depois da admissão de Portugal, o Secretário-Geral da ONU dirigiu ao Governo português, a 24 de fevereiro de 1956, uma nota que evocando o artigo 73⁸⁹ da Carta das Nações Unidas, inquiria se o país administrava territórios não autónomos e exigia informações sobre os mesmos. O Governo de Oliveira Salazar, por sua vez, apressou-se a responder que não

⁸⁵ AHD, MNE RNP, 2.º P, A-3, M. 679, Relato de conversa no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem data.

⁸⁶ Gaspar, Carlos (2000), “Organização das Nações Unidas (ONU)” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. VIII. Lisboa, Livraria Figueirinhas, pp. p. 673.

⁸⁷ Martins, Fernando (2015), “A crise da paz, Portugal e a Organização das Nações Unidas: das origens à admissão (1945-1955)”, *Relações Internacionais*, n.º 47, p.63.

Do mesmo autor ver: Martins, Fernando (1995), *Portugal e a Organização das Nações Unidas, Uma História da Política Externa e Ultramarina Portuguesa nos pós-guerra*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH- UNL.

⁸⁸ Magalhães, José Calvet de (1996), “A admissão de Portugal nas Nações Unidas e o artigo 73 da Carta” in *Portugal e as Nações Unidas: A Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, p. 12.

⁸⁹ De acordo com o artigo 73, alínea e) da Carta das Nações Unidas, os Estados-membros da organização devem fornecer, periodicamente, ao Secretário-Geral das Nações Unidas informações estatísticas e outras de natureza técnica relativas às condições económicas, sociais e educacionais nos territórios sobre os quais são responsáveis. Ver <http://www.un.org/en/documents/charter/>

administrava territórios não-autónomos, sendo os seus territórios ultramarinos “parte integrante da Nação e do Estado português.” Por conseguinte, Portugal não submeteria “a sua administração ultramarina a qualquer sistema de censura internacional e que, portanto, não transmitirá quaisquer informações à comunidade dos países.”⁹⁰ Esta atitude do Governo português, marcou precisamente a fase final do salazarismo: “concentração dos esforços diplomáticos na defesa da tese do Portugal uno e indivisível, da manutenção dos territórios ultramarinos, e na recusa da aceitação do princípio da autodeterminação como interpretado pelos órgãos das Nações Unidas.”⁹¹

Como seria de esperar, a AG não ficou satisfeita com a resposta portuguesa, e em 1959 criou o chamado Comité dos Seis (EUA, Grã-Bretanha, Holanda, União Indiana, Marrocos e México), com o objetivo de guiar os Estados a apurarem se tinham ou não obrigatoriedade de transmitir informações às Nações Unidas sobre um determinado território. De referir que a entrada de Portugal na ONU, coincidiu com uma fase de transição das Nações Unidas, onde justamente a descolonização dos territórios não-autónomos adquiriu uma importância crescente.⁹²

No ano de 1960 verificou-se a formação de 18 novos Estados,⁹³ 17 dos quais se tornaram de imediato membros da ONU e da UNESCO. O bloco afro-asiático passou a ter uma maioria sólida na AG e impôs como prioridade completar a descolonização com a independência das colónias portuguesas e o fim do regime do apartheid na África do Sul.”⁹⁴ Ainda no mesmo ano, a AG da ONU aprovou três importantes resoluções: a 1514, de 14 de dezembro, a 1541, de 15 de dezembro e a 1542, datada do mesmo dia, “estritamente relacionadas com a recusa

⁹⁰ Nogueira, Franco (2000) (3ªed.), “O ataque” in *Salazar, Vol. IV, O Ataque (1945-1958)*, Porto, Civilização Editora, p. 423.

⁹¹ Ferreira, José Medeiros (1993), “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, *Política Internacional*, n.º 6, p. 150.

⁹² Gaspar, Carlos (2000), “Organização das Nações Unidas” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. VIII, Figueirinhas, Porto, p. 672.

⁹³ Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Chipre, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Congo, Senegal, Somália e Togo. Gâmbia só se tornaria membro a 21 de setembro de 1965.

⁹⁴ Pereira, Carlos Santos (2005), “Portugal e as Nações Unidas” in Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, p. 154.

portuguesa em aceitar as decisões da ONU sobre o fornecimento de informações quanto às condições de vida nos seus territórios não-autónomos.”⁹⁵

A Resolução 1514, que continha a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, estabeleceu que “todos os povos tinham direito à autodeterminação”, que consistia na “livre escolha do seu estatuto político e na livre promoção do seu desenvolvimento económico, social e cultural.”⁹⁶ Com a sua adoção, defendeu Aurora Almada e Santos, “a ONU demonstrou inequivocamente o seu apoio ao processo de descolonização no seu todo, deixando de fazer a distinção entre territórios sob tutela e territórios não-autónomos.”⁹⁷

Já a Resolução 1541, definiu como território não-autónomo, aquele que fosse “geograficamente separado e etnicamente ou culturalmente distinto do país que o administra” e/ou se encontrasse colocado “numa posição ou num estado de subordinação.”⁹⁸ Por fim, a Resolução 1542, apresentava uma lista de territórios que se enquadravam na categoria de não autónomos: Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, São João Baptista de Ajudá, Angola, Moçambique, Goa e o restante Estado Português da Índia, Macau e suas dependências, bem como Timor e suas dependências.⁹⁹

Foi neste contexto difícil da década de 1960,¹⁰⁰ que o Governo português decidiu, em novembro de 1961, nomear um representante seu junto da UNESCO, com estatuto de observador. O Decreto-Lei n.º 44017, de 8 de fevereiro de 1961, criou a representação de Portugal junto da UNESCO, defendendo que uma maior participação de Portugal nas suas atividades “poderá corrigir omissões, inexatidões e deficiências no que tange à nossa cultura,

⁹⁵ Santos, Aurora Almada e (2011), “A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”, *Relações Internacionais*, n.º 30, p. 62.

⁹⁶ Resolução n.º 1514 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>

⁹⁷ Santos, Aurora Almada e (2011), “A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”, *Relações Internacionais*, n.º 30, p. 65.

⁹⁸ Resolução n.º 1541 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>

⁹⁹ Resolução 1542 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>

¹⁰⁰ A nível interno o regime também sofria grandes dificuldades: o assalto ao navio Santa Maria e a tentativa de golpe liderada por Botelho Moniz. O ano de 1961 foi marcado pela mudança na postura americana em relação a Portugal, que durante a presidência Kennedy adotou uma política anticolonialista, defendendo a autodeterminação e independência dos países africanos. Os EUA votaram a favor de uma resolução contra Portugal para condenar os massacres em Angola, atitude que repetiram na AG, a 20 de abril e de novo no Conselho de Segurança (CS), a 26 de maio.

Sobre o assunto ver: Antunes, José Freire (2013), *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, Lisboa, Dom Quixote; Rodrigues, Luís Nuno, (1999), “Ventos de mudança: os Estados Unidos e a questão colonial portuguesa”, *História*, n.º19, pp 18-26; Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias.

sistemas de educação e criações artísticas intelectuais e científicas.” Por estes motivos, tinha-se tornado necessário o Governo português “acreditar, a título permanente, um observador junto daquela instituição especializada.”¹⁰¹

A 24 de Janeiro de 1962, o observador permanente de Portugal junto da UNESCO, Manuel Anselmo Castro, entre explicações sobre as origens, organização e estrutura da própria organização, afirmou que “apenas Portugal e a Santa Sé, afastados da UNESCO” mantêm observadores. Acrescentou, que na organização, o ambiente contra Portugal “corta-se à faca por causa da nossa pátria teimar heroicamente, na sua razão de ser.”¹⁰²

Ainda no mesmo mês, o observador foi recebido pelo embaixador de Portugal em Paris e ambos partilharam a “opinião de que devemos ser Estado-membro da UNESCO, pois isso se traduzirá em benefícios de várias ordens, desde a colaboração importantíssima no plano técnico e científico até à grande assistência financeira da organização em iniciativas nacionais a gizar e a ordenar.” Acrescentando o observador português, que “fora da organização não poderemos aspirar senão a observar o que é que a UNESCO concede às outras nações.”¹⁰³

Sobre as relações diplomáticas com os restantes países, Manuel Anselmo Castro garantiu que o embaixador brasileiro, Paulo de Berredo Carneiro, “recebeu-o de braços abertos” e lhe aconselhou a solicitar junto de Salazar a adesão à UNESCO como Estado-membro, abonando que estaria “sempre ao seu lado nas conferências gerais e que na sombra e nos corredores” o ajudaria sempre. A Espanha, na figura do seu Ministro, Frederico Dias, demonstrou ter “algumas reservas para um êxito imediato da missão portuguesa junto da UNESCO dado a má vontade que a ONU tem por nós.” Já com os restantes embaixadores, “foram poucas as trocas de palavras.”¹⁰⁴

A 13 de março de 1962, Manuel Anselmo Castro salientou junto de Salazar que para a adesão de Portugal à UNESCO era somente necessário que “o nosso embaixador em Londres vá assinar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em nome de Portugal, o instrumento de adesão.” Cumpriria seguidamente ao Governo britânico, notificar os demais Estados-membros da nossa entrada na organização. Adicionou Manuel Anselmo Castro, que assim que se

¹⁰¹ AHD, MNE, RNP, 2.º P, A-3, M. 683A, Decreto-Lei n.º 44 017, 8 de fevereiro de 1961.

¹⁰² Arquivo Oliveira Salazar, Arquivo Nacional Torre do Tombo (doravante AOS, ANTT) NE- PT3, Ofício n.º 1 do Observador de Portugal junto da UNESCO, 24 de janeiro de 1962.

¹⁰³ AOS, ANTT. NE-26, PT9, Ofício n.º 10 do Observador de Portugal junto da UNESCO, 30 de janeiro de 1962.

¹⁰⁴ AOS, ANTT, NE-26, PT2, Ofício n.º 27 do Observador de Portugal junto da UNESCO, 11 de fevereiro de 1962.

concretizar a adesão portuguesa será necessário substituir o observador “por um diplomata autêntico que chefie a necessária delegação permanente de Portugal junto da UNESCO em conformidade com o que sucede com as demais nações, Estados-membros da organização.”¹⁰⁵

O próprio Diretor-Geral da UNESCO, René Maheu, procurou convencer o observador português de que Portugal deveria solicitar a sua adesão à organização, afirmando que a presença portuguesa na UNESCO “se impõe como urgente e indispensável” e que a sua ausência tinha sido “objeto de malévolas interpretações”. Sobre as razões que levaram o nosso governo a desinteressar-se pela UNESCO, René Maheu adicionou que houve quem sugerisse que o mesmo se atribuía “à grande percentagem de analfabetismo sobretudo no seu Ultramar, e ao pudor de ter de confessá-la em relatórios a apresentar à organização.” Para o Diretor-Geral da UNESCO, Portugal beneficiaria com a entrada na organização, uma vez que, “com a colaboração do Brasil e da Espanha, a frente ibero-americana, com a qual a França e a Alemanha normalmente alinham” se tornaria mais coesa. Além do mais, “excetuada a Guiné, o Gana, a Nigéria e poucos mais, os jovens Estados africanos acompanham quase sempre a França.” Desta forma, René Maheu não concebia que o Governo português pudesse ter “quaisquer preocupações de ordem política em entrar na UNESCO.”¹⁰⁶

Mas na verdade, a simples presença de Portugal como observador na UNESCO rapidamente suscitou enorme polémica, aproveitando muitos Estados-membros da organização para criticarem a política colonial portuguesa bem como a presença do observador português nas suas reuniões, solicitando inclusive a expulsão de Portugal quer como membro da ONU quer como observador permanente da UNESCO.¹⁰⁷ Ao longo da década de 1960, o uso da palavra foi recusado frequentemente aos representantes portugueses, com a justificação de Portugal não ter o estatuto de Estado-membro. Nas palavras de Manuel Anselmo Castro era “preciso lutar de frente, e corajosamente, contra estes embustes com que está a envenenar, contra nós, a opinião pública internacional.”¹⁰⁸

¹⁰⁵ AOS, ANTT, NE-26, PT4, “Adesão de Portugal à UNESCO como Estado Membro”, 13 de março 1962.

¹⁰⁶ AOS, ANTT, NE-26, PT 14, “Conversa com Diretor Geral Mr. René Maheu”, Ofício n.º 53 do Observador de Portugal junto da UNESCO, 11 de maio de 1962.

¹⁰⁷ AHD, RNP, 2.º P, A-3, M. 677, Ofício n.º 72 do Observador de Portugal junto da UNESCO, 27 de maio de 1962.

¹⁰⁸ AOS, ANTT, NE-26B PT11, Ofício n.º 351 do Observador de Portugal junto da UNESCO, 18 de abril 1962.

Ao longo de 1962, sucederam-se as resoluções da ONU a condenar a guerra colonial em Angola e a exigir o reconhecimento por parte de Portugal da independência das suas colónias. Após a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), a 25 de maio de 1963, trinta e dois países africanos solicitaram uma reunião do CS para discutir a situação nas colónias portuguesas e também o problema do apartheid na África do Sul. A 31 de julho de 1963 foi aprovada a resolução S/5380, que reconheceu o direito à independência das colónias portuguesas.¹⁰⁹

Em 1963, a presença de Portugal como observador no seio das iniciativas da UNESCO continuou a ser duramente contestada, com os delegados dos países africanos a proporem uma moção determinando a exclusão de Portugal, moção essa aprovada por maioria simples.

Mesmo perante este contexto difícil, em novembro de 1964, o Governo português decidiu solicitar a adesão de Portugal à UNESCO, sendo enviadas instruções à embaixada portuguesa em Londres para que se iniciassem as diligências necessárias. A adesão devia fazer-se “rápida e inesperadamente de modo a que não se tornem viáveis eventuais tentativas de quaisquer Estados-membros”¹¹⁰ visando impedir a adesão de Portugal.

Em paralelo, em África, o envolvimento militar português era cada vez maior, com o início das guerras na Guiné e em Moçambique. O Governo português resistiu a todo o custo à descolonização, defendendo a preservação do “Portugal uno e indivisível.” Nas palavras de Luís Nuno Rodrigues, “mesmo isolado, mesmo atacado, traído, sem as ajudas que esperaria, Portugal permanecia firme na defesa do seu império e dos seus princípios civilizadores.”¹¹¹

Mas será que Portugal ficou, realmente, isolado internacionalmente e sem apoios externos? A historiografia portuguesa tem-se dedicado a “desmistificar” o discurso do “orgulhosamente sós”. Vários autores demonstraram nos seus estudos que Portugal beneficiou de uma neutralidade colaborante dos seus principais aliados.¹¹² Reunindo apoios na Europa

¹⁰⁹ Silva, António. E. Duarte (1995), “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974), *Análise Social*, n.º 130, p. 17.

¹¹⁰ AHD, MNE, CLT, M. 411, Apontamento do MNE, 11 de janeiro de 1965.

¹¹¹ Rodrigues, Luís Nuno, (2001), “A ‘Solidão’ na política externa portuguesa no início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos” in Fernando Martins *et. al* (Orgs.), *Diplomacia e Guerra, Política Externa e política de defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, Évora, Edições Colibri, p.190.

¹¹² Sobre os apoios diplomáticos prestados a Portugal é interessante analisar as obras de Fonseca, Ana Mónica, (2007), *A Força das Armas: O Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, Lisboa, Instituto Diplomático; Marcos, Daniel, (2007), *Salazar e De Gaulle: A França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)* Lisboa, Instituto Diplomático; Oliveira, Pedro Aires,

(França, Alemanha e Inglaterra), dos EUA, dos regimes brancos da África do Sul e da Rodésia, Portugal conseguiu apoios técnicos, militares e políticos para manter a guerra em África.¹¹³ Membros com assento permanente no CS (Inglaterra, França e EUA) frustraram as tentativas da AG para tomar quaisquer medidas significativas contra Portugal.¹¹⁴ Estes países, embora reclamando a autodeterminação dos territórios portugueses, não dificultaram a política colonial portuguesa, defendendo os seus interesses económicos e concedendo ao Governo português ajuda militar.¹¹⁵

A 11 de março de 1965, Portugal foi formalmente aceite como Estado-membro da UNESCO, adesão que cai como uma “verdadeira bomba” no seio dos restantes países, os quais se questionavam “sobre o porquê da nossa tão discreta e súbita entrada como Estado-Membro.”¹¹⁶

A adesão de Portugal ao organismo, por sua vez, fez redobrar a intensidade das críticas em torno da política colonial portuguesa, às quais os representantes portugueses continuavam a responder com dois principais argumentos: o artigo 73º da carta correspondia “a uma ingerência nos assuntos internos do país” e de que a constituição portuguesa “determinava a unidade da Nação portuguesa dispersa por vários continentes.”¹¹⁷

A substituição de Oliveira Salazar por Marcello Caetano em 1968,¹¹⁸ trouxe consigo a esperança de uma possível reforma do regime que colocasse, finalmente, um fim à questão colonial. Marcello Caetano reclamava a presença em África concebendo um projeto de Estado federal português que incluiria as colónias. No entanto, as “forças conservadoras e as repetidas

(2007), *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China; Barroso, Luís (2009), *Salazar e Ian Smith. O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1969)*, Lisboa, Instituto Diplomático.

¹¹³ Telo, António José (1996), “Política Externa” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Círculo de Leitores, pp. 774-775.

¹¹⁴ Macqueen, Norrie (1998), “Diplomacia e solidariedade: a dimensão internacional de cada uma das guerras” in *A descolonização da África portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito, pp.76-80.

¹¹⁵ Silva, António. E. Duarte (1995), “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, n.º130, pp. 38-39.

¹¹⁶ AHD, MNE, CLT, M. 411, Apontamento do MNE, 1 de abril de 1965.

¹¹⁷ Pereira, Carlos Santos (2005), “Portugal e as Nações Unidas” in Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio, p. 157.

¹¹⁸ Salazar foi afastado do Governo em 27 de setembro de 1968, por motivos de saúde. O governante português faleceu a 7 de setembro de 1970.

indecisões do novo chefe do Governo não permitiram a evolução do regime, tão necessária,”¹¹⁹ continuando a política colonial a sobrepor-se sobre às anunciadas reformas.

No caso da UNESCO, logo em 1965, o Conselho Executivo aprovou a resolução 70 EX/14 “que excluía Portugal das reuniões convocadas pela UNESCO.”¹²⁰ Um ano depois, em 1966 surge nova resolução contra Portugal, a Resolução n.º 11, a qual autorizava o Diretor-Geral da organização a não fornecer nenhuma ajuda ao Governo português nos domínios da educação, da ciência e da cultura bem como a não convidar Portugal a participar nas atividades da UNESCO.¹²¹ Por fim, em outubro de 1970, como “causa próxima pedidos de auxílio formulados junto da UNESCO por diversos movimentos de libertação” foi deliberado pelo seu Conselho Executivo que se “prosseguissem as atividades de assistência aos refugiados provenientes de territórios coloniais” e que fosse atribuída “ajuda às populações e organizações das regiões desses territórios que já houvessem sido libertados.”¹²² No mês seguinte, verificou-se a publicação de um novo relatório “que inclui a troca de correspondência entre a UNESCO e a OUA sobre o pedido de ajuda aos movimentos de libertação em África.”¹²³

Perante este contexto, Portugal através da circular n.º 1432 demonstrou o seu descontentamento com a atribuição de “fundos a movimentos terroristas antiportugueses, com o pretexto de auxílio à educação em pretensas áreas libertadas das nossas províncias ultramarinas.” Para o Governo português, a UNESCO incitava “a luta armada, contrariamente aos fins estatutários que lhe impõem contribuir para a manutenção da paz e da segurança e pela educação, ciência e cultura, estreitar a colaboração entre as nações.”¹²⁴

Numa conferência de imprensa realizada em maio de 1971, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, afirmou que Portugal assistiu com “pesar à progressiva degradação da UNESCO” e que foi obrigado a “suspender qualquer contribuição financeira àquela organização.” O Ministro continuou o seu discurso criticando a evolução da organização no sentido de “uma cada vez maior politização das suas atividades” no que respeita sobretudo às resoluções adotadas nas conferências gerais e “ao andamento dado às mesmas resoluções pelo Conselho Executivo” tendo-se verificado uma crescente “intromissão abusiva da UNESCO nos

¹¹⁹ Ferreira, José, Medeiros (2006), “O Estado Novo e admissão de Portugal na ONU” in *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Editorial Presença, p. 93.

¹²⁰ AHD, MNE, CLT, M. 164, Informação de serviço do MNE, 17 de setembro de 1968.

¹²¹ AHD, CLT, M. 166, Documento da UNESCO 84 EX/35, 12 de maio de 1970.

¹²² AHD, MNE, CLT, M. 166, Informação de serviço, 24 de outubro de 1970.

¹²³ AHD, MNE, CLT, M. 166, Informação de serviço, 30 de novembro de 1970.

¹²⁴ AHD, MNE, CLT, M. 114 A, Projeto circular n.º 1432, sem data.

mais variados campos da política internacional.” Face à aprovação da resolução que atribuiu fundos aos “movimentos terroristas antiportugueses, com o pretexto de auxílio à educação em pretensas áreas libertadas”, o Governo português decidiu abandonar a organização.¹²⁵

Rui Patrício remeteu uma carta ao Diretor-Geral da UNESCO, na qual lamentou que a organização se tenha afastado dos fins para os quais foi criada e que desse modo “o Governo português não pode manter o seu cargo numa organização que não respeita os princípios do seu ato constitucional.”¹²⁶

A saída de Portugal da organização foi noticiada pela própria imprensa francesa. O *Le Fígaro*¹²⁷ e o *Le Monde*,¹²⁸ destacaram a decisão formal do Governo português de se retirar da UNESCO, justificada pelo apoio da UNESCO a movimentos terroristas de Angola. Já *La République* foi mais longe e refere-se a Portugal como “um país racista que continua a manter a sua política colonial em África.”¹²⁹ Já a imprensa portuguesa, curiosamente, não se dedicou a escrever sobre o assunto.

Podemos concluir que a pressão de organizações internacionais não teve o resultado expectável, mantendo o regime português a sua luta contra a descolonização. A intransigência do Governo português começou, igualmente, a ter repercussões a nível interno. A criação do MFA, tal como a publicação do livro *Portugal e o Futuro* do General António de Spínola, revelaram as divisões profundas na instituição militar, conscientes da impossibilidade de vencer a guerra colonial.¹³⁰ Como afirmou o jornal *Le Monde* no remoto mês de setembro de 1943, não haveria uma descolonização em Portugal sem que primeiro houvesse uma revolta em Lisboa.¹³¹

A política externa portuguesa, como teremos oportunidade de analisar no capítulo seguinte, só verificou uma profunda mudança já com a instalação do regime democrático, a 25 de abril de 1974.

¹²⁵ AHD, MNE, CLT, M. 114 A, Conferência de Imprensa datada de 26 de maio de 1971.

¹²⁶ AHD, MNE, CLT, M. 114, Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício a René Maheu, sem data.

¹²⁷ AHD, MNE, CLT, M 114 A, *Le Fígaro*, 11 julho de 1971.

¹²⁸ AHD, MNE, CLT, M 114 A, *Le Monde*, 11 julho de 1971.

¹²⁹ AHD, MNE, CLT, M 114 A, *La République*, 29 de maio de 1971.

¹³⁰ Gaspar, Carlos (2000), “Organização das Nações Unidas (ONU)” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. 8, Lisboa, Livraria Figueirinhas, p. 678.

¹³¹ AHD, MNE, CLT, M 114 A, *Le Monde*, setembro de 1943.

CAPÍTULO 2- O 25 DE ABRIL E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Os últimos anos do regime marcelista foram marcados por grandes dificuldades. A frustração daqueles que esperavam que Marcello Caetano promovesse uma “transição liberalizante” e que encontrasse uma solução para o problema colonial tornou-se evidente: em 1973, a saída da maioria dos deputados da ala liberal da Assembleia Nacional deixou visível o crescente isolamento político de Marcello Caetano bem como fracasso do seu reformismo;¹³² a nível económico, o impacto da crise petrolífera de 1973 deixou patentes as debilidades estruturais da economia portuguesa, assente numa política de importações, com um crescente défice comercial, uma taxa de inflação elevada e cuja situação se agravava com as despesas de guerra.¹³³

A nível militar, em julho de 1973, foi publicado o Decreto-Lei n.º 353/73, que permitia a passagem dos oficiais do Quadro Especial ao Quadro Permanente (QP) das armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria. Ainda em agosto do mesmo ano, foi publicado o Decreto-Lei n.º 409/73, que tentou solucionar o problema da ultrapassagem dos majores, mas manteve a injustiça relativamente aos capitães e subalternos do QP. Estes decretos publicados pelo Ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo, pretendiam “resolver o problema da falta de oficiais com que o exército se debatia face à continuação da guerra colonial.”¹³⁴ O crescente desgaste nas Forças Armadas portuguesas era cada vez maior, combatendo em África uma guerra em três frentes para a qual já não existia solução militar e politicamente não se encontravam alternativas.¹³⁵

Perante este contexto foi criado ainda em 1973, o Movimento das Forças Armadas (MFA), que além das reivindicações corporativas, reclamava entre outros objetivos, o fim da Guerra Colonial e o restabelecimento da democracia.

¹³² Rezola, Maria Inácia (2007), “Os capitães: uma Revolução na forja” in *25 De Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 25.

¹³³ Ferreira, José Medeiros (1993), “Do golpe do Estado à Revolução” in *História de Portugal, Volume VIII. Portugal em Transe (1974-1985)*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 17.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 21.

¹³⁵ Telo, António José (2008), “Portugal e o Mundo” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, p. 189.

Para António Costa Pinto foi, precisamente, a guerra colonial o fator determinante da forma específica como a ditadura foi derrubada em Portugal.¹³⁶ A guerra tornou-se cada vez mais impopular e “a descoberta dos jovens oficiais” de que continuar a manter uma guerra “significava defender um governo desacreditado, os interesses de meia dúzia de companhias e o domínio dos colonos contra as maiorias africanas, levou-os a voltar armas contra os que mandavam morrer sem razão.”¹³⁷

A 25 de abril de 1974 foi derrubado o regime ditatorial. Conduzida pelo MFA, a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi, de acordo com o historiador António Reis, um “movimento estritamente militar, que agiu de um modo completamente autónomo em relação às forças políticas e partidárias existentes, sem quaisquer compromissos prévios com qualquer delas e com um programa próprio, que previa desde logo a devolução do poder a instituições civis devidamente legitimadas pelo sufrágio”.¹³⁸ Para Fernando Rosas, a Revolução “representou historicamente o mais profundo e ameaçador abalo sofrido por uma oligarquia que, desde sempre, em Portugal, reinara incólume e segura de si.”¹³⁹ Já Maria Inácia Rezola, realçou que o colapso do Portugal fascista foi “súbito e paradoxal” com o regime conformado, entregando-se sem praticamente resistir.¹⁴⁰

Em consequência da Revolução de Abril verificou-se o desmantelamento dos órgãos e instituições do regime destituído,¹⁴¹ sendo o poder transferido para uma Junta de Salvação

¹³⁶ Pinto, António Costa (2001), “A transição para a democracia e a descolonização” in *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, p.65.

¹³⁷ Rodrigues, Avelino *et. al* (2001), (4ª ed), “O 25 de abril-Dia 1 de uma nova era” in *O Movimento dos Capitães e o 25 de abril*, Lisboa, Dom Quixote, p. 54.

¹³⁸ Reis, António (1994), “A Revolução do 25 de abril de 1974, O MFA e o processo de democratização” in António Reis (Coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 115.

¹³⁹ Rosas, Fernando (2004), “A revolução portuguesa de 1974/75 e a institucionalização da democracia” in *Pensamento e Ação Política: Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 138.

¹⁴⁰ Rezola, Maria Inácia (2007), “Os capitães: uma Revolução na forja” in *25 De Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 26.

¹⁴¹ De que são exemplo a extinção da Direção Geral de Segurança, da Legião Portuguesa, do Governo, da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa, etc.

Nacional (JSN),¹⁴² “constituída pelo imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o país para a definição e consecução de verdadeiros objetivos nacionais.”¹⁴³

Em matéria de política externa portuguesa, o historiador António José Telo considerou que após o 25 de abril de 1974 se podem distinguir em Portugal quatro fases distintas: de 25 de abril a julho-setembro de 1974, uma fase marcada pelo confronto entre as diferentes opções da descolonização; de julho-setembro de 1974 a novembro de 1975 verificou-se um envolvimento externo na luta para o estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal; de fins de 1975 a 1985 pela procura de um novo paradigma de relação com o mundo; e, por fim, uma última fase que abarca o período entre a adesão à CEE e a atualidade.¹⁴⁴

O primeiro grande desafio do novo regime foi, justamente, o processo de descolonização e o modo como o mesmo deveria decorrer. No que respeita ao Programa original do MFA, este era marcadamente político e moderado: “refere a necessidade de pôr um termo à guerra, reclama a autodeterminação das colónias e garante a realização de eleições.”¹⁴⁵ Spínola conseguiu, à última hora, eliminar o ponto do programa referente à questão colonial, transformando-o numa formulação mais vaga que anunciava o “lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz” e que consequentemente impedia a existência de uma solução definitiva para a questão colonial, desde logo perceptível no discurso proferido na madrugada do dia 26 de abril de 1974, no qual o General Spínola anunciou ao país que a JSN iria “garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental.”¹⁴⁶

O debate sobre o tipo de descolonização a adotar dominou a cena política portuguesa durante todo o verão de 1974, surgindo várias linhas de pensamento das que se destacam a spinolista, a melo-antunista e gonçalvista. Segundo Luís Nuno Rodrigues, o General Spínola pretendia evitar que o processo de descolonização resultasse numa mera transferência de poder

¹⁴² Composta pelos seguintes membros: General António de Spínola (Presidente); General Francisco da Costa Gomes; Brigadeiro Jaime Silvério Marques; General Manuel Diogo Neto; Coronel Carlos Galvão de Melo; Capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo e Capitão-de-fragata António Rosa Coutinho.

¹⁴³ Proclamação da JSN consultado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/proclamacao-da-junta-de-salvacao-nacional/#sthash.n8mSDEtz.dpbs> a 28 de março de 2018.

¹⁴⁴ Telo, António José (2008), “Portugal e o Mundo” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, pp.147-209.

¹⁴⁵ Barreto, António (2000), “Revolução de 25 de Abril de 1974” in António Barreto e Maria Filomena Mónica, (Coord), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. IX, Lisboa, Figueirinhas, p. 262.

¹⁴⁶ Proclamação da JSN consultado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/proclamacao-da-junta-de-salvacao-nacional/#sthash.n8mSDEtz.dpbs>, a 28 de março de 2018.

para os movimentos de libertação, defendendo “a aceitação pelos povos africanos da sua associação continuada com Portugal num sistema federal.”¹⁴⁷ Melo Antunes procurava a constituição de um eixo neutralista, não-alinhado e terceiro-mundista e Vasco Gonçalves assumia uma tendência pró-soviética.¹⁴⁸ Por fim, o MFA pretendia o termo da guerra, mesmo que tal implicasse a simples transferência de poder para os movimentos nacionalistas. Os movimentos de libertação, por sua vez, sem garantias prévias de concessão de independência, não aceitavam o cessar-fogo.¹⁴⁹

Apenas com a posse do II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, foi clarificada a posição portuguesa face à descolonização, através da aprovação da Lei 7/74, que exprimiu o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à sua autodeterminação e independência.¹⁵⁰

No que respeita às relações diplomáticas, David Castão referiu que a Revolução constituiu uma surpresa nos restantes países, inclusive, nos que mantinham ligações diplomáticas com Portugal.¹⁵¹ De acordo com José Medeiros Ferreira, “o mundo das democracias políticas pluralistas e outros países considerados «ocidentais», como a Espanha e o Brasil, que ainda eram dotados de regimes ditatoriais, reconhecem de imediato a Junta de

¹⁴⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2010), “António de Spínola e a descolonização portuguesa” in *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 352- 353.

¹⁴⁸ Teixeira, Nuno Severiano (2004), “O 25 de Abril e a política externa portuguesa”, *Relações Internacionais*, n.º 1, p.9.

¹⁴⁹ Os principais movimentos de libertação eram: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Sobre Portugal e a guerra colonial é interessante as leituras de: Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (2000), *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias; Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.

¹⁵⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2016), “A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa. Do 25 de abril à lei da descolonização” in Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (Orgs.), *Dos anos quentes à estabilidade democrática: memória e ação política no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, p.121.

¹⁵¹ Castão, David (2016), “O processo de transição português e o seu contexto internacional” in Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (Orgs.), *Dos anos quentes à estabilidade democrática: memória e ação política no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, p.127.

Salvação Nacional.”¹⁵² Já os países próximos de Angola e Moçambique encaram os acontecimentos com algum ceticismo.¹⁵³

António José Telo realçou que o rápido reconhecimento do novo regime pelos restantes países foi em muito facilitado pelas boas relações que Mário Soares, nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, a 15 de maio de 1974, mantinha em muitas capitais europeias.¹⁵⁴ Mário Soares parte a 2 de maio de 1974 pela Europa de modo a “explicar aos chefes de Estado europeus a importância das modificações em Portugal”¹⁵⁵ e mostrando-se disponível para “falar com vários governos com os quais tinha contatos, ou seja, com os governos socialistas, sociais-democratas e trabalhistas que, nessa altura, estavam no poder na Europa.”¹⁵⁶

A nível europeu, as forças democráticas contaram com o grande apoio da Internacional Socialista, em especial da República Federal Alemã (RFA). De acordo com Ana Mónica Fonseca registou-se “o desenvolvimento de uma intensa ofensiva diplomática, com Helmut Schmidt e Willy Brandt a serem fundamentais para mobilizar os seus parceiros europeus, captar o apoio dos Estados Unidos e mesmo influenciar a posição da União Soviética no sentido de esta moderar o comportamento do PCP.”¹⁵⁷ Já Tilo Wagner destacou o apoio da República Democrática Alemã (RDA) ao Partido Comunista Português (PCP), tendo o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED) providenciado apoio técnico e financeiro aos comunistas portugueses.¹⁵⁸ Conclui-se, que os dois estados alemães foram muito importantes durante o período revolucionário: a RDA apoiando o PCP e a RFA “sustentando a implantação de uma democracia pluralista de tipo ocidental.”¹⁵⁹

¹⁵² Ferreira, José Medeiros (2004), “O 25 de Abril no Contexto Internacional”, *Relações Internacionais*, n.º 2, p.143.

¹⁵³ Rodrigues, Avelino *et al* (2001) (4ª ed), “O 25 de abril-Dia 1 de uma nova era” in *O Movimento dos Capitães e o 25 de abril*, Lisboa, Dom Quixote, p.58.

¹⁵⁴ Telo, António José (2008), “Portugal e o Mundo” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, p. 189.

¹⁵⁵ Soares, Mário (1976), *Portugal que Revolução?* Lisboa, Perspetivas, 1976, p. 61.

¹⁵⁶ Soares, Mário (1999), “Portugal e a transição para a democracia. Um testemunho pessoal” in Fernando Rosas (Org.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Colibri, p. 324.

¹⁵⁷ Fonseca, Ana Mónica (2012), "O apoio da Social Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, n.º 63, pp.105 e 106.

¹⁵⁸ Wagner, Tilo (2006), “Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos”, *Relações Internacionais*, n.º 11, p. 81.

¹⁵⁹ Ferreira, José Medeiros (1994), "Os Militares no Poder e as Reações Internacionais", *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, p. 505.

A URSS destacou-se pelo seu apoio ao PCP, uma vez que para o governo soviético era vantajoso e aceitável uma tentativa de tomada de poder dos comunistas em Portugal.¹⁶⁰ Já a Espanha declarou manter inalteráveis as relações peninsulares, apesar de a política adotada pelo regime franquista entre 1974 e 1975 ser marcada pela cautela perante o desencadear da situação em Portugal.¹⁶¹

Relativamente aos EUA, verificou-se uma "ausência" de reação durante os primeiros meses da revolução. É importante referir que, aquando da Revolução de abril, os EUA passavam por um momento difícil com a retirada norte-americana do Vietname e o escândalo do caso Watergate ligado à Presidência Nixon.¹⁶² Henry Kissinger optou por manter uma posição bastante cautelosa até agosto de 1975, demonstrando que não apoiaria a presença de comunistas no Governo português e defendendo em Portugal uma “democracia parlamentar de tipo ocidental.”¹⁶³ A atitude dos EUA face ao processo revolucionário em Portugal, alterou-se a partir de meados de 1975, com a nomeação para embaixador em Lisboa de Frank Carlucci, um dos defensores do apoio norte-americano a um “plano de modernização das Forças Armadas Portuguesas, tendo em conta os compromissos nacionais com a Organização do Tratado do Atlântico Norte.”¹⁶⁴

Somente com o I Governo Constitucional (julho de 1976-janeiro de 1978), liderado por Mário Soares, clarificou-se a política externa portuguesa, assumindo Portugal a sua posição de “país ocidental, europeu e atlântico.”¹⁶⁵ Ultrapassada a tentação terceiro-mundista do período revolucionário, verificou-se a nível bilateral o fortalecimento das relações com os EUA,¹⁶⁶ com o Reino Unido, com a Espanha e com o Brasil. Confirmou-se ainda o estabelecimento de

¹⁶⁰ Telo, António José (2008), “Portugal e o Mundo” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, p. 189.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 189.

¹⁶² Sobre os EUA e a transição portuguesa ver: Sá, Tiago Moreira de (2009), *Os Estados Unidos e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*, Lisboa, Instituto Diplomático; Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá, (2008), *Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote.

¹⁶³ Ferreira, José Medeiros (1994), "Os Militares no Poder e as Reações Internacionais", *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, p. 502.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.501.

¹⁶⁵ Teixeira, Nuno Severiano (2010), “Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, n.º 28, p.54.

¹⁶⁶ Verificou-se a renovação do Acordo das Lajes em 1979 e 1983. Portugal estendeu as facilidades nas bases dos Açores aos EUA até 1991 e recebeu como contrapartida ajudas no sector económico e militar.

relações diplomáticas com a URSS, com os países da Europa de Leste e o contato com a maioria dos estados africanos e do Terceiro Mundo. Já a nível multilateral, confirma-se um reforço da participação portuguesa na NATO.¹⁶⁷

No entanto, a mais importante alteração da política externa portuguesa foi a adesão portuguesa às comunidades europeias.¹⁶⁸ Segundo António Costa Pinto, a opção europeia foi um produto da transição para a democracia,¹⁶⁹ tornando-se crucial na “rutura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumindo simultaneamente uma dimensão anticomunista e antirrevolucionária.”¹⁷⁰

A este respeito, José Medeiros Ferreira¹⁷¹ recordou que a posição favorável à CEE já tinha surgido nos programas do Partido Socialista (PS), do Partido Popular Democrático (PPD) e do Partido do Centro Democrático Social (CDS) elaborados após a Revolução, embora nenhum defendesse a adesão imediata.¹⁷² Foi sobretudo o PS e em particular Mário Soares, que “incentivaram fortemente um futuro europeu para Portugal e tornaram a adesão à CEE a principal prioridade entre os objetivos da política externa.”¹⁷³

Mário Soares viajou em 1976 pelas capitais europeias, com o objetivo de sondar a disponibilidade dos nove membros¹⁷⁴ da CEE em aceitarem o pedido de adesão e solicitar o seu

¹⁶⁷ Teixeira, Nuno Severiano (2015), “Portugal no Mundo” in António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro (Orgs.), *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010 “A busca da democracia”*, Vol. V, Lisboa, Fundación MAPFRE, p.63.

¹⁶⁸ Portugal não participou na criação de movimentos de integração europeus como a Comunidade Económica do Carvão e do Aço, a Comunidade Europeia de Defesa e a Comunidade Política Europeia. O nosso país apenas foi apenas membro fundador da Associação Europeia do Comércio Livre e aderiu ao Conselho de Europa em agosto de 1976. Sobre o assunto ver: Andersen-Leitão, Nicolau (2007), *Estado Novo-Democracia e Europa (1947-1986)*, Lisboa, ICS; Castilho, José (2000), *A ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Coleção Parlamento.

¹⁶⁹ Pinto, António Costa (2001), “A transição para a democracia” in *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 80.

¹⁷⁰ Pinto, António Costa (2000), “Da África à Europa” in Francisco Bettencourt e Kurti Chaudhuri *História da Expansão Portuguesa*, Vol.V, Lisboa, Temas e Debates, p. 414.

¹⁷¹ Em junho de 1974, o I Governo Provisório pediu auxílio económico a Bruxelas e em novembro do mesmo ano o II Governo Provisório, recorreu de novo ao apoio da CEE.

¹⁷² Ferreira, José Medeiros (1995), “Os regimes políticos em Portugal e a organização internacional da Europa”, *Política Internacional*, n.º 11, p. 26.

¹⁷³ Maxwell, Kenneth (1999), “Reunir os pedaços” in *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, p.198.

¹⁷⁴ Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Itália, Irlanda, Luxemburgo, RFA e Reino Unido.

apoio. Portugal contou com o apoio da RFA, do Reino Unido e da Dinamarca. Já a França e os países do Benelux defenderam, inicialmente, a atribuição a Portugal de um estatuto de pré-adesão, durante o qual o nosso país se adaptaria à realidade comunitária.¹⁷⁵

Segundo Fernando de Oliveira Neves,¹⁷⁶ o Governo português confrontou-se ainda com o ceticismo da opinião pública portuguesa e com a oposição de algumas forças políticas nacionais (como o PCP, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e a Confederação Empresarial de Portugal).

A 28 de Maio de 1976, o Primeiro-Ministro português apresentou formalmente o pedido oficial de adesão de Portugal à Comissão Europeia.¹⁷⁷ Este pedido tinha dois grandes objetivos: a consolidação da democracia e a modernização e o desenvolvimento económico, que as ajudas comunitárias favoreciam.¹⁷⁸ As negociações de adesão, tiveram início formal a 17 de outubro de 1978, finalizando-se apenas a junho de 1985, com a assinatura do tratado de adesão de Portugal às comunidades europeias. Vários fatores têm sido apontados para a demora no processo negocial: a instabilidade governamental,¹⁷⁹ a situação económica; o regime político português ser tutelado por um órgão militar, o Conselho da Revolução (extinto em 1982), o que fazia de Portugal “uma democracia tutelada por um órgão não democrático de natureza militar”¹⁸⁰; e por fim, a reserva francesa no sentido de a adesão portuguesa coincidir com a adesão espanhola.¹⁸¹

¹⁷⁵ Segundo Jaime Gama, a França e a Grécia confrontavam-se com o *dossier* agrícola, receando a concorrência das produções mediterrâneas, perante a eventual candidatura espanhola. Ver: Gama, Jaime (1994), “A adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, *Política Internacional*, Vol. I, n.º 10, pp. 5-19.

¹⁷⁶ Neves, Fernando de Oliveira (1997), “O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, *Política Internacional*, n.º 14, pp 57 e 58.

¹⁷⁷ Chaves, Miguel Mattos (2013), “As reuniões de negociações entre Portugal e as Comunidades Europeias e os seus principais Resultados (1977-1985)” in *As negociações de adesão de Portugal à CEE*, Coimbra, Almedina, p. 45.

¹⁷⁸ Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (Orgs.) (2007), “Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986” in *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, p. 36.

¹⁷⁹ Até à eleição do I Governo Constitucional, de maio de 1974 a julho de 1976, Portugal teve seis Governos Provisórios. Existiam como principais partidos: o PCP, o PS, o PPD e o CDS.

¹⁸⁰ Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (Orgs.) (2007), “Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986” in *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, p. 37.

¹⁸¹ Magalhães, José Calvet de (1987-1988), “Portugal e a Integração Europeia”, *Estratégia*, n.º 4, pp. 70 e 71.

Além de todas as alterações referidas neste capítulo, aquela que se destaca como uma grande mudança do após 25 de abril de 1974, foi a atitude portuguesa para com as organizações internacionais, nomeadamente com a UNESCO.

CAPÍTULO 3-O REGRESSO DE PORTUGAL À UNESCO EM 1974

“Haverá seguramente muito trabalho inovador a realizar-imaginativo, coordenado, persistente-para imprimir maior rigor, coerência e eficácia à política externa portuguesa e a tornar conhecida pela nossa própria opinião pública. A nossa política externa deve saber ter causas e defendê-las.”¹⁸²

Para os pequenos países que não têm possibilidade de, unilateralmente, “produzir qualquer impacto relevante no contexto internacional em que se encontram inseridos”, a cooperação intergovernamental multilateral e a participação em organizações intergovernamentais, revestem-se de “uma importância capital.”¹⁸³

Uma das grandes novidades da política externa portuguesa após o 25 de abril de 1974, foi precisamente o desejo do regime português em cooperar com os organismos internacionais existentes. Essa cooperação não foi, no entanto, imediata, uma vez que nos meses que se seguiram à Revolução de abril, a pressão da ONU sobre Portugal, no sentido de ser concretizada uma efetiva descolonização, não abrandou.

Logo a 9 de maio de 1974, as Nações Unidas apelaram ao regime português que iniciasse negociações com os movimentos independentistas e que declarasse a independência das suas colónias. Dois dias depois, a organização enviou à capital portuguesa, Hans Janitschek,¹⁸⁴ como emissário especial para o “primeiro contato formal estabelecido entre as Nações Unidas e o Portugal Novo.” Janitschek reuniu-se com o General Spínola e com Mário Soares, aos quais transmitiu a ansiedade dos representantes das nações africanas na ONU em saberem quais as ideias da JSN quanto à autodeterminação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.¹⁸⁵

A nível internacional, o I Governo Provisório (maio a julho de 1974) liderado por Adelino da Palma Carlos, reforçou desde logo no seu programa a sua preocupação em “respeitar

¹⁸² Soares, Mário (2002), “Política externa: breve reflexão”, *Janus-Anuário de relações exteriores*, p. 140.

¹⁸³ Madeira, Luís (1997), “Portugal e os Organismos Intergovernamentais”, *Janus- Anuário de relações exteriores* consultado em https://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_3_13.html a 20 de abril de 2018.

¹⁸⁴ Hans Janitschek foi eleito Secretário-Geral da Internacional Socialista em 1969. A convite do Secretário-Geral Kurt Waldheim tornou-se consultor das Nações Unidas a partir de 1977.

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1974, p. 7.

os tratados internacionais em vigor”, contribuir ativamente “no sentido da manutenção da paz e segurança internacionais” e participar e colaborar “ativamente com a ONU, e, em geral, com os organismos de cooperação internacional.”¹⁸⁶

Tendo em vista a concretização dos objetivos, definidos em matéria de política externa, Mário Soares enviou, ainda no mês de maio de 1974, Jorge Sampaio e João Cravinho a Nova Iorque com o intuito de, junto das missões acreditadas na ONU, efetuarem uma série de contatos de modo a comunicar a nova situação política portuguesa, os novos princípios da política externa e quais os planos portugueses para a resolução do problema colonial.¹⁸⁷ Apesar de, primeiramente, se pensar que seria Jorge Sampaio o chefe da representação portuguesa nas Nações Unidas, a escolha acabou por recair sobre Veiga Simão.¹⁸⁸

Os apelos da ONU ao regime português continuavam, com o intuito de convencê-lo a encontrar uma solução rápida para o problema colonial e “consentânea com as suas resoluções e com as expetativas da comunidade internacional.”¹⁸⁹ Esta pressão adquiriu ainda maior importância quando se apercebeu que existiam em Lisboa projetos diversos quanto ao futuro dos territórios coloniais. Segundo Luís Nuno Rodrigues, os sucessivos apelos da ONU revelavam não só a crescente impaciência da organização com “a ausência de uma solução clara por parte do regime português”, relativamente ao problema colonial, como demonstrava o apoio das Nações Unidas à “negociação direta e imediata com os movimentos nacionalistas.”¹⁹⁰

Perante a constante indefinição portuguesa, Kurt Waldheim, Secretário-Geral da ONU, decidiu aguardar que o novo Governo português reconhecesse a independência dos povos colonizados e que iniciasse, sem demora, negociações com os movimentos de libertação africanos. Waldheim mostrou-se disponível para proporcionar toda a assistência que fosse

¹⁸⁶ Programa do I Governo Provisório, consultado a 20 de abril de 2018. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-govarquivo-historico/governos-provisorios/gp01.aspx>.

¹⁸⁷ Soares, Mário (1975), “O caso da representação da ONU” in *Democratização e Descolonização*, Lisboa, Dom Quixote, p. 224.

¹⁸⁸ Professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, em 1970 assumiu o cargo de Ministro da Educação Nacional. Foi embaixador de Portugal nas Nações Unidas entre 1974 e 1975.

¹⁸⁹ Rodrigues, Luís Nuno (2016), “A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa: do 25 de abril à Lei da Descolonização” in Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (Orgs.), *Dos Anos Quentes à Estabilidade Democrática. Memória e ação política no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Mundos Sociais, p.215.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p.115.

necessária durante as negociações, embora não planeasse visitar Portugal enquanto o processo negocial não iniciasse efetivamente.¹⁹¹

A 26 de junho, Mário Soares encontrou-se com Kurt Waldheim em Nova Iorque. Após a reunião com o governante português, o Secretário-Geral da ONU declarou que “Portugal estava no bom caminho relativamente à solução do problema das suas colónias africanas” e que Mário Soares lhe assegurou que o Governo português estava disposto a aplicar as resoluções da ONU sobre Angola, Guiné Bissau e Moçambique.¹⁹²

Entretanto, à pressão internacional da ONU juntou-se uma crise governamental em Portugal, iniciada a 8 de julho de 1974, quando o Conselho de Estado recusou um conjunto de propostas apresentadas pelo Primeiro-Ministro, Adelino da Palma Carlos,¹⁹³ que conduziram à queda do I Governo Provisório.

A chefia do II Governo Provisório (18 de julho de 1974) foi assumida por Vasco Gonçalves, o qual anunciou no seu discurso de tomada de posse, a aprovação por parte do Conselho de Estado de uma nova lei constitucional, onde se “reconhece o direito dos povos à autodeterminação, com todas as consequências, incluído o direito às independência.”¹⁹⁴ A nova lei constitucional, Lei 7/74, promulgada por Spínola a 27 de julho de 1974, proclamava o reconhecimento do direito à autodeterminação, a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e esclarecia que competiria ao Presidente da República, depois de ouvir a JSN, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, “praticar os atos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos antigos antecedentes.”¹⁹⁵

Kurt Waldheim acolheu com satisfação a promulgação da Lei 7/74, esperando que a independência dos países fosse “efetiva logo que possível, de acordo com as resoluções das Nações Unidas.”¹⁹⁶ O Secretário-geral deslocou-se a Lisboa no dia 2 de agosto de 1974, com o objetivo de debater o futuro dos territórios portugueses em África com membros do Governo

¹⁹¹ *Diário de Notícias*, 3 de agosto 1974, p.1.

¹⁹² *Diário de Notícias*, 27 de junho de 1974, p.1.

¹⁹³ Do conjunto de propostas apresentadas destacavam-se: a realização em outubro de 1974 das eleições presidenciais e, simultaneamente, de um referendo a uma Constituição Provisória; as presidenciais ocorreriam, antes das eleições constituintes, previstas para finais de 1976. As propostas tinham o objetivo de reforçar o poder do Presidente da República, António de Spínola.

¹⁹⁴ Discurso proferido por Vasco Gonçalves a 18 de julho de 1974, consultado a 27 de maio de 1974, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mf616>.

¹⁹⁵ Lei 7 /74 de 27 de julho 1974, consultado em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03> a 23 de maio de 2018.

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 28 de julho de 1974, p.7

português. Esta visita representou uma “data histórica” nas relações de Portugal com as Nações Unidas, permitindo encerrar “formalmente e ao mais alto nível, uma orientação política de indiferença para com os anseios da comunidade internacional e tristemente simbolizada na afirmação do orgulhosamente sós.” A vinda de Waldheim revelou, igualmente, a reentrada de Portugal “no concerto das nações civilizadas.”¹⁹⁷

Durante a sua permanência em Lisboa, o Secretário-Geral da ONU foi recebido pelo Presidente da República, General António de Spínola, pelo Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares.¹⁹⁸ Este último garantiu-lhe que as autoridades portuguesas estavam “fortemente empenhadas” no processo de descolonização e que o regime português desejava “cooperar lealmente com a ONU” contando com o acordo, ajuda, apoio e conselho da organização para efetivar todo o processo de descolonização.¹⁹⁹

Da visita de Waldheim a Lisboa, marcada pelo “entendimento e cordialidade”,²⁰⁰ resultou um longo comunicado conjunto Portugal-ONU, onde foram analisadas as possibilidades de assistência da ONU no processo de descolonização “com vista a promover o bem-estar social e económico da população destes territórios.” Portugal declarou-se disposto a cooperar com as Nações Unidas, reconhecendo as suas obrigações relativamente à Carta da organização e também às resoluções aprovadas; reafirmou o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência de todos os territórios ultramarinos sob sua administração e comprometeu-se a garantir a unidade e integridade de cada território. O comunicado continha ainda disposições específicas sobre cada uma das colónias portuguesas.²⁰¹

A promulgação da lei 7/74 e o comunicado Portugal-ONU, permitiram “desbloquear a situação negocial e abrir caminho para o reconhecimento da independência dos novos Estados africanos de expressão portuguesa.”²⁰² Ao mesmo tempo, Portugal ficava agora com outra margem de manobra para negociar com os restantes organismos internacionais.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1974, pp.1-5.

¹⁹⁸ Nas sessões de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros tomaram também parte o Ministro da Defesa, Mário Firmino Miguel, e o Ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos.

¹⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 3 de agosto de 1974, p.1.

²⁰⁰ *Diário de Lisboa*, 3 de agosto de 1974, p.1.

²⁰¹ Comunicado Portugal-ONU de 4 de agosto de 1974, consultado em <http://cd25a.uc.pt/> 23 de maio de 2018.

²⁰² Rodrigues, Luís Nuno (2016), “A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa: do 25 de abril à Lei da Descolonização” in Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (Orgs.),

Logo a 13 de setembro de 1974, numa Conferência de Imprensa realizada no Palácio das Necessidades, Mário Soares proferiu um importante discurso, no qual classificou a posição da política externa portuguesa em relação aos organismos internacionais como “verdadeiramente difícil”: “ser expulsos, escorraçados, ou, então, de ter de fazer a chamada ‘diplomacia dos corredores’, isto é, de ter de andar pelos corredores das organizações internacionais a mendigar, junto dos diplomatas estrangeiros, a possibilidade de não nos atacarem ou a bater à porta das chancelarias dos países nossos aliados, tentado, impedir votos contrários a Portugal.” Com a instalação da democracia, era desejo do regime português “ativar a sua participação nos organismos internacionais e de recomendação técnica e económica”, atuando no sentido de conseguir que “especialistas portugueses ingressem na função pública internacional” coisa que, até então, praticamente não se verificava.²⁰³

No que respeita à UNESCO, Portugal demonstrou logo em 1974 o seu desejo de reingressar na organização. Apesar de não estar expressamente prevista no Ato Constitutivo o regresso de um antigo Estado-membro à organização, o MNE considerava, logo em maio de 1974, que o retorno português à organização implicaria um processo “relativamente simples” e decidiu instruir a embaixada de Portugal em Paris “no sentido de efetuar uma sondagem a esse respeito.”²⁰⁴

De acordo com uma informação de serviço do MNE, Portugal deveria dirigir-se ao MNE em Londres (local onde está depositado o Ato Constitutivo da UNESCO) e “em carta assinada por Chefe de Governo” demonstrar a sua intenção de reingressar à organização. Posteriormente, caberia à embaixada inglesa “comunicar a iniciativa portuguesa ao Diretor-Geral da UNESCO.”²⁰⁵

O MNE português avançou com os procedimentos necessários para o reingresso de Portugal à organização. A 30 de Agosto de 1974, Mário Soares escreveu uma carta dirigida ao Diretor-Geral da UNESCO, René Maheu, notificando-o da intenção do Governo português em promover o seu reingresso à organização e acrescentando que Portugal se comprometia “fielmente a cumprir todas as estipulações contidas no Ato Constitutivo da

Dos Anos Quentes à Estabilidade Democrática. Memória e ação política no Portugal Contemporâneo. Lisboa, Mundos Sociais, p.125.

²⁰³ Soares, Mário (1974), *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 8, 9 e 35.

²⁰⁴ AHD, MNE, CLT, M.411A, Informação de serviço do MNE, 3 de maio de 1975.

²⁰⁵ AHD, MNE, CLT, M. 411A, Informação de serviço do MNE, 3 de agosto de 1974.

organização.”²⁰⁶ Assim, em setembro de 1974 foi entregue por parte de Portugal, no MNE Britânico, o instrumento diplomático relativo à readmissão na UNESCO.²⁰⁷

René Maheu, numa carta dirigida a James Callaghan, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth no Governo britânico, informou-o que a aceitação portuguesa na organização “produz efeitos na mesma data” e demonstrou a sua “profunda satisfação” pela adesão do governo português “aos ideais da organização.” O Diretor-Geral da UNESCO acrescentou que a “cooperação entre Portugal e a UNESCO é mutuamente benéfica e decisiva.”²⁰⁸ René Maheu remeteu, inclusive, um telegrama a Mário Soares a felicitá-lo pela iniciativa portuguesa, ao qual o Ministro português agradeceu, afirmando que o reingresso português, certamente “permitirá buscar uma cooperação leal e frutífera, guiada pelos nobres ideais da UNESCO.”²⁰⁹

No regresso de Portugal à UNESCO, era necessário ter ainda outro aspeto em consideração: a satisfação das contribuições devidas à organização à data do abandono efetivo da mesma. Segundo uma informação de serviço do MNE, datada de maio de 1974, a retirada de um membro “não modifica em nada as suas obrigações financeiras face a organização à data do abandono efetivo.”²¹⁰ Tendo Portugal saído da UNESCO em 1971 e só tendo a referida saída efeitos a partir de 21 de dezembro do ano seguinte, Portugal ficou devedor de uma quantia de 169.123.50\$ correspondente aos períodos de 1969-1970 e 1971-1972. Apesar das solicitações do referido organismo para que fosse paga essa quantia, por decisão do governo da altura, a contribuição não foi cedida.

Com o reingresso português à organização era conveniente o pagamento com toda a possível urgência da referida quantia, uma vez que realizar-se-ia no mês de outubro de 1974 a próxima reunião da organização e “a existência de contribuições em atraso poderá, segundo o regulamento, determinar restrições no exercício de voto.”²¹¹ Portugal acabou por saldar esta dívida, mediante cheque enviado ao Diretor-Geral da UNESCO a 10 de outubro de 1974.²¹²

²⁰⁶ AHD, MNE, CLT, M. 411 A, Carta de Mário Soares a René Maheu, 30 de agosto de 1974.

²⁰⁷ AHD, MNE, CLT, M. 411 A, Aviso de Fernando de Magalhães Cruz, 26 de setembro de 1974.

²⁰⁸ AHD, MNE, CLT, M. 411 A, Excerto da carta de René Maheu a James Callaghan, 20 de setembro de 1974.

²⁰⁹ AHD, MNE, CLT, M. 411 A, Telegrama de Mário Soares para René Maheu, setembro de 1974.

²¹⁰ AHD, MNE, CLT, M. 411 A, Informação de serviço do MNE, 3 de junho de 1974.

²¹¹ AHD, MNE, CLT, M. 411 A, Informação de serviço do MNE, 19 setembro de 1974.

²¹² AHD, MNE, CLT, M.422, Informação de serviço do MNE, 6 de março de 1975

A mudança da relação político-diplomática entre Portugal e as Nações Unidas, por sua vez, foi bem visível no discurso proferido por Mário Soares, na 29ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, a 23 de setembro de 1974. O Ministro português teve oportunidade de aprofundar alguns tópicos orientadores da política externa portuguesa²¹³ e ainda afirmar a colaboração ativa com a própria ONU e demais organismos de cooperação internacional.

Durante a sessão, Mário Soares realçou que estava em representação de um “Portugal renovado, que nada tem a ver com o Portugal tão repetidamente condenado nas Nações Unidas.” Portugal era um país desejoso de “participar plenamente na vida internacional”, declarando total colaboração com as Nações Unidas, a cujas ideias aderiria “sem reservas, pelo desejo de contribuir, na modéstia dos nossos recursos, para a construção de um mundo de paz e de compreensão entre as nações.” Adicionou ainda o Ministro português, que o Portugal “livre e democrático” em escassos meses, deu ao mundo prova “das suas intenções da honestidade das quais não pode mais duvidar-se e apresenta-se já perante a comunidade internacional com realizações concretas e definitivas no plano da descolonização.” No seu discurso, Mário Soares apelou às Nações Unidas e às agências especializadas que levantassem ao país “os embargos e as restrições que até agora o feriam e favorecem a participação dos representantes portugueses nos órgãos de que vem sendo afastado há tantos anos.” Portugal “desembaraçado dos fardos da opressão internas e da dominação colonial, readquiriu a sua feição tradicional e o seu humanismo universalista.” No final do seu discurso, o Ministro português dirigiu-se ao continente africano, apelando para a reconciliação com Portugal, através da “convivência fraterna, na igualdade, na fraternidade e no estreito respeito pelas independências.”²¹⁴

Já depois da renúncia de António de Spínola,²¹⁵ foi o Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, que teve oportunidade de discursar a 18 de outubro de 1974 na Assembleia Geral da ONU, aliás a primeira em que um Chefe de Estado português usou da palavra.²¹⁶ O Presidente da República reafirmou o propósito português de se manter fiel aos princípios do direito internacional da autodeterminação e da independência, afirmou a disponibilidade

²¹³ Sublinhou a fidelidade à NATO, o reforço das relações com o Brasil, Reino Unido, Espanha e EUA, e o interesse em estabelecer ligações com os países do Terceiro Mundo.

²¹⁴ Soares, Mário (1974), *O Novo Portugal e as Nações Unidas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp. 5, 8, 21, 25 e 38.

²¹⁵ António de Spínola ocupou o cargo de Presidente da República de 15 de maio de 1974 até à sua renúncia a 30 de setembro do mesmo ano.

²¹⁶ A responsabilidade era sempre entregue ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

portuguesa para cooperar com todos os povos e países e manifestou a esperança de as Nações Unidas e das suas agências especializadas não levantarem obstáculos e restrições a Portugal.

Foi precisamente ainda no mês de outubro de 1974, que se deu a readmissão formal de Portugal à UNESCO durante a 18ª Conferência Geral, realizada em Paris. Segundo César Oliveira, o regresso português ao organismo foi bem aceite pelos restantes Estados-membros.²¹⁷

No final de 1974, o engenheiro Manuel Rocha, Diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil²¹⁸ foi indigitado para visitar a sede da UNESCO em Paris, de modo a estabelecer contatos com vista à formação de uma Comissão Nacional da UNESCO em Portugal.²¹⁹ É curioso analisar através da documentação disponível que técnicos de administração portuguesa tinham mantido contatos com a UNESCO antes do 25 de abril, “desencadeando ações pontuais de que só gradualmente a missão permanente teve conhecimento através do secretariado da UNESCO.”²²⁰

Até à instalação oficial de uma Missão Permanente, em junho de 1975, foram segundo informação de serviço do MNE, características da atuação de Portugal junto da UNESCO: uma certa “atomização e dispersão” de contatos estabelecidos no secretariado da organização, a convicção, herdada do período anterior ao 25 de abril, de que a participação portuguesa se processava unicamente ao nível da ajuda a receber e não do contributo a dar, “mentalidade de assistência técnica e ao desenvolvimento” e que a atuação da organização se referia exclusivamente ao domínio da educação “em prejuízo de sectores como as ciências, a cultura, a comunicação, o ambiente, etc.” Por fim, continuou presente a conceção da UNESCO apenas como organismo técnico, “minimizando-se a sua importância enquanto plataforma multilateral.”²²¹

Só a 30 de junho de 1975 se estabeleceu, oficialmente, uma Missão Permanente de Portugal em Paris, sendo nomeada no mesmo ano para chefiar a respetiva Missão junto da UNESCO, Maria de Lourdes Pintasilgo.

²¹⁷ Oliveira, César (1996), “Abertura da política externa portuguesa” in *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa. A Descolonização, 1974-1976*, Lisboa, Cosmos, p. 66.

²¹⁸ Criado em 19 de novembro de 1946, instituição pública dedicada à investigação e desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal.

²¹⁹ AHD, MNE, CLT, M. 411, Informação de serviço, 6 de agosto de 1977.

²²⁰ AHD, MNE, CLT, M. 411, Informação de serviço, 6 de agosto de 1977.

²²¹ AHD, MNE, CLT, M. 411, Informação de serviço, 6 de agosto de 1977.

CAPÍTULO 4- MARIA DE LOURDES PINTASILGO: BREVE BIOGRAFIA

“A vida de Maria de Lourdes Pintasilgo estende-se desde o Ribatejo até às capitais do mundo e às instituições internacionais mais prestigiadas, onde o seu contributo foi festejado como brilhante.”²²²

A nível internacional, o início da década de 1930 foi marcado pela afirmação de regimes autoritários no continente europeu. Portugal não seria exceção.

A 5 de julho de 1932, António de Oliveira Salazar²²³ assumiu a Presidência do Conselho de Ministros, tonando-se Portugal um país governando por um regime de cariz autoritário em que o poder do Estado “era sistematicamente reforçado” e todos os sectores da vida nacional “subordinados no sentido daquilo que Salazar considerava ser o bem nacional.”²²⁴

Foi precisamente neste contexto, que a 18 de janeiro de 1930 em Abrantes, nasceu Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo, filha de Jaime de Matos Pintasilgo, comerciante de lanifícios, e Amélia do Carmo Ruivo da Silva Matos Pintasilgo, doméstica.²²⁵

Em 1937, a família Pintasilgo decidiu mudar-se para Lisboa, onde Maria de Lourdes realizou a instrução primária e em 1940 ingressou no Liceu Dona Filipa de Lencastre. Nessa altura, a política educativa²²⁶ era perspetivada como interiorização de um modelo de sociedade, assegurando a estabilidade do próprio sistema político, embora subordinada “aos condicionalismos financeiros impostos por Salazar.”²²⁷ Foram criadas instituições com o intuito

²²² Beltrão, Luísa e Barry Katton (2007), “Em jeito de prólogo” in *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História, p.11.

²²³ António de Oliveira Salazar, professor universitário catedrático de Economia na Universidade de Coimbra foi nomeado Ministro das Finanças em 1928, cargo que ocupou até 1932.

²²⁴ Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), “O Estado Novo na era do totalitarismo” in *Salazar*, Lisboa, Dom Quixote, p. 111.

²²⁵ Souza, Maria Reynolds de (2005), “Maria de Lourdes Pintasilgo” in Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais / Assembleia da República, p.345

²²⁶ Sobre o assunto ver: Nóvoa, António (1992), “A Educação Nacional” in Joel Serrão e Oliveira Marques (Dir), *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, pp. 456-519.

²²⁷ Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), “O Estado Novo na era do totalitarismo” in *Salazar*, Lisboa, Dom Quixote, p. 182.

de moldar as mentalidades juvenis de acordo com os princípios do regime como a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e a Legião Portuguesa criadas em 1936.²²⁸

Com apenas 13 anos, Maria de Lourdes Pintasilgo foi admitida no curso de graduadas da MPF, onde segundo a regra, só as vanguardistas com mais de 14 anos entravam. Participou ainda na Ação Católica, cuja metodologia era “ver, julgar e agir” e que segundo a própria, ensinou-a a “estar atenta às coisas e aos factos, analisá-los para ver o que era preciso fazer, e então fazê-lo.”²²⁹

Sempre excelente aluna, Maria de Lourdes Pintasilgo ingressou em 1948 no IST, onde “o ritmo de trabalho, que pretendia ser já um treino do trabalho industrial (48 horas semanais), era de uma exigência extrema.”²³⁰ A decisão de cursar engenharia química foi insólita, justificada “pelo desejo de melhorar a condição operária e o desafio que representava para uma mulher seguir tal caminho.”²³¹ Entre os alunos do seu curso, apenas três eram mulheres.

A universidade, por sua vez, começou a ter um papel crucial na vida sociopolítica do país, surgindo durante as décadas de 1940 e 1950 movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC), de cunho cristão, e o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ),²³² de natureza oposicionista, com bastante aceitação junto dos estudantes universitários. No seu primeiro ano no IST, Maria de Lourdes Pintasilgo aderiu à JUCF.²³³ Para se ser admitida na organização, era necessário “ser católica, frequentar um estabelecimento superior; pagar o valor

²²⁸ Sobre as organizações juvenis do Estado Novo ver: Nunes, João Paulo Avelãs (1995), “As organizações de juventude do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, pp. 167-227; Rodrigues, Luis Nuno (1996), *A Legião Portuguesa, a milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Estampa; Pimentel, Irene Flunser (2007), *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, Esfera dos Livros; Vieira, Joaquim (2008), *Mocidade Portuguesa*, Lisboa, Esfera dos Livros.

²²⁹ Bettencourt, Ana Maria e Maria Margarida Silva Pereira (Coord.), (1995), “Maria de Lourdes Pintasilgo” in *Mulheres Políticas: as suas causas*, Lisboa, Quetzal, p. 217.

²³⁰ Magalhães, Isabel Allegro de (Coord.), (2005), *Palavras Dadas de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 61.

²³¹ *Ibidem*, p. 61.

²³² Sobre o MUD ver Silva, Isabel Alarcão e (1994), *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo: 1945-1948*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa, FCSH-UNL.

²³³ A JUCF propunha-se a formar as jovens a nível moral, intelectual, social e religioso. Organizava-se em duas secções: a nacional (composta pelas associações dos institutos universitários e superiores) e a local (pelas associadas das diversas faculdades).

do cartão identificativo e emblema da JUFC, bem como as quotas e aceitar os estatutos.”²³⁴ Destacando-se no seio da organização, Maria de Lourdes Pintasilgo foi eleita sua presidente em 1952, cargo que desempenhou até 1956.

Em 1953 obteve a licenciatura em Engenharia Químico-Industrial, iniciando a sua carreira profissional em setembro do mesmo ano como investigadora bolsista na Junta Nacional de Energia Nuclear.²³⁵ Em julho de 1954, foi nomeada chefe de serviço no Departamento de Investigação e Desenvolvimento da Companhia União Fabril (CUF)²³⁶ e entre 1954 a 1960 dirigiu o Departamento de Estudos e Projetos da referida empresa.

Na qualidade de presidente da JUCF, Maria de Lourdes Pintasilgo viajou frequentemente o que lhe trouxe uma “consciência cosmopolita.”²³⁷ A projeção por si adquirida na JUFC, conduziu a que fosse, inclusive, eleita a primeira mulher presidente do Movimento Internacional de Estudantes Católicos- Pax Romana.²³⁸

Ao longo das suas viagens ao estrangeiro, entrou em contato com o Graal,²³⁹ movimento que introduziu em Portugal no ano de 1962, juntamente com Teresa Santa Clara Gomes e do qual foi, a nível internacional, vice-presidente (1963-1968).²⁴⁰ Em 1961, Maria de Lourdes

²³⁴ Amaral, Ana Filomena (2009), “As associações religiosas em Portugal” in *Maria de Lourdes Pintasilgo. Os anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)*, Coimbra, Edições Almedina, p. 48

²³⁵ Organismo de investigação e coordenação do Estado português criado em 1954. Extinto em 1979 por integração no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

²³⁶ Sobre a CUF ver: Faria, Miguel Figueira de (2004), *Alfredo da Silva: Biografia 1871-1942*, Lisboa, Bertrand; Martins, Alexandre Miguel Cotovio (2002), *Paternalismo patronal e habitação operária: o caso da Companhia União Fabril, no Barreiro*, Dissertação de Mestrado em Cidade, Territórios e Desqualificação, Lisboa, ISCTE; Sobral, Fernando Sá *et.al* (2008), *Alfredo da Silva: a CUF e o Barreiro: um século de Revolução Industrial em Portugal*, Lisboa, Bnomics.

²³⁷ Segundo Luísa Beltrão e Barry Katton, as múltiplas viagens levantaram suspeitas e os arquivos da PIDE registaram um pedido de passaporte em outubro de 1964 para viajar por vários países da Europa e da América. Ver Beltrão, Luísa e Barry Katton (2007), “Mulher engenheira 1947-1953” in *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História, p 83.

²³⁸ Devido ao cargo presidiu ao I Seminário de Estudantes Africanos, no Gana e à Assembleia Geral de Pax Romana em El Salvador (ambos em 1957); ao Congresso Mundial de Estudantes e Intelectuais Católicos em Viena (1958) e na Sessão da Comissão do Estatuto da Mulher das Nações Unidas realizada em Genebra (1961).

²³⁹ Sobre o Graal ver: Fontes, Paulo de Oliveira (2001), “Movimentos eclesiais contemporâneos” in Carlos Moreira Azevedo (Dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Círculo de leitores, pp. 459-470.

²⁴⁰ Mota, Susana (2015), “Maria de Lourdes Pintasilgo e a sociedade portuguesa”, *Revista de Estudos Interculturais*, nº 3, p. 20.

Pintasilgo abandonou a sua carreira profissional como engenheira, pelo seu desejo de, no quadro do Graal, se dedicar a um trabalho social e cultural. De acordo com o seu testemunho, pretendia “contribuir para a consciencialização dos jovens nas Universidades” e realizar projetos “diretamente com camadas sociais onde a necessidade de transformação mais se fazia sentir.” Era ainda responsável a nível internacional pela “coordenação de equipas em vários continentes, sobretudo orientadas para o desenvolvimento social e para a promoção das mulheres enquanto motores de transformação da sociedade.”²⁴¹

Em julho de 1968, Marcello Caetano substituiu Oliveira Salazar na chefia do Governo. O novo Presidente do Conselho convidou Maria de Lourdes Pintasilgo, em setembro de 1969, a desempenhar funções políticas como Procuradora da Câmara Corporativa. Sobre a nomeação, a mesma confessa que nunca considerou ter uma intervenção política durante o salazarismo, mas que encarou a chegada de Marcello Caetano à presidência do Conselho de Ministros “como uma séria hipótese de abertura política na sociedade portuguesa.”²⁴² Recusou o convite de Marcello Caetano para integrar a lista da União Nacional para a Assembleia Nacional em 1969, optando por continuar no cargo de Procuradora da Câmara Corporativa nas X e XI Legislaturas do Estado Novo (1969-1974),²⁴³ na qualidade de independente.

Entre maio de 1970 a setembro de 1973 foi consultora do Secretário de Estado do Trabalho e Previdência Social, Joaquim Silva Pinto, e em novembro de 1973, o Ministro das Corporações e Previdência Social, Baltazar Rebelo de Sousa, nomeou-a presidente da Comissão para a Política Social relativa à Mulher. De acordo com Maria Reynolds de Souza, durante a sua permanência no cargo “em matéria legislativa, foi elaborado o primeiro levantamento das discriminações entre mulheres e homens no direito público e privado e foram propostas diversas alterações ao direito da família e a legislação sobre o trabalho das mulheres.”²⁴⁴

Em 1971, Marcello Caetano convidou-a a integrar a delegação portuguesa à Assembleia Geral da ONU, considerando o seu excelente domínio de línguas e a facilidade de

²⁴¹ Bettencourt, Ana Maria e Maria Margarida Silva Pereira (Coord.), (1995), “Maria de Lourdes Pintasilgo” in *Mulheres Políticas: as suas causas*, Lisboa, Quetzal, p. 219.

²⁴² *Ibidem*, p.220.

²⁴³ Entre 1969 e 1973, Maria de Lourdes Pintasilgo foi a única mulher na Câmara Corporativa (em 1973 juntou-se-lhe Custódia Lopes).

²⁴⁴ Souza, Maria Reynolds de (2013), “Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo” in João Esteves e Zília Osório de Castro (Dir.) *Feminae. Dicionário Contemporâneo*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, p. 588.

comunicação.²⁴⁵ Maria de Lourdes Pintasilgo aceitou, intervindo em reuniões nas quais se debatia a autodeterminação dos territórios sob tutela portuguesa. Nas suas intervenções, defendeu “a falta de um estudo objetivo por parte das Nações Unidas do conceito de autodeterminação.” A Marcello Caetano comunicou que a sua intervenção não satisfez os países do bloco asiático nem no bloco soviético, mas que houve uma reação positiva de países como os EUA, o Canadá, a Dinamarca e a Noruega,²⁴⁶ e que solicitou à comunidade internacional que acreditasse no empenho português. Por fim, defendeu a criação de um grupo de reflexão sobre o problema de África “com gente competente e sensível à questão do ultramar.”²⁴⁷

A 25 de abril de 1974, o regime ditatorial foi derrubado. Segundo Maria de Lourdes Pintasilgo em consequência da Revolução de Abril “foi possível iniciar a evolução para o estabelecimento das instituições democráticas, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos.” Acrescentava Pintasilgo, que a democracia permitia não só a liberdade e a igualdade de direitos, mas “arrastaria consigo o progresso social.”²⁴⁸

Instaurada a democracia, assume os cargos de secretária de Estado da Segurança Social no I Governo Provisório, e Ministra dos Assuntos Sociais nos II e III Governos Provisórios, criando a Comissão da Condição Feminina.²⁴⁹ Entre maio e setembro de 1975, foi designada membro do Conselho de Imprensa, depois de abandonar o governo, após o 11 de março de 1975, afastamento justificado pela sua oposição às nacionalizações em massa, afirmando: “a minha experiência profissional leva-me a considerar a questão mais segundo as condições técnicas de cada sector e menos segundo uma qualquer ortodoxia ideológica.”²⁵⁰

²⁴⁵ Beltrão, Luísa e Barry Katton, (2007), “As brechas que o futuro exige, 1969-1974” in *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História, p.171.

²⁴⁶ Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo a Marcello Caetano, datada de 17 novembro de 1971 in José Freire Antunes (1985), *Cartas particulares a Marcelo Caetano: 1968-1974*, Vol. II, Lisboa, D. Quixote, pp. 360-361.

²⁴⁷ Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo a Marcello Caetano, datada de 28 de junho de 1973 in José Freire Antunes (1985), *Cartas particulares a Marcelo Caetano: 1968-1974*, Vol. II, Lisboa, D. Quixote, pp. 361-362.

²⁴⁸ Pintasilgo, Maria de Lourdes (1985), “Mitos, fatos e perspetivas da democracia em Portugal” in *Dimensões da Mudança*, Porto, Edições Afrontamento, pp.74-75.

²⁴⁹ Sobre o assunto ver: Monteiro, Rosa (2010), *A emergência do feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

²⁵⁰ Bettencourt, Ana Maria e Maria Margarida Silva Pereira, (Coord.), (1995), “Maria de Lourdes Pintasilgo” in *Mulheres Políticas: as suas causas*, Lisboa, Quetzal, p. 221

Nos anos que se seguiram, a situação política em Portugal tornou-se verdadeiramente difícil, especialmente a partir de 1977, após a assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI),²⁵¹ necessário para superar a difícil situação económica, mas bastante impopular. O Presidente da República, Ramalho Eanes, sujeito a fortes pressões para assumir um maior protagonismo, optou por exonerar, a 29 de agosto de 1978, o II Governo Constitucional chefiado por Mário Soares.

Surgem os governos de iniciativa presidencial (agosto de 1978-janeiro 1980) justificados pelo descontentamento popular face à política de austeridade e pela divisão dos principais partidos. A primeira tentativa de governo foi liderada por Alfredo Nobre da Costa, ex-Ministro da Indústria no I Governo Constitucional, “um homem dotado de um perfil de técnico competente e pragmático”. PS e PCP apresentam moções de desconfiança e o Governo cai, durando somente oito dias. Ramalho Eanes insiste num segundo executivo, liderado agora por Carlos Alberto da Mota Pinto, um dissidente do PPD e Ministro do Comércio e Turismo no I Governo Constitucional. Em março de 1979, também o governo viu rejeitados na Assembleia o seu plano e o orçamento pelos votos contrários do PCP, da União Democrática Popular e alguns dissidentes do PS.²⁵²

Com a queda do Governo de Mota Pinto tornou-se evidente que eram necessários ajustes nos entendimentos partidários. Ramalho Eanes decidiu dissolver parlamento, marcar eleições antecipadas e nomear um governo de gestão da sua iniciativa.²⁵³ A escolha para liderar o novo Governo incidu sobre Maria de Lourdes Pintasilgo, figura católica, com experiência política na Câmara Corporativa e nos governos provisórios.²⁵⁴ Sobre a sua nomeação para desempenhar o cargo, Maria de Lourdes Pintasilgo afirmou que “o Conselho da Revolução colocou uma exigência: tinha de ser alguém imparcial.”²⁵⁵

O V Governo Constitucional tomou posse a 1 de agosto de 1979. Em entrevista a Marcelo Rebelo de Sousa a 20 de outubro de 1979, Maria de Lourdes Pintasilgo indicava que, em termos de composição, o seu Governo era “uma equipa simultaneamente pluralista e coesa,

²⁵¹ Portugal solicitou a ajuda FMI por três vezes: 1977, 1983 e por fim em 2011.

²⁵² Telo, António José (2008), “Consolidação na instabilidade” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*. Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, p. 214.

²⁵³ *Ibidem*, p. 214.

²⁵⁴ Martins, Carla (2013), *Mulheres, política e visibilidade mediática: as lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa, FCSH-UNL, p. 132.

²⁵⁵ Magalhães, Isabel Allegro de (Coord.), (2005), *Palavras Dadas de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 73.

pragmática e idealista”. Em termos de projeto, a então Primeira-Ministra estava convencida de que o programa continha “muitos elementos inovadores que poderiam, a mais longo prazo, trazer à sociedade portuguesa certas mudanças qualitativas necessárias.”²⁵⁶

De acordo com António José Telo, o V Governo Constitucional procurou evitar o confronto com as questões mais polémicas, como a reforma agrária e a delimitação do sector privado.”²⁵⁷ Apresentando-se com um perfil mais à esquerda, o V Governo apostou “no diálogo com as populações e num programa de ousadas reformas sociais no domínio da saúde e de previdência.”²⁵⁸

O Governo esforçou-se por garantir a segurança social e os cuidados médicos básicos à população. Estes objetivos realizaram-se num contexto de uma política geral para o alargamento das oportunidades de emprego, do acesso aos serviços sócio sanitários públicos, para o acréscimo da taxa de construção das habitações, “no enquadramento de uma política mais humana e aberta às necessidades reais da população.”²⁵⁹

A política educativa, por sua vez, orientou-se para a progressiva implementação de sistema de ensino que privilegiasse “a capacidade de iniciativa, o espírito crítico, a solidariedade social e a consciência da temporalidade das situações.”²⁶⁰

Já a nível internacional, o Governo ambicionando um “relacionamento múltiplo e diversificado” privilegiou a participação nos organismos multilaterais, empenhando-se na “cooperação e troca entre os povos, do seu desejo de uma contribuição ativa para um clima crescente de desanuviamento no plano internacional” e da sua convicção de que “as nações devem caminhar gradualmente para a abolição de blocos estanques.”²⁶¹

²⁵⁶ Pintasilgo, Maria de Lourdes (1980), *Sulcos do nosso querer comum. Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, Porto, Afrontamento, p.71.

²⁵⁷ Telo, António José (2008), “Consolidação na instabilidade” in *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, p.216.

²⁵⁸ Reis, António (1994), “Os governos constitucionais: da alternância no poder ao sistema de partido dominante” in António Reis (Coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Alfa, p. 68.

²⁵⁹ Programa do V governo Constitucional “5. Objetivos no domínio das relações externas” consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/composicao.aspx> a 28 de Setembro de 2018.

²⁶⁰ Programa do V Governo Constitucional “2. Objetivos na área social” consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/composicao.aspx> a 28 de setembro de 2018.

²⁶¹ Programa do V Governo Constitucional “5. Objetivos no domínio das relações externas” consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/composicao.aspx> a 28 de setembro de 2018.

Apesar de ambiciosas, para serem bem-sucedidas as ideias do Governo necessitavam de mais tempo e de financiamentos que o Estado não tinha.

A liderança do Governo por Maria de Lourdes Pintasilgo²⁶² suscitou um conjunto diferenciado de reações: enquanto alguns aclamaram a sua nomeação, considerando-a capaz de recuperar “valores éticos e de despoletar a crença num rumo novo”, para outros a nova Primeira-Ministra representava algo desconhecido, “capaz de interferir com o *status quo*.”²⁶³ As críticas ao V Governo, provieram das forças políticas mais à direita, que integravam a Aliança Democrática (AD),²⁶⁴ como o PSD, CDS e o Partido Popular Monárquico. Sá Carneiro considerou Maria de Lourdes Pintasilgo, “o símbolo de um socialismo não partidário, mas que tem a conotação terceiro-mundista, vagamente militar e que pode reasentar o fim de um autêntico regime democrático, tipo europeu.”²⁶⁵ Já o vice-presidente do CDS, Francisco Lucas Pires afirmou, num comício na Maia realizado a 22 de julho de 1979, que não estava disposto a deixar-se “embalar por um neogonçalvismo rococó de saias e espartilho, como esse que agora representa o povo português.”²⁶⁶ No que respeita ao PCP e ao PS, ambos viabilizaram o governo, embora com algumas reservas, repudiando os ataques dirigidos contra a Primeira-Ministra. Álvaro Cunhal, afirmou que as críticas contra Maria de Lourdes Pintasilgo demonstravam “um atestado da indignidade e absoluta falta de escrutínio das forças reacionárias, designadamente do PPD e do CDS.”²⁶⁷ Já Mário Soares, referiu que apesar de o PS manter uma “posição reservada”, por não ter concordado com a dissolução da Assembleia Nacional, Maria de Lourdes Pintasilgo merecia o “respeito” do seu partido “por ser uma pessoa de alto nível intelectual com prestígio internacional.”²⁶⁸

²⁶² Até ao momento, Maria de Lourdes Pintasilgo foi a única mulher a desempenhar o cargo de Primeira-Ministra em Portugal.

²⁶³ Tavares, Ana Cristina (2010), “Maria de Lourdes Pintasilgo. Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. Em busca das reações na imprensa”, *Ex-Aequo Revista Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, p.104.

²⁶⁴ Criada em 1979, a Aliança Democrática foi uma coligação de centro-direita, formada pelo PPD/PSD, pelo CDS e pelo Partido Popular Monárquico. Teve como impulsionadores Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Teles.

²⁶⁵ *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1979, p.7.

²⁶⁶ *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1979, p.7.

²⁶⁷ *Diário de Notícias*, 30 de julho de 1979, p.1.

²⁶⁸ *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1979, p.7.

O V Governo, liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo terminou o seu mandato a 3 de janeiro de 1980, após a realização de eleições a 2 dezembro de 1979, que deram a vitória à AD, assumindo a chefia do executivo, Francisco Sá Carneiro.

Alguns anos depois de abandonar o governo, Maria de Lourdes Pintasilgo candidatou-se à Presidência da República em 1986. A candidatura marcada pela falta de apoio dos partidos políticos,²⁶⁹ acabou por alcançar apenas 7,38% da votação.²⁷⁰

Durante as décadas de 1980 e 1990 foi no plano internacional que Maria de Lourdes Pintasilgo exerceu maior atividade. Foi membro do Conselho Diretivo do World Policy Institute da New School of Social Research, em Nova Iorque (1982); do Conselho de Interação de Ex-Chefes de Governo (1983); do Conselho Diretivo da Universidade das Nações (1983-1989); deputada no Parlamento Europeu, integrada no Grupo Socialista (1987 e 1989); membro do Conselho da Ciência e da Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento (1989 a 1991) e membro do Grupo de Peritos da OCDE (1990-1991).

Nos anos 1990, foi conselheira especial do Reitor da Universidade das Nações Unidas, presidiu ao Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre Igualdade e Democracia, à Comissão Mundial Independente sobre a População e Qualidade de Vida (1992-1997), ao Conselho Diretivo do Instituto Mundial de Investigação sobre Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas (1993-1998) e ao Comité dos Sábios (1995 e 1996). Desde 2001 até ao seu falecimento em 2004, presidiu à Fundação Cuidar O Futuro (FCF)²⁷¹, por si concebida. Maria de Lourdes Pintasilgo foi ainda membro da Fundação Europa - América Latina (1984); do Clube de Roma (1984); do Sisterhood is Global Institute, em Nova Iorque (1986); do Comité Consultivo do Synergos Institute, Nova Iorque (1988); do Instituto para o Desenvolvimento e a Ação Cultural, Rio de Janeiro (1997); Institute for Democratic Electoral Assistance, em Estocolmo (1997); do Conselho de Women World Leaders (1998), Membro da Pax Christi (1984), do Movimento Internacional de Mulheres Cristãs; do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, eleita pela Assembleia da República (1991- 2002).

²⁶⁹ O panorama eleitoral estava marcado por uma esquerda dividida entre Mário Soares, Maria de Lourdes e Salgado Zenha. A direita apoiava Diogo Freitas do Amaral.

²⁷⁰ Resultados das Eleições Presidenciais de 1986, consultado em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=26&mes=01&ano=1986&eleicao=pr> a 12 de abril de abril de 2018.

²⁷¹ A FCF é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 13 de julho de 2001. Tornou-se um dos projetos a que Maria de Lourdes Pintasilgo dedicou grande parte do seu tempo nos últimos de vida. Atualmente desempenha além de uma missão social, a preservação e divulgação do legado intelectual de Maria de Lourdes Pintasilgo.

CAPÍTULO 5. MARIA DE LOURDES PINTASILGO NA UNESCO

5.1 A criação da Missão Permanente em Paris

“A minha atividade na UNESCO tem tido como objetivo a contribuição para a criação de um pensamento comum, a nível mundial, sobre grandes questões que interessam a humanidade.”²⁷²

Após o regresso efetivo do Governo português à UNESCO, a 11 de Setembro de 1974, o passo seguinte a concretizar era dar seguimento à criação de uma Missão Permanente em Paris.

A 30 de junho de 1975 foi promulgado pelo Presidente da República, Francisco da Costa Gomes, o Decreto-Lei 329/75, através do qual “tendo em vista o desejo de intensificar e melhorar as relações de Portugal com os outros países” se definiu a criação de uma Missão Permanente em Paris. No referido decreto, salientava-se que enquanto “não fossem inscritas no orçamento as dotações necessárias para pagamento dos encargos derivados da criação da missão” os mesmos seriam satisfeitos pelas verbas, inscritas no orçamento do MNE para pagamento “das despesas dos Serviços externos do Ministério-Missões diplomáticas e consulados.”²⁷³

Três dias depois, a 2 de julho, foi fixada pelos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Cultura, a Portaria 411-A/75, a qual estabeleceu a composição da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO: um chefe da Missão, que seria o representante permanente; os membros da Missão constituídos por um funcionário do serviço diplomático “de categoria igual ou inferior a conselheiro de embaixada” e um consultor cultural e/ou científico, e por fim, pelo pessoal assalariado, um secretário, dois escriturários-dactilógrafos, um motorista e um contínuo.²⁷⁴

A grande dúvida que restava era a de quem lideraria a Missão em Paris, dúvida essa esclarecida a 23 de setembro de 1975, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ernesto

²⁷² Pintasilgo, Maria de Lourdes (1980), *Sulcos do nosso querer comum. Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, Porto, Afrontamento, p. 27.

²⁷³ Decreto-Lei n.º 329/75, 30 de junho de 1975, consultado em Diário do Governo n.º 148/1975, Série I de 30 de junho de 1975.

²⁷⁴ Portaria 411-A/75 de 2 de julho, Diário do Governo n.º 150/1975, 2º Suplemento, Série I de 2 de julho de 1975.

Melo Antunes, em carta enviada ao Diretor-Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M´Bow, indicou que o Governo português decidira nomear como embaixadora junto da UNESCO, Maria de Lourdes Pintasilgo.²⁷⁵

Sobre a nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo para o cargo, foi relevante o testemunho de Luís Sousa Lobo, antigo conselheiro científico da Missão Portuguesa junto da UNESCO. De acordo com o antigo conselheiro, a escolha esteve relacionada com o percurso profissional de Maria de Lourdes Pintasilgo que incluía “participações internacionais, independentemente do Graal”. Luís Sousa Lobo acrescentou que a maior dificuldade para o Presidente Ramalho Eanes, “foi não ter posto lá uma pessoa do gosto do partido no poder. Ele foi buscar uma pessoa muito independente e isso foi uma coisa de coragem. O governo de Mário Soares não se opôs, porque também ele devia ter a noção de que ia ser um cargo muito difícil.”²⁷⁶ A este propósito, convém lembrar que segundo o artigo 135º da constituição portuguesa, cabe ao Presidente da República “nomear os embaixadores e os enviados extraordinários, sob proposta do Governo, e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros.”²⁷⁷

Deste modo, começaram a tomar-se todas as providências necessárias para dar seguimento à partida da Missão para Paris. A 29 de setembro, Sofia Figueiredo, secretária do MNE, solicitou ao Chefe dos Serviços de Protocolos que fosse concedido a Maria de Lourdes Pintasilgo “com a possível brevidade [...] um passaporte diplomático com a indicação do seu novo cargo.”²⁷⁸

Maria de Lourdes Pintasilgo parte rumo a Paris para desempenhar o cargo, em dezembro de 1975. Conhecendo Paris, cidade onde vivera e que visitava frequentemente e tendo facilidade em falar francês, sentia-se perfeitamente à vontade com a mudança.²⁷⁹

²⁷⁵ Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo, Fundação Cuidar o Futuro (doravante AMLP, FCF), P.0105.018, Carta de Ernesto Melo Antunes a Amadou Mahtar M´Bow, 23 setembro 1975.

²⁷⁶ Entrevista realizada a Luís Sousa Lobo, por Raquel Santos, no dia 30 de novembro de 2017 no Instituto Superior Técnico.

²⁷⁷ Constituição da República Portuguesa, Artigo 135, consultado em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art135> a 30 de junho de 2018.

²⁷⁸ AMLP, FCF, P. 0039.055, Carta da secretária Sofia Figueiredo ao Chefe dos Serviços de Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 29 setembro de 1975.

²⁷⁹ Beltrão, Luísa e Barry Katton (2007), “Embaixadora na UNESCO” in *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História, p. 214.

Desde logo, o primeiro desafio para a embaixadora portuguesa foi a escolha dos elementos que constituiriam a Missão por si liderada. Em carta datada de 30 setembro de 1975, Maria de Lourdes Pintasilgo defendia, que tendo em conta que a missão iria partir do zero, era importante verificar, numa primeira fase, “a prospeção das possibilidades e necessidades correspondentes do exercício da competência própria da Missão, bem como à fase da evolução do programa da UNESCO.” Neste contexto, propunha a embaixadora que a indicação completa da Missão fosse adiada até ao momento em que terminasse essa primeira fase. Era indispensável, no entanto, nomear de imediato o Conselheiro de Embaixada, figura fundamental na constituição da equipa, e que “determinará a escolha das características a procurar nos restantes membros da Missão.” Pintasilgo escolheu para desempenhar o cargo Luís de Sousa Lobo, Professor da Universidade Nova de Lisboa.²⁸⁰

Outra questão a definir foi o local onde se instalaria em Paris a Missão Portuguesa. Em carta enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maria de Lourdes Pintasilgo referiu que a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO não dispunha de local nos edifícios da Organização e que não viria a tê-lo antes de cerca de ano e meio, data em que provavelmente estaria completado o edifício que se destinava às missões de outros países em condições idênticas às de Portugal. Foi encarada, por mais económica, a hipótese da utilização de um apartamento na Rua Noise, em Paris, mas existiam, no entanto, algumas limitações: a utilização do referido edifício estava condicionada pela possibilidade de estarem terminadas as obras da residência do Embaixador de Portugal em França e a embaixada necessitava de grande parte do edifício para a residência do seu próprio pessoal. Acrescentava Maria de Lourdes Pintasilgo, que embora o trabalho da Missão Permanente junto da UNESCO requeresse, de início, pouco espaço, exigia um mínimo de funcionalidade de modo a corresponder aos objetivos que presidiram à sua criação. Não lhe pareceu adequado que a Missão se situasse num “hotel particular”, que simultaneamente servia de habitação, uma vez que essa opção daria à missão portuguesa um “tom doméstico” que não corresponde à seriedade dos seus objetivos.” Foi então procurado nas imediações da sede da UNESCO, “um apartamento próprio para escritório”, onde se instalou a missão durante um ano até conseguir um local no edifício da organização.²⁸¹

A instalação da Missão Portuguesa em Paris foi bem-sucedida. A 24 fevereiro de 1976, Ernesto Melo Antunes enviou uma carta a Amadou Mahtar M’Bow na qual agradeceu a

²⁸⁰ AMLP, FCF, P. 0039054, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo ao Dr. Humberto Delgado, Diretor Geral dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios, 30 setembro de 1975.

²⁸¹ AMLP, FCF, P. 0039.053, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo ao Dr. Humberto Morgado, Chefe dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30 setembro de 1975.

“calorosa receção que fez a senhora deputada Maria de Lourdes Pintasilgo” e a simpatia demonstrada por Portugal. O Ministro referiu que esta boa receção, iria sem dúvida, “facilitar a tarefa do nosso representante e permitir-lhe perseguir o objetivo estabelecido pelo Governo Português de reforçar os laços com a UNESCO.”²⁸²

Luís Sousa Lobo, também reforça que a instalação da delegação em Paris foi “perfeitamente pacífica”, mas que deu muito trabalho, sendo necessário escolher “as pessoas, as secretárias e fazer os contatos com muitas delegações.”²⁸³

Simultaneamente, de forma a obter um pleno aproveitamento da participação portuguesa junto da UNESCO, foi criado no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um Grupo de Trabalho preparatório da futura Comissão Nacional da UNESCO ao qual competia entre outras questões: estudar a experiência dos outros países e recolher a informação necessária do nosso país “de modo a propor os moldes de constituição e funcionamento da Comissão Nacional de UNESCO” e funcionar como “canal de comunicação entre a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO e o Ministério dos Negócios Estrangeiros” até que a futura Comissão Nacional possa cumprir essa tarefa. Os nomes escolhidos para integrar o grupo de trabalho foram os de Adérito Seda Nunes (investigação), João Martins Pereira (tecnologia), Teresa Santa Clara Gomes (projeto educativo), Manuel Fernandes Tomás (tecnologia), Noronha Feio (MEIC) e Ana Hidalgo Barata (MNE). O Grupo de Trabalho dispunha ainda de apoio logístico dos serviços do MNE através de Magalhães Cruz.

Por fim, definidas as principais questões, Maria de Lourdes Pintasilgo selecionou para integrar a Missão Permanente, o diplomata Jorge Ritto, para preencher o cargo de Conselheiro de Carreira, e o professor Alberto de Melo para a área da educação.²⁸⁴

Mas quais foram os principais objetivos desta Missão Permanente? De acordo com uma informação de serviço do MNE, a nível dos objetivos nacionais tornar “presente e interpretar a cultura portuguesa no seu adquirido histórico e no seu dividir,” abrindo todos os canais para que o país possa contactar com outras culturas, mas “afirmar-se na sua identidade própria.” A nível internacional, pretendia-se contribuir para a criação de nova ordem internacional através

²⁸² AMLP, FCF, P. 0237.029, Carta de Ernesto de Melo Antunes a Amadou Mahtar M’Bow, 24 fevereiro de 1976.

²⁸³ Entrevista realizada a Luís Sousa Lobo, por Raquel Santos, no dia 30 de novembro de 2017, no Instituto Superior Técnico.

²⁸⁴ AHD, MNE, CLT, M. 414, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo a José Medeiros Ferreira, 17 de dezembro de 1976.

da “participação no ato cultural coletivo que absorva, ultrapassado o confronto ideológico e assegure a paz internacional.”

A curto prazo, pretendia-se veicular, através da UNESCO, “um largo contingente de técnicos portugueses para a Guiné e Moçambique que formalmente pediram à organização ajuda em variadíssimos setores de técnicos de língua portuguesa” (o problema dos fundos podendo ser resolvido através de uma solução tripartida UNESCO-Governo Português-Fundação Gulbenkian) e preencher a quota de funcionários da UNESCO que nos cabia, através da seleção dos mais competentes.

Por fim, a nível dos objetivos imediatos, pretendia-se participar na quase totalidade das reuniões a realizar na sede da UNESCO, e a esse propósito a preparação de imediato da delegação portuguesa para a 19ª Conferência Geral a realizar entre 25 de outubro a 30 de novembro de 1976 na cidade de Nairobi, Quênia.²⁸⁵

5.2 19ª Conferência Geral da UNESCO (NAIROBI, 1976)

“A cultura é uma maneira válida de resolver os conflitos, é como se fosse uma nova arma.”²⁸⁶

Antes de se analisarmos a participação portuguesa na 19ª Conferência Geral da UNESCO que decorreu em Nairobi no ano de 1976, considerou-se importante entender-se de que forma são geridas as diferentes reuniões da organização e a forma como são designados os seus participantes.

Começa-se por notar que as reuniões da UNESCO são de iniciativa e seleção do Diretor-Geral com o objetivo de “aconselhar ou dar execução a aspetos particulares do programa da Conferência Geral.”²⁸⁷ Já a escolha e enquadramento dos participantes nas reuniões internacionais são da responsabilidade das Missões Permanentes.

As reuniões dividiam-se do seguinte modo: as reuniões tipo I (conferências diplomáticas de Estados) que são da responsabilidade da Missão Permanente e do MNE; as reuniões tipo II

²⁸⁵ AHD, MNE, CLT, M. 414, “Missão Permanente junto da UNESCO”, sem data.

²⁸⁶ *Ilustração*, 27 de outubro de 1976, p. 7

²⁸⁷ AHD, MNE, CLT, M. 425, “Normas para a participação em reuniões da UNESCO” por Luís Sousa Lobo, 4 março de 1976.

(intergovernamentais) em que a representação inclui, normalmente, membros da Missão Permanente “usualmente ao nível de Conselheiro, e especialmente ao nível de Embaixada”; as reuniões tipo IV, VII VIII (congressos, estágios, colóquios), sem caráter de representação, e muitas vezes técnicas. As propostas destas reuniões são da iniciativa dos serviços e entidades, embora com uma certa coordenação ou seleção. As entidades apropriadas, estando interessadas, comunicam as suas candidaturas (e poderão ter que assegurar o financiamento); as reuniões tipo VI (peritos, soluções pelo Diretor-Geral) cuja indicação de nomes deve ser igualmente da responsabilidade do Grupo de Trabalho e/ou Comissão Nacional.²⁸⁸

A 19ª Conferência Geral da UNESCO, reunida em Nairobi de 26 de outubro a 30 de novembro, foi precisamente o primeiro grande desafio da Missão Portuguesa dentro da organização. Meses antes, num despacho publicado a 6 julho de 1976, Ernesto Melo Antunes Ministro dos Negócios Estrangeiros, informava que considerando a categoria de Estado-membro da UNESCO, Portugal tinha a obrigação de ter uma participação ativa e competente nos trabalhos da Conferência Geral “o que só será conseguido através de uma preparação cuidada e em tempo da delegação portuguesa.”

No referido despacho, Melo Antunes indicou ainda a composição da delegação portuguesa à 19ª Conferência Geral da UNESCO. Como membros da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO: Maria de Lourdes Pintasilgo, Jorge Ritto e Luís Sousa Lobo; como membros do Grupo de trabalho da UNESCO estariam presentes Manuel Fernandes Tomás; José Carlos Ferreira de Almeida, Teresa Santa Clara Gomes e José Manuel Protes da Fonseca; como funcionários do MNE, diretamente ligados às atividades da UNESCO, Nataniel Costa e Ana Maria Hidalgo Barata. Entre os participantes estavam ainda nomes como o de Bairrão Oleiro, Inspetor-Geral da Junta Nacional da Educação e o perito no domínio da educação, Alberto de Melo. Em substituição do Ministro da Educação, Mário Sottomayor Cardia, participou ainda na Conferência Geral, o Secretário de Estado da Investigação Científica, o Professor José Tiago de Oliveira.²⁸⁹

Realizando-se a conferência no continente africano, a presença da delegação portuguesa na Conferência Geral envolvia despesas elevadas para o Estado Português. Para suportar os encargos da viagem, foi autorizada a concessão de um subsídio de 500\$00 por dia e por pessoa²⁹⁰ e sugeriu-se a disposição de uma verba aproximada de 50.000\$00 para fazer face a

²⁸⁸ AHD, MNE, CLT, M. 425, “Normas para a participação em reuniões da UNESCO” por Luís Sousa Lobo, 4 março de 1976.

²⁸⁹ AHD, MNE, CLT, M. 434, Despacho de Ernesto de Melo Antunes, 6 julho de 1976.

²⁹⁰ AHD, MNE, CLT, M. 434, Ofício de Filipe de Albuquerque, 26 de outubro de 1976.

qualquer eventualidade, tendo em conta a ausência de uma embaixada portuguesa no local e tendo em conta que poderiam surgir despesas relacionadas com a necessidade de contratar mão-de-obra local para trabalhos (de datilografia, por exemplo) e a necessidade de utilizar transportes locais.²⁹¹

A 19ª Conferência Geral ficou marcada por dois temas políticos e controversos: a questão da liberdade de imprensa e a questão de Israel, esta última que se arrastava desde a Conferência Geral realizada em 1974, e na qual se debatia se o país “deveria ser impedido de assistir a qualquer sessão da UNESCO, até que respeitasse as resoluções da organização.”²⁹²

Começando por analisar precisamente a questão de Israel, o Diretor-Geral da UNESCO sugeriu que a organização devia autorizar que cada grupo regional²⁹³ decidisse se o país devia ser ou não admitido.²⁹⁴ De acordo com o jornal *O Dia*, de 4 de novembro de 1976, o Sudão, a Tunísia e o Egito dirigiram fortes críticas contra Israel realçando o desrespeito do Estado judaico e solicitando para que “não procedesse a escavações que, interferissem com ruínas arqueológicas muçulmanas em Jerusalém.”²⁹⁵

Perante a grande contestação dos Estados-membros, a Conferência Geral da UNESCO aprovou uma resolução que condenava a ação educativa e cultural de Israel nos territórios ocupados.²⁹⁶ Aprovada por 82 votos a favor, seis votos contra e 30 abstenções, a resolução defendia o envio “de uma missão da UNESCO aos territórios árabes ocupados por Israel”, condenando o país “por fazer escavações arqueológicas em Jerusalém” e votando a aplicação de sanções contra o Estado judaico. Sobre a resolução, o observador da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Ibrahim Sousse, afirmou que pela primeira vez uma resolução da UNESCO mencionava a OLP como organismo independente, acrescentando: “isso representa para nós um êxito de primeiro plano e constitui, aos nossos olhos, o essencial da resolução.”²⁹⁷

²⁹¹ AHD, MNE, CLT, M. 434, Informação de serviço do MNE, 21 de outubro de 1976.

²⁹² *O Dia*, 4 de novembro de 1976, p.5.

²⁹³ Os Estados-membros são subdivididos em cinco Grupos Regionais: Grupo Africano; Grupo Ásia-Pacífico; Grupo Europa Oriental; Grupo América Latina e Caraíbas e Grupo Europa Oriental e Outros, com 28 nações e um membro observador (Palestina).

²⁹⁴ Na Conferência Geral de 1974, em Paris, os delegados tinham votado contra a admissão de Israel no Grupo Europeu o que conduziu à decisão dos EUA de suspender as suas contribuições à organização.

²⁹⁵ *O Dia*, 4 de novembro de 1976, p.5.

²⁹⁶ *Diário de Notícias*, 19 novembro de 1976, p. 10.

²⁹⁷ *Diário de Notícias*, 19 de novembro de 1976, p.10.

Israel acabou por ser admitido no grupo europeu da UNESCO, com 70 votos a favor, nenhum contra e 17 abstenções, através de uma proposta que reconheceu “o direito de todos os Estados-membros de pertencerem ao grupo regional da UNESCO.”²⁹⁸

O outro tema fortemente debatido na Conferência Geral foi a liberdade de imprensa. Em questão estava o debate sobre uma declaração proposta pela União Soviética “sancionando o controlo governamental sobre a imprensa”, e segundo a qual os governos deviam ser “responsáveis pelo conteúdo dos meios de informação.”²⁹⁹

A reação dos delegados dos países ocidentais à proposta soviética foi unânime, ao afirmarem que “os Estados deveriam proteger o direito de todos exprimirem franca e livremente as suas opiniões”³⁰⁰ e que a declaração proposta pela União Soviética “significava a aceitação de uma ideologia da informação diretamente contrária, aos princípios estabelecidos na declaração universal de direitos humanos.”³⁰¹ Perante a contestação dos restantes países, o delegado soviético apressou-se a informar que a proposta não visava, em geral, a liberdade de imprensa, mas se destinava apenas “a sublinhar a responsabilidade dos Estados pelos seus próprios órgãos de comunicação social controlados oficialmente.”³⁰² O assunto esteve em discussão nos vários grupos regionais, com a oposição extremamente forte dos EUA. Perante a dificuldade de consenso, o delegado do Brasil junto da organização sugeriu, que a questão fosse entregue para estudo a uma comissão especial da UNESCO. A sugestão brasileira foi aprovada pela maioria dos países, apenas manifestando-se contra “os delegados comunistas, árabes e africanos.”³⁰³

Após longa reflexão, a 19ª Conferência Geral da UNESCO adotou em plenário uma resolução prevendo o reequilíbrio da informação e o financiamento para a coordenação de programas em matéria de informação,³⁰⁴ à qual a delegação portuguesa demonstrou ser totalmente desfavorável.

Numa intervenção no plenário da UNESCO, a 29 de novembro de 1976, Maria de Lourdes Pintasilgo defendia que se tratava de uma resolução com um discurso “moralizante” para os profissionais de comunicação social e sem qualquer valor cultural, uma vez que “os

²⁹⁸ *O Dia*, 9 de novembro de 1976, p.8.

²⁹⁹ *O Dia*, 4 de novembro de 1976, p.8.

³⁰⁰ *Jornal Novo*, 10 de novembro de 1976, p.15.

³⁰¹ *O Dia*, 29 de outubro de 1976, p.13.

³⁰² *A Capital*, 6 de novembro de 1976, p.16.

³⁰³ *Jornal Novo*, 10 de novembro de 1976, p.15.

³⁰⁴ *Diário de Notícias*, 27 de novembro de 1976, p.7

problemas de fundo trazidos pelos *mass media* à sociedade contemporânea não eram adequadamente abordados.”³⁰⁵ Acrescentava a embaixadora portuguesa, que a análise da declaração causou-lhe inclusive uma certa “preocupação e perplexidade.”

Durante a mesma intervenção, Maria de Lourdes Pintasilgo afirmou não existirem dúvidas de que todos os Estados-membros se comprometeram “a ajudar os meios de comunicação a desempenhar o seu papel, no sentido de reforçar a paz e a compreensão internacional.” No entanto, questionava a embaixadora portuguesa, seria possível “alcançar esse fim último através de afirmações moralizantes como as que se encontram no projeto de declaração?” De acordo com a sua perspectiva era necessário efetuar-se um estudo num contexto muito mais alargado, “que tenha em conta o espetacular aumento do volume das operações de *mass media* no mundo de hoje.” Para Maria de Lourdes Pintasilgo, os meios de comunicação não podiam ser encarados “simplesmente em termos do efeito comunicativo dos números de estações emissoras, jornais ou espetadores de televisão”, mas que devem ser considerados outros aspetos. Acrescentava Pintasilgo, que existiam novos modos de formação do pensamento e das opiniões do indivíduo, em que “o meio é a mensagem, para citar a fórmula tão amplamente difundida” bem como novos tipos de interações entre as pessoas, as quais “lêem, ouvem ou assistem aos mesmos acontecimentos, independentemente do lugar em que esses acontecimentos ocorrem.”³⁰⁶

Ainda no plenário de 29 de novembro de 1976, Maria de Lourdes Pintasilgo defendeu que os meios de comunicação deviam ser considerados como um novo poder “que se introduz na nossa vida diária e dá forma às nossas opiniões.” Lamentava por essa razão, que pouco tenha sido feito para analisar, em larga escala e de forma verdadeiramente científica, esse “novo poder.” Por isso, questionava Pintasilgo se poderia a UNESCO aprovar uma declaração sobre o papel dos meios de comunicação social, antes de concluir um estudo aprofundado, ignorando a complexidade subjacente à natureza e ao papel dos mesmos “e pregar, como o fazem algumas associações bem-intencionadas, certas normas de comportamento que em seu parecer, os *mass media* deveriam adotar?”³⁰⁷

³⁰⁵ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ata da trigésima sessão plenária de 29 de novembro de 1976, Anexo III 19 C/VR.36, p.36.

³⁰⁶ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ata da trigésima sessão plenária de 29 de novembro de 1976, Anexo III 19 C/VR.36, p.37.

³⁰⁷ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ata da trigésima sessão plenária de 29 de novembro de 1976, Anexo III 19 C/VR.36, p.38.

Ao longo do seu discurso, Maria de Lourdes Pintasilgo defendeu fortemente que a UNESCO deveria ter a iniciativa de empreender um estudo sobre o poder dos meios de comunicação, contribuindo para uma melhor compreensão dos mesmos e da função que lhes cabe. Como exemplos significativos, questionava a embaixadora portuguesa se seriam inofensivos para a paz os meios de comunicação que dão prioridade “à capacidade de ter e possuir sobre a de ser e viver”; se seriam inofensivos para a compreensão internacional, os meios de comunicação que, mantêm “uma visão provinciana, senão nacionalista” e que acabam por limitar a mentalidade dos indivíduos?; se seriam inofensivos para a luta contra a propaganda de guerra os filmes televisivos que continuam a ser exibidos em todo o mundo, sobre guerras do passado? E por fim, seriam inofensivos para a eliminação do racismo os meios de comunicação que, “persistem em ignorar os grupos marginais, os membros sem voz dessas sociedades?”³⁰⁸

A polémica sobre a liberdade de imprensa teve, inclusive, impacto em Portugal, sendo enviado a 8 de novembro de 1976, a Maria de Lourdes Pintasilgo, um abaixo-assinado de jornalistas portugueses, como protesto contra a proposta apresentada pela URSS. Os jornalistas portugueses signatários mostravam a sua repulsa contra a proposta russa. Segundo os signatários, essa proposta visava “abalar a crescente denúncia que a opinião pública mundial vem fazendo das atividades expansionistas dessa superpotência imperialista”, visando ainda, “arranjar mais um pretexto para exercer pressões políticas e militares sobre os países que, defendendo a sua independência nacional e as liberdades, não aceitem impor aos seus jornalistas uma censura do tipo da que na Rússia abafa a liberdade de expressão.”³⁰⁹

A este propósito, segundo o *Diário de Notícias* de 27 de novembro de 1976, a UNESCO aprovou ainda, por unanimidade, uma resolução que pretendia estabelecer uma nova ordem global na distribuição de notícias “defendendo o fortalecimento das agências noticiosas dos países pobres e o fim das discrepâncias existentes nas tarifas internacionais, para a transmissão de notícias.”³¹⁰ Já *A Luta Popular* de 24 novembro de 1976, acrescentou que foi ainda aceite a criação de uma agência noticiosa internacional, que visava “quebrar o monopólio das notícias e informações pelas multinacionais que prejudicam o Terceiro Mundo.”³¹¹

³⁰⁸ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ata da trigésima sessão plenária de 29 de novembro de 1976, Anexo III 19 C/VR.36, p.39.

³⁰⁹ *O Século*, 8 de novembro de 1976, p.4.

³¹⁰ *Diário de Notícias*, 27 de novembro de 1976, p.7.

³¹¹ AMLP, FCF, P. 0229.039, Recorte do jornal *Luta Popular*, 24 novembro de 1976.

Segundo o *Diário de Notícias* de 27 de novembro de 1976, outra questão debatida na 19ª Conferência Geral foi a reivindicação feita pelos países do Hemisfério Sul da necessidade de que “a informação não fosse apenas veiculada pelas grandes agências internacionais, todas elas situadas no Hemisfério Norte”, mas que se estabelecessem igualmente infraestruturas de comunicação no Hemisfério Sul.³¹² A este propósito, a embaixadora portuguesa defendeu, desde o início, que “para a salvaguarda da circulação de uma informação correta e livre, o problema fundamental a resolver era o da injustiça das relações entre norte e o Sul.”³¹³

Maria de Lourdes Pintasilgo terminou a sua comunicação sugerindo que a discussão e a adoção de uma declaração sobre o papel dos meios de comunicação fosse adiada até à realização de nova Conferência Geral e que fossem tomadas as medidas necessárias “para se proceder a uma análise mais atualizante” dos meios de comunicação.³¹⁴

A intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo no plenário da UNESCO foi tão contributiva para o debate que várias delegações governamentais tomaram a palavra para apoiar as críticas e as sugestões feitas por Portugal.

De acordo com o testemunho de Luís Sousa Lobo, as relações com as outras delegações eram muito positivas, acentuando-se ainda mais, precisamente depois da Conferência de Nairobi. Segundo o antigo Conselheiro científico, “as relações em particular com os países Nórdicos e com América Latina eram muito boas e muito fortes. Com países de África eram bastante cordiais, embora não tivessem propriamente embaixadores.”³¹⁵

O jornal *O Dia* de 1 de dezembro de 1976, destacou ainda o grande enfoque dado pela Conferência Geral da UNESCO às questões africanas, aprovando-se uma resolução em que se condenava “o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo”, defendendo a luta do povo africano “para recuperar a sua identidade, soberania e independência.”³¹⁶ A este propósito, uma das grandes novidades da conferência foi a atribuição, por proposta do Conselho Executivo, do estatuto de observador na organização a S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde e a possibilidade de adesão como Estado-membro de Angola (o que viria a suceder a 11 de março

³¹² *Diário de Notícias*, 27 de novembro de 1976, p.7.

³¹³ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ata da trigésima sessão plenária de 29 de novembro de 1976, Anexo III 19 C/VR.36, p. 39

³¹⁴ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo, Ata da trigésima sessão plenária de 29 de novembro de 1976, Anexo III 19 C/VR.36, p. 39

³¹⁵ Entrevista realizada a Luís Sousa Lobo, por Raquel Santos, no dia 30 de novembro de 2017 no Instituto Superior Técnico.

³¹⁶ *O Dia*, 1 de dezembro de 1976, p.5.

de 1977).³¹⁷ Sobre a proposta, salientou Maria de Lourdes Pintasilgo, num apontamento datado de 22 novembro de 1976, que o ponto mais importante, do ponto de vista processual foi o de confirmar “a existência de um governo autónomo e independente em Angola³¹⁸ e o exercício real da soberania sobre o território”, ponto realçado por todos os intervenientes. O projeto de resolução foi votado e aceite.

Por fim, dez dias antes de terminar a Conferência Geral, foram realizadas eleições para novos membros para o Conselho Executivo. Portugal teve um resultado surpreendente: Maria de Lourdes Pintasilgo obteve o maior número de votos a eleger no Grupo Europeu, um total de 122 votos.³¹⁹

A 23 de novembro de 1976, *O Século* informava que a Conferência Geral decidiu elevar de 40 para 45 o número de membros do Conselho, com a finalidade de “assegurar uma melhor representação dos países do terceiro mundo.³²⁰ Entre os novos lugares, três foram para países africanos e árabes, um para um país asiático e um para a América Latina.

Sobre a nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo para membro do Conselho Executivo, o antigo conselheiro, Luís Sousa Lobo confessou-nos: “surpreendeu-me porque, o tempo em que ela entrou em funções como embaixadora e a conferência de Nairobi foi muito curto (...) Foi incrível ela ter conseguido ser eleita.”³²¹

5.3 A visita do Diretor-Geral da UNESCO a Portugal em 1977

O ano de 1977 ficaria marcado, a nível das relações de Portugal com a UNESCO, pela visita a Lisboa do Diretor-Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M´Bow. A 8 de julho de 1977, os serviços do MNE foram informados pela embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo de que tinha

³¹⁷ Aderiu oficialmente a 11 de março de 1977.

³¹⁸ A descolonização das antigas colónias portuguesas já tinha sido iniciada: a 5 julho 1975 proclamação da independência de Cabo Verde; a 12 julho 1975, proclamação da independência de São Tomé e Príncipe; a 11 de novembro de 1975 foi proclamada a independência de Angola e a 28 novembro 1975, independência de Timor-Leste. Para uma melhor compreensão sobre o processo de descolonização de cada território ver: Pinto, António Costa (2001), “A transição para a democracia e a descolonização” in *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.65-80.

³¹⁹ AHD, MNE, CLT, M. 434, Apontamento de Maria de Lourdes Pintasilgo, 22 novembro de 1976.

³²⁰ *O Século*, 23 de novembro de 1976, p.13.

³²¹ Entrevista realizada a Luís Sousa Lobo, por Raquel Santos, no dia 30 de novembro de 2017 no Instituto Superior Técnico.

sido sugerida a possibilidade de se realizar uma visita do Diretor-Geral da UNESCO a Lisboa. Maria de Lourdes Pintasilgo salientava o interesse político desta visita, lembrando que Amadou Mahtar M´Bow era uma personalidade que repetidamente exprimia “grande interesse e apoio a Portugal.”³²²

A Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO sugeriu que a visita tivesse lugar a 7 de agosto, aproveitando a passagem do Diretor-Geral para férias em Espanha. O Conselheiro Científico da Missão Permanente, Luís Sousa Lobo transmitiu a informação de que haveria expectativas da parte de Amadou Mahtar M´Bow de que a visita fosse feita a convite do Governo português e, portanto, financiada por Portugal, que suportaria todas as despesas de estadia. O Diretor-Geral da UNESCO viajaria acompanhado de sua mulher e do seu secretário particular.

No dia 26 de julho, foi indicado pela Missão Permanente que Amadou Mahtar M´Bow chegaria a Lisboa no dia 7 de agosto ao princípio da tarde, partindo a 10 do mesmo mês para férias em Espanha. Nestas circunstâncias, solicitou-se autorização junto do MNE para as despesas decorrentes da estadia e da execução do programa da visita do Diretor-Geral da UNESCO, sugerindo-se que fossem dadas desde logo as seguintes instruções: marcação de uma suite no Hotel Ritz para Amadou Mahtar M´Bow e para a sua esposa e um quarto single para o acompanhante, e que ficasse ao serviço do Diretor-Geral um automóvel com condutor. Além de um jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro, de caráter privado, sugeriu-se a organização de um almoço. Maria de Lourdes Pintasilgo propôs ainda a marcação de encontros com o Presidente da República, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

À chegada a Portugal, onde foi recebido pela embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo e por um representante do MNE, Amadou Mahtar M´Bow afirmou em declarações à *A Capital*, que Portugal desempenhava já um papel importante na UNESCO e expressava a sua certeza de que esse papel seria reforçado no futuro.³²³ Interrogado pelos jornalistas referiu ainda a sua satisfação pelo convite oficial do Governo português para visitar o país e “travar conversações sobre as relações de cooperação atualmente existentes” com a UNESCO.³²⁴ Já a embaixadora portuguesa, garantiu que a visita do Diretor-Geral exprimia “o reconhecimento, por parte da UNESCO, da transformação radical de Portugal e da vontade inequívoca que houve para proceder à descolonização.”³²⁵

³²² AHD, MNE, CLT, M. 473, Telegrama de Maria de Lourdes Pintasilgo, 8 de julho de 1977.

³²³ *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

³²⁴ AHD, MNE, CLT, M. 474, Serviço de informação do MNE, 8 de agosto de 1977.

³²⁵ *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

No dia 7 de agosto, Amadou M'Bow realizou um passeio por Alfama ao fim do dia, por onde acabaria, inclusive, por jantar. Já durante o dia 8, da parte da manhã, reuniu em trabalho com o Secretário de Estado da Investigação Científica, professor Tiago de Oliveira, com o qual analisou ainda a preparação da conferência sob o desenvolvimento da educação no mundo, que decorreria em Genebra de 30 de agosto a 8 de setembro do mesmo ano.³²⁶ Já durante a parte da tarde, depois de visitar o Museu de Etnologia, M'Bow foi recebido pelo Presidente da República, Ramalho Eanes e pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, verificando-se um debate com as autoridades portuguesas sobre “os problemas da cooperação internacional no quadro da UNESCO e da cooperação específica entre Portugal e a organização que dirige.”³²⁷

Por fim, no dia 9, foi oferecido um almoço oficial a M'Bow pelo Secretário de Estado da Emigração. Durante o decorrer do almoço, foi reforçado que Portugal estava a trabalhar com o intuito de reforçar o compromisso “com as principais plataformas multilaterais.” A visita do Diretor-Geral da UNESCO a Portugal, representava o encontro de dois projetos convergentes: “o projeto de um país que, fiel à sua história, quer ser universalista” e o projeto de uma nova ordem internacional que as Nações Unidas, e em particular a UNESCO, continua a proclamar. A visita era ainda “uma garantia” do papel que a UNESCO desempenharia na promoção de “um novo desenvolvimento da educação, ciência e cultura em Portugal.”³²⁸ A viagem a Portugal terminou com uma visita de automóvel por Alcobaça, Óbidos e Nazaré com a assistência de um funcionário do protocolo.³²⁹

A satisfação de Amadou Mahtar M'Bow perante a visita a Lisboa foi ainda demonstrada, posteriormente, por um conjunto de cartas enviadas por si às diversas personalidades com as quais teve oportunidade de reunir. A Ramalho Eanes agradeceu a calorosa recepção portuguesa durante a sua visita ao país, a qual “permitiu reforçar a sua convicção de que os laços de cooperação existentes entre Portugal e a UNESCO apenas tornarão o futuro ainda mais apertado.”³³⁰ A Mário Soares mostrou estar particularmente satisfeito “pela ampla troca de opiniões sobre os principais aspetos da cooperação” e garantiu que os efeitos

³²⁶ *Diário de Notícias*, 9 de agosto de 1977, p.1.

³²⁷ *A Capital*, 8 de agosto de 1977, p. 20.

³²⁸ AHD, MNE, CLT, M. 474, Apontamento do MNE, sem data.

³²⁹ AHD, MNE, CLT, M.474, Informação de serviço do MNE, 29 de julho de 1977.

³³⁰ AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou Mahtar M'Bow a Ramalho Eanes, 19 agosto de 1977.

desta colaboração seriam “de grande valor para a comunidade internacional.”³³¹ Já ao Secretário de Estado e da Investigação Científica, M’Bow felicitou-o pela sessão de trabalho organizada por si e pelos seus colaboradores. O Diretor-Geral indicou a Tiago de Oliveira que a cooperação já estabelecida entre Portugal e a UNESCO poderia ser amplamente desenvolvida, afirmando-lhe: “farei tudo em meu poder para agir nessa direção.”³³²

Amadou Mahtar M’Bow enviou ainda, a 20 de dezembro de 1977, uma carta dirigida a Maria de Lurdes Pintasilgo, agradecendo a estadia em Portugal, nas suas palavras “um prazer pessoal e uma experiência extremamente enriquecedora.” Segundo o Diretor-Geral, as conversações que manteve com as altas personalidades que conheceu em Lisboa, constituíram “encorajamento e estimulação” e convenceram-no de que a cooperação entre Portugal e a UNESCO estava a desenvolver-se da forma mais “harmoniosa” e que os seus efeitos “serão benéficos para toda a comunidade internacional.”³³³

Esta visita permitiu importantes progressos em diversos domínios. Em questões de educação, o Secretário de Estado da Investigação Científica delineou as linhas gerais da política educativa do Ministério e referiu as áreas prioritárias: desenvolvimento da educação pré-escolar, a extensão do tempo de escolaridade obrigatória, uma reforma do ensino secundário e universitário, e a aposta na formação do pessoal docente. O governo português manifestou ainda o desejo de que a revista *Prospects*³³⁴ fosse publicada em português.

No campo da ciência, a UNESCO prometeu ajudar Portugal no campo da coordenação e reorientação da política científica. A organização auxiliou Portugal a preparar o projeto de estudo científico das águas do estuário do Tejo, para apresentação ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e ajudou Portugal a encontrar financiamento externo adicional para outro projeto ecológico e hidrológico relativo ao mesmo estuário. A UNESCO mostrou-se igualmente disponível para colocar à disposição de Portugal, “a experiência dos seus especialistas” em hidrologia, biologia marinha, ecologia e gestão de projetos para garantir a boa execução de todos os projetos portugueses.³³⁵

³³¹ AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou Mahtar M’Bow a Mário Soares, 19 de agosto de 1977.

³³² AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou Mahtar M’Bow a Tiago de Oliveira, 19 de agosto de 1977.

³³³ AHD, MNE, CLT, M. 474, Carta de Amadou Mahtar M’Bow a Maria de Lourdes Pintasilgo, 20 dezembro de 1977.

³³⁴ Periódico da UNESCO dedicado a questões de educação fundado em 1970.

³³⁵ AHD, MNE, CLT, M. 474, Aide-Mémoire, sem data.

A nível da cultura, Amadou Mahtar M´Bow expressou o desejo de que Portugal participasse ativamente na elaboração da História Geral da África,³³⁶ para a qual o Governo Português disponibilizou, inclusive, à organização documentação existente nos arquivos portugueses. O Diretor-Geral solicitou ainda ao governo português, que lhe fosse enviada uma lista de personalidades portuguesas que poderiam auxiliar no processo.

Por fim, a nível de cooperação, o Diretor-Geral demonstrou o desejo de receber mais especialistas portugueses que poderiam atuar como consultores ou especialistas da UNESCO. O Governo Português alertou Amadou Mahtar M´Bow para a importância de conceder o uso da Língua Portuguesa, em certas atividades de formação e chamou a sua atenção para os problemas relativos à educação das comunidades portuguesas no estrangeiro, particularmente em alguns países africanos. O Diretor-Geral foi muito sensível a esta questão e ficou acordado que a parte portuguesa faria sugestões sobre esta matéria.³³⁷

5.4 20ª Conferência Geral da UNESCO (Paris, 1978)

A 31 de julho de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo remeteu uma carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor de Sá Machado, expressando a sua preocupação em apresentar, com a maior brevidade, a sua proposta sobre a composição da delegação portuguesa à 20ª Conferência Geral com início a 24 de outubro de 1978.

Alertava desde logo a embaixadora, que o projeto de programa desta Conferência Geral era não só mais extenso que os projetos anteriores, mas igualmente, muito mais complexo, uma vez que pretendia “conciliar a apresentação por objetivos contidos no Plano a Médio Prazo com a divisão administrativa do Secretariado em áreas sectoriais.” Daqui decorria a necessidade de uma adequada preparação dos membros da delegação. Insistiu Pintasilgo que a não-existência de Comissão Nacional prejudicava a possibilidade de “alternativas na composição da delegação, uma vez que o ritmo dos trabalhos no decurso da conferência geral exige prévio conhecimento quer da orgânica interna da UNESCO quer do regimento habitual nas suas reuniões.”³³⁸

³³⁶ Projeto iniciado pela UNESCO em 1964 (constituído por 8 volumes) a pedido dos países da comunidade africana como também de comunidades descendentes de africanos em outros continentes.

³³⁷ AHD, MNE, CLT, M. 474, Aide-Mémoire, sem data.

³³⁸ AHD, MNE, M. 435, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo ao Ministro do MNE, 31 de julho de 1978.

Realizando-se em Paris, esta conferência exigiria encargos financeiros menores para o Governo português que a decorrida dois anos antes em Nairobi, uma vez que a proximidade à capital francesa permitia que os membros da delegação, normalmente residentes em Lisboa, pudessem participar nas respetivas comissões e voltar a Paris por ocasião do debate e votação final das resoluções.

De acordo com uma informação de serviço do MNE, datada de 4 de outubro de 1977, recomendava-se que devido à complexidade dos assuntos que seriam debatidos, a delegação portuguesa à 20ª Conferência Geral deveria ser formada “por elementos experientes e que se submetam a uma adequada preparação, pelo que haverá toda a vantagem em que [...] seja constituída o mais brevemente possível.”³³⁹

A delegação portuguesa à 20ª Conferência Geral teve a seguinte composição: José Manuel Protes Fonseca, João Palmeiro, José Carlos Ferreira de Almeida, Jorge Campinos, Teresa Santa Clara Gomes, Secretária de Estado da Cultura e João Manuel Bairrão Oleiro, funcionário da Secretaria de Estado da Cultura. Era igualmente constituída pelos membros da Delegação Permanente de Portugal junto da UNESCO, a Embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo, o Conselheiro Científico, Luís Sousa Lobo, o Conselheiro cultural, Alberto Melo e o Conselheiro de Carreira, Jorge Ritto.³⁴⁰ Participou ainda na conferência um elemento da Secretaria de Estado, Carlos David Calder.

Na qualidade de Estado-membro, Portugal participou ativamente nos vários trabalhos da Conferência-Geral, na qual foram discutidos dois documentos fundamentais: um novo projeto de declaração sobre os meios de comunicação e o relatório da Comissão McBride.

Começando pelo primeiro documento, em declarações ao *O Jornal* de 30 de novembro de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo defendeu que o projeto de declaração sobre os meios de comunicação proposto pela UNESCO não satisfazia a delegação portuguesa, por ser um texto “muito moralista e limitado” dirigindo-se sobretudo a incentivar os órgãos de comunicação social a contribuir para a paz internacional, no sentido de não fazerem “propaganda belicista, racista ou do apartheid”, mas não insistia “suficientemente sobre problemáticas mais complexas.”

Em declarações ao referido periódico, lamentava a embaixadora portuguesa, que na elaboração do projeto não tenha sido aplicado “aquele rigor e aquele rasgo de perspetiva cultural que teria permitido um texto com outro fôlego.” Apesar de todas as suas limitações, no entanto,

³³⁹ AHD, MNE, M. 435, Informação de serviço do MNE, 4 de outubro de 1978.

³⁴⁰ AHD, MNE, Maço 435, Telegrama de Carlos Jorge Mendes Correia Gago, 23 de outubro de 1978.

reconhecia Pintasilgo que a declaração obteve “grandes avanços para as aspirações dos países mais pobres” e traduzia um esforço da organização para elaborar uma resolução que os auxilie.³⁴¹

O próprio, *O Jornal* de 30 de novembro de 1978 acrescentava ainda, que depois de se ter encarado mesmo a possibilidade de adiar a aprovação da resolução, “devido às diversas concepções existentes nos países capitalistas e socialistas acerca do papel da informação e da tarefa que o Estado deveria desempenhar”,³⁴² a resolução acabou por ser aprovada por 144 países, entre os quais Portugal.

O texto da declaração sobre os meios de comunicação social previa “um estabelecimento de um novo equilíbrio e reciprocidade na circulação da informação.”³⁴³ A este propósito, ainda em declarações ao *O Jornal*, Maria de Lourdes Pintasilgo defendeu que o desequilíbrio da informação tinha de ser corrigido, através de uma redistribuição de bens e não considerando o problema “como sendo exclusivo dos países do terceiro mundo.” Nas palavras da embaixadora portuguesa, os órgãos de comunicação social “criam imagens, estereótipos, gostos, modelos de sociedade, que influem no interior de todas as sociedades, sejam elas quais forem.”³⁴⁴

Numa intervenção na UNESCO, datada de 14 de novembro de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo indicou que os meios de comunicação emergiriam como um novo poder nas sociedades, transmitindo “modelos sociais, estilos de vida, valores e comportamentos”, impondo-se à identidade cultural preexistente, “seja confrontando-a radicalmente ou erodindo-a em seus fundamentos psicossociológicos.”³⁴⁵

No que respeita ao Relatório MacBride,³⁴⁶ redigido por uma comissão presidida pelo irlandês Seán MacBride, este era um documento que analisava os problemas da comunicação

³⁴¹ *Expresso*, 18 de novembro de 1978, p.8.

³⁴² *O Jornal*, 30 de novembro de 1978, p.7.

³⁴³ Declaration on Fundamental Principles concerning the Contribution of the Mass Media to Strengthening Peace and International Understanding, to the Promotion of Human Rights and to Countering Racism, apartheid and incitement to war, 28 de November de 1978, disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13176&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html .

³⁴⁴ *O Jornal*, 30 de novembro de 1978, p.7.

³⁴⁵ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris, 14 novembre de 1978 p. 60

³⁴⁶ Os membros da Comissão McBride eram : Alie Abel (EUA); Hubert Beuve-Méry (França); Elebe Ma Ekonzo (Zaire); Gabriel García Márquez (Colômbia); Serguei Losev (União Soviética); Mochtar

em todo o mundo, identificando, entre outros problemas, o acesso desigual à informação e à comunicação, constatado o desequilíbrio dos fluxos de informação entre os países em desenvolvimento.

Na já referida intervenção na UNESCO, a 14 novembro de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo referiu a “qualidade excepcional” do relatório por este considerar e retratar os problemas dos meios de comunicação e defender as condições para uma nova ordem internacional de informação. Na sua perspetiva, essa nova ordem levaria a uma melhor distribuição de recursos, à denúncia do “colonialismo da informação” e do notável desequilíbrio “das possibilidades de comunicação de um pequeno grupo de países.”³⁴⁷

Maria de Lourdes Pintasilgo considerava que o relatório McBride reconhecia, que “a comunicação é um problema, em primeiro lugar porque é tardio, nos seus princípios, nos seus parâmetros e no seu desenvolvimento, em comparação com as mudanças que e as aspirações que se manifestam na vida política e socioeconómica de muitos países, bem como no nível internacional.”³⁴⁸

No relatório Macbride questionava-se ainda “que tipos de práticas de comunicação e estruturas são necessárias para envolver as pessoas a participarem significativa e ativamente no seu próprio desenvolvimento?” e “qual é o significado da informação para o desenvolvimento?”³⁴⁹ Segundo Maria de Lourdes Pintasilgo, esta questão era fundamental, levantando a questão da importância da informação para o desenvolvimento, considerando elementar o “processo de comunicação, portabilidade, escuta (...) e de interação entre pessoas, grupos e comunidades de interesse.”³⁵⁰ Assim, adicionava a embaixadora, o direito de

Lubis (Indonésia); Mustapha Masmoudi (Tunísia); Michio Nagai (Japão); Fred Isaac Akporuaro Omu (Nigéria); Bogdan Osolnik (Iugoslávia); Gamal El Oteifi (Egito); Johannes Pieter Pronk (Holanda); Juan Somavía (Chile); Boobli George Verghese (Índia) Betty Zimmerman (Canadá).

³⁴⁷ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris 14 novembre de 1978, pp 61, 62 e 63.

³⁴⁸ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris 14 novembre de 1978 p.61.

³⁴⁹ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris 14 novembre de 1978 p. 63.

³⁵⁰ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris 14 novembre de 1978, p. 63.

comunicar e de se expressar livremente era um ideal democrático ainda por ser alcançado, devendo ser complementado “pela afirmação de um princípio de justiça capaz de superar a situação em que uma minoria é a única capaz de informar, emitir e expressar enquanto a maioria permanece recetora passiva.”

Na sua intervenção, a embaixadora portuguesa considerava que a participação de todos só era possível se existisse uma classe profissional que estivesse ao serviço da sociedade e não de grupos favorecidos e a que essa mesma classe só podia existir se pudesse funcionar “como mecanismo de feedback em relação a qualquer desconforto ou aspiração do tecido social.”³⁵¹

Maria de Lourdes Pintasilgo terminou a sua intervenção afirmando, que ao fazer perguntas fundamentais, o relatório permitiu “conferir substância a uma nova ordem internacional de informação”, reforçando a identidade da UNESCO, tornando urgente a concretização dos seus objetivos e situando a organização novamente numa das suas dimensões fundamentais - ser um lugar de encontro de culturas e pensamentos.³⁵²

5.5 Em defesa do português: língua de trabalho na UNESCO?

“A língua é porventura a nossa última e distintiva grandeza e um dos poucos instrumentos que nos restam para garantirmos no mundo o lugar a que temos direito.”³⁵³

Os anos de 1978 e 1979 foram marcados no que respeita às relações Portugal-UNESCO, pela possibilidade da língua portuguesa se tornar língua de trabalho da organização.

Antes de prosseguirmos para a análise deste tema, convirá precisar o que se entende por língua de trabalho de uma organização internacional. De acordo com o *Diário de Notícias* de 11 de maio de 1978, num conceito restrito, são línguas de trabalho “as línguas em que todos os

³⁵¹ AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris 14 novembre de 1978, p.64.

³⁵² AMLP, FCF, P. 0229.041, Intervention de Madame Pintasilgo, Commission IV. Point 12 (20C/94) Rapport intérimaire de la Commission Internationale d'étude des problèmes de la communication, Paris 14 novembre de 1978, p. 65.

³⁵³ AMLP, FCF, P. 0102.031, Ex-ministro Sá Machado intervém na polémica Natália Correia - A. Reis - António Maria Pereira, sem data.

documentos emitidos por aquelas organizações e todas as intervenções feitas nas suas reuniões são obrigatoriamente traduzidos.” Já num conceito mais amplo, são línguas de trabalho as línguas em que “relativamente a certas reuniões, os documentos produzidos e circulados são traduzidos.”³⁵⁴

Note-se que a promoção de uma língua na UNESCO, representa sempre um processo lento e complicado, sendo necessário vencer muitas resistências, em grande parte motivadas pelos gastos que envolve para as organizações a adoção de uma nova língua e pelas objeções de outros países (com aspirações para as respetivas línguas).

Segundo o *Diário de Notícias* de 11 de maio de 1978, a ausência da língua portuguesa na UNESCO era justificada por razões que se prendiam, por um lado, antes do 25 de abril, com o isolamento internacional de que o nosso país era alvo, e no período democrático, pelo facto de a nossa diplomacia e as nossas delegações nas reuniões internacionais “não estarem sensibilizadas para o problema e não terem compreendido a sua importância.” Foram empreendidas algumas iniciativas, mas sempre com carácter pontual e nunca devidamente coordenadas.³⁵⁵

Entretanto, em consequência de uma reunião da UNESCO, realizada entre 4 a 13 de abril de 1978, na Fundação Gulbenkian e presidida por António Maria Pereira,³⁵⁶ registaram-se importantes avanços neste domínio. Desde logo, refira-se que foi a primeira vez que a UNESCO realizou uma iniciativa de carácter intergovernamental no nosso país, recorrendo-se, pela primeira vez, à língua portuguesa numa reunião da organização. Não só os discursos inaugurais do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vítor de Sá Machado³⁵⁷ e do Secretário de Estado da Cultura, António Reis, foram proferidos em português, como foi solicitado que toda a documentação circulada e resultante dessa reunião fosse traduzida também em português. O que veio, de facto, a suceder.

A realização da reunião em Portugal foi aproveitada para o desenvolvimento de uma ofensiva pela promoção internacional da língua portuguesa: o Ministro dos Negócios Estrangeiros deu instruções à missão diplomática junto da UNESCO para requerer a admissão do português como língua oficial da organização. Sucede que segundo António Maria Pereira,

³⁵⁴ *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1978, p.1.

³⁵⁵ *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1978, p.2.

³⁵⁶ De acordo com *O Tempo*, de 27 de abril de 1978, António Maria Pereira, Delegado de Portugal nas reuniões internacionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual e da UNESCO sobre direitos de autor, notabilizou-se por uma intransigente defesa da língua portuguesa.

³⁵⁷ Ministro dos Negócios Estrangeiros do II Governo Constitucional.

em declarações ao jornal *O Tempo* de 27 de abril de 1978, ao receber instruções para requerer a admissão do português como língua oficial da UNESCO, a nossa missão diplomática “não levantou a questão na reunião do comité especial “e, conseqüentemente, “todo o esforço desenvolvido na reunião de Lisboa da UNESCO, pela promoção do português, terá sido em vão.”³⁵⁸

Surge, entretanto, em Portugal uma outra polémica a propósito deste assunto, protagonizada pela escritora Natália Correia³⁵⁹, que acusou nas páginas do *Jornal Novo* o Secretário de Estado da Cultura, António Reis, de recomendar a António Maria Pereira que não promovesse a língua portuguesa na UNESCO. A escritora referiu-se a António Reis, descrevendo-o como “um fidalgo aprendiz da democracia e da cultura mandatado para ser tomado a sério como zelador dos destinos da pátria e da República.”³⁶⁰

No mesmo periódico, na edição de 22 de dezembro de 1978, António Reis justificou que António Maria Pereira se arriscava a defender uma posição que comprometeria o Estado português a um investimento financeiro inoportuno. Por isso teria recomendado que “procurasse pressionar no sentido da tradução obrigatória para português dos principais documentos aprovados nas diferentes reuniões da UNESCO,” o que obrigava a um investimento muito menor. Questionava ainda o Secretário de Estado da Cultura, se não seria mais importante para a promoção da língua portuguesa “todo um trabalho de fundo a desenvolver junto das comunidades portuguesas no estrangeiro e dos novos países africanos de expressão portuguesa, no sentido de se assegurar o seu ensino, para já não falar da promessa que ainda cumpre realizar no nosso próprio país no domínio da alfabetização da educação de adultos, da promoção dos nossos escritores do passado e do presente?”³⁶¹ Na sua perspectiva, sendo os recursos do Estado português limitados, estes últimos objetivos mereciam “uma atenção e um investimento mais imediato e prioritário.” Conclui-se que as razões alegadas por António Reis, estavam diretamente relacionadas com o custo que a adoção do português representaria (ordem de 300 mil contos).

Perante a polémica, o Secretário de Estado decidiu enviar um requerimento ao Governo português para que este esclarecesse a situação. Sobre as questões levantadas por António Reis, e em resposta ao requerimento, o Governo português esclareceu em nota pública, datada de 8 de março de 1979, que relativamente às ações concertadas, desenvolvidas nas relações bilaterais

³⁵⁸ *O Tempo*, 27 de abril de 1978, p. 6.

³⁵⁹ Escritora, poeta e deputada portuguesa, nascida no arquipélago dos Açores.

³⁶⁰ *Jornal Novo*, 18 de dezembro de 1978, p. 5.

³⁶¹ *Jornal Novo*, 22 de dezembro de 1978, p. 5.

com os países de expressão portuguesa, se destacava o acordo com São Tomé e Príncipe e o compromisso formal de promover o uso e a defesa da língua portuguesa nos organismos internacionais, existindo um propósito de assinatura, por parte de Cabo Verde e da Guiné Bissau, dum protocolo adicional ao acordo cultural. Foi ainda anunciada a disposição dos dois países em promoverem a defesa da língua portuguesa nos organismos internacionais.

Acrescentava o Governo português que o prestígio e a expansão dum língua são necessários na medida em que “ela é o veículo indispensável para a divulgação e valorização da cultura que exprime”. Nos obstáculos à adoção da língua portuguesa na UNESCO estaria ainda a oposição dos Estados que têm uma maior contribuição, uma vez que no que respeita às implicações de natureza financeira, “a participação portuguesa em termos percentuais era de cerca de 0.19%.”³⁶²

As críticas à delegação portuguesa continuaram, com o jornal *O Diabo* a acusar Maria de Lourdes Pintasilgo de “sabotar na UNESCO a expansão da língua portuguesa.” Em declarações ao referido periódico, António Maria Pereira defendeu que Maria de Lourdes Pintasilgo, não lutou como deveria para que “a língua do país em que nasceu, do país em que lhe pagava para ser seu embaixador, fosse defendida e expandida como merece.”³⁶³

Maria de Lourdes Pintasilgo não ficou indiferente à polémica que a envolveu, explicando a sua posição numa nota publicada em 1979. Segundo a embaixadora portuguesa, os problemas levantados pela possibilidade da introdução do português na UNESCO deviam ser considerados “no contexto mais vasto da introdução de novas línguas nos organismos que constituem o sistema das Nações Unidas.” A embaixadora portuguesa recordava que no Relatório 104 EX/SR.32, o Conselho Executivo defendeu a implementação de uma seletividade tanto nos serviços de tradução de documentos como nos serviços de interpretação disponíveis para conferências e reuniões.³⁶⁴ Maria de Lourdes Pintasilgo acrescentava que os serviços linguísticos correspondentes, absorviam em 1976, 11% do orçamento da UNESCO, ocupando 179 postos de trabalho fixos, e que se atingira uma situação de saturação, tornando-se cada vez mais dispendiosa a introdução de uma nova língua de trabalho.

De acordo com Maria de Lourdes Pintasilgo, importava mencionar, para além da noção de limites financeiros e materiais, a noção do “efeito multiplicador” da introdução de uma nova língua: “como cada língua tem de ser traduzida e interpretada para todas as outras e vice-versa

³⁶² AMP, FCF, P. 0102.026, Resposta ao Requerimento de António Reis, 8 de março de 1979.

³⁶³ AMLP, FCF, P. 0102.024, *O Diabo*, 28 de agosto de 1979.

³⁶⁴ AMLP, FCF, P. 0102.014. Relatório 104 EX/SR.32 sobre as deliberações do Conselho Executivo da UNESCO sobre o uso de novas línguas dentro dos organismos da ONU, p.18.

o número de combinações linguísticas aumenta consideravelmente com cada nova língua.” O cálculo de despesas para a introdução de uma nova língua ocidental na UNESCO, apenas quanto à utilização de pessoal em serviço limitado (apenas na Conferência Geral e Conselho Executivo) ascende a 2.638.550 dólares para o primeiro biênio e em serviço completo no conjunto da organização ascende a 8661.550 dólares para o mesmo período.³⁶⁵

Ainda na mesma nota, a embaixadora portuguesa elucidava para o problema prático da interpretação simultânea de uma língua menos divulgada, que por falta de intérpretes fluentes para todas as outras línguas, são normalmente vertidas para uma língua corrente (inglês ou francês), a partir da qual os restantes efetuam a sua interpretação. Por conseguinte, a introdução de outra língua menos divulgada pode conduzir a “atrasos e desfasamentos” no processo de interpretação. Maria de Lourdes mencionava que “todo o acréscimo significativo nos serviços linguísticos já existentes em organismos das Nações Unidas, ameaçam impor à organização em questão uma carga administrativa demasiado pesada e desviar recursos de utilizações mais produtivas.”³⁶⁶

Maria de Lourdes Pintasilgo lembrou ainda, que tendo-se mencionado na UNESCO, a língua portuguesa como uma daquelas que poderia eventualmente aceder ao estatuto de língua de trabalho, “devido ao número e a dispersão geográfica dos que se exprimem em português,” foi indiretamente contestada por diversas delegações que assinalaram que nem o número de pessoas que falam uma língua, nem a variedade geográfica são argumentos válidos, dado que o que está em causa é a “identidade cultural veiculada pela língua” e que essa pode corresponder a uma pequena zona do mundo.³⁶⁷ Outras delegações, originárias dos países com quota mais elevada no orçamento, declararam que não se justificariam as despesas e não estariam dispostos a contribuir (EUA, Suíça, RFA, etc.). Acrescentava Pintasilgo, que a avaliação das possibilidades de introdução do português deveria ser feita tendo em conta a situação no conjunto do sistema das Nações Unidas e “não isoladamente num organismo que pode não ser o mais adequado à situação conjuntural.”

Por outro lado, afirmava Maria de Lourdes Pintasilgo existiam outras vias de entrada do português na atividade dos organismos das Nações Unidas, de que era exemplo a introdução

³⁶⁵ AMLP, FCF, P.0102.006, Nota de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a introdução de novas línguas na UNESCO, 1979, p. 2.

³⁶⁶ AMLP, FCF, P.0102.006, Notas de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a introdução de novas línguas na UNESCO, 1979, p.3.

³⁶⁷ AMLP, FCF, P.0102.006, Notas de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a introdução de novas línguas na UNESCO, 1979, p.5.

seletiva, em que a língua é utilizada apenas em reuniões em determinadas áreas ou em determinadas publicações, representando encargos administrativos e financeiros menores que o estatuto de língua de trabalho da organização, e com um alcance e difusão certamente mais amplos. Concluía Pintasilgo, que avanço na utilização do português na UNESCO “não pode resultar de gestos espetaculares e irrefletidas”, mas de uma ação cuidadosa e coordenada que, “tenha em conta a complexidade da situação e afine os obstáculos existentes.”³⁶⁸

A língua portuguesa conseguiu chegar a organismos internacionais importantes. António Maria Pereira, em representação da Secretaria de Estado da Cultura, participou nas reuniões dos órgãos diretores da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), realizadas, de 25 de setembro a 3 de outubro de 1979, nas instalações do organismo. Nessas reuniões propôs, oficialmente,³⁶⁹ que o português passasse a ser língua de trabalho.³⁷⁰ A Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que decorreu em Genebra, aprovou, por unanimidade, o português como língua de trabalho, autorizando o seu Diretor-Geral, Arpad Bogsch, a fornecer para esse objetivo a quantia de 90.000.00 francos suíços.³⁷¹

Pela primeira vez, a língua portuguesa foi consagrada como língua de trabalho numa das agências especializadas do sistema das Nações Unidas. As publicações sobre direito de autor e sobre direitos de propriedade intelectual chegariam aos novos países africanos de expressão portuguesa e também ao Brasil em português.

5.6 A exoneração ao cargo

O ano de 1979 tonou-se um ano de mudanças para Maria de Lourdes Pintasilgo. Como observámos em capítulos anteriores, enquanto desempenhava em Paris o cargo de embaixadora foi chamada, em julho de 1979, pelo então Presidente da República, Ramalho Eanes, para assumir

³⁶⁸ AMLP, FCF, P.0102.006, Notas de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a introdução de novas línguas na UNESCO, 1979, p. 6.

³⁶⁹ Segundo o *Jornal Novo* de 21 de outubro de 1978, este ato decisivo para a promoção da língua portuguesa só tinha sido até ao momento praticado pelo presidente Agostinho Neto de Angola, na Conferência da Organização da Unidade Africana, em Cartum, em julho de 1978.

³⁷⁰ *Jornal Novo*, 21 de outubro de 1978, p.5.

³⁷¹ *A Tarde*, 16 de outubro de 1979, p.4.

um governo de iniciativa presidencial até à realização de eleições. Dessas eleições, realizadas a 2 de dezembro de 1979, saiu vitoriosa a coligação da AD.³⁷²

Após a tomada de posse pelo Governo, liderado por Francisco de Sá Carneiro, a antiga Primeira-Ministra preparava-se para regressar a Paris, de modo a continuar a desempenhar o cargo como embaixadora junto da UNESCO. Acontece que dois dias antes da sua partida para a capital francesa, a 4 de janeiro de 1980, o Secretário-Geral do MNE, Caldeira Coelho, solicitou-lhe telefonicamente que adiasse a sua partida.

Desde logo começam a surgir reações nos mais variados meios de comunicação social nacionais e até junto da UNESCO.

O *Diário de Lisboa* de 17 janeiro de 1980, referiu-se ao caso Maria de Lourdes Pintasilgo como uma “deplorável desconsideração” ao Presidente da República e “um vexame pessoal, de uma perseguição, a uma mulher que merece o respeito dos políticos e que conquistou largas e sinceras simpatias no país.” Acrescentava o referido jornal, que o que “reprovava” Maria de Lourdes Pintasilgo era o facto de ter sido a Primeiro-Ministro “escolhida, designada e titular da confiança do General Ramalho Eanes.” Sobre a atitude do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, o *Diário de Lisboa* considerou-a “infeliz e incorreta.”³⁷³

Já *O Jornal*, de 18 janeiro de 1980, aludiu para uma forma de “perseguição politicamente inadmissível, humanamente lamentável e nacionalmente lesiva dos interesses portugueses”, defendendo que concretizando-se o afastamento do cargo consumir-se-á um “autêntico escândalo” que em qualquer país “com verdadeiras tradições democráticas chegaria para marcar a imagem, e porventura, o destino, de um governo.”³⁷⁴ O periódico indicou ainda, que junto da UNESCO a notícia causou a maior estranheza porque não se mostravam motivos que justificassem tal medida e também apreensão pelo que esse acontecimento poderia revelar quanto à nova orientação da política externa portuguesa.³⁷⁵

O *Jornal de Notícias*, por seu turno, questionou ainda que culpa tinha Maria Lourdes Pintasilgo “que, num momento difícil para o país, fosse convidada pelo Sr. Presidente da República a assumir a responsabilidade do governo?”³⁷⁶

³⁷² Durante a sua ausência Luís Sousa Lobo assumiu a chefia da delegação.

³⁷³ *Diário de Lisboa*, 17 janeiro de 1980, p. 3.

³⁷⁴ AMLP, FCF, P. 0115.020, Recorte de *O Jornal*, 18 janeiro de 1980.

³⁷⁵ AMLP, FCF, P. 0119.009, Recorte de *O Jornal*, 18 janeiro de 1980.

³⁷⁶ AMLP, FCF, P. 0115.041, Recorte de *Jornal de Notícias*, 31 janeiro 1980.

Sucedo conforme relembra *O Jornal* de 25 de janeiro de 1980, durante a campanha eleitoral, a AD afirmou, repetidamente, que apenas “se nortearia por critérios de competência” para a escolha dos que deviam ocupar (ou manter-se nos) cargos públicos, e nunca por razões de ideologia que pudessem “colocar em causa os interesses internacionais.”³⁷⁷

Perante a situação inesperada, Maria de Lourdes Pintasilgo remeteu, a 10 de abril de 1980, uma carta ao Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Caldeira Coelho, na qual referia que a eleição dos membros do conselho se faz mediante “a apreciação global dos currículos dos candidatos e a sua competência no domínio das artes, das letras das ciências, da educação e da difusão do pensamento.” Acrescentava Pintasilgo que os membros do Conselho Executivo deviam participar em todas as suas sessões, “encontrando-se o prestígio do país envolvido nessa participação” e que a sua ausência poderia colocar em causa os interesses nacionais.³⁷⁸

A 18 abril de 1980, Maria de Loures Pintasilgo enviou um telegrama a Chams Eldine El-Wakil, Presidente do Conselho Executivo da UNESCO, informando-o que o Governo português não lhe concedeu autorização para se deslocar a Paris a fim de participar na 109ª sessão do Conselho Executivo. Solicitava a embaixadora portuguesa que o mesmo informasse os membros do Conselho Executivo e do Comité Especial da sua “ausência involuntária”, manifestando-lhes a sua “fidelidade aos ideais da organização” e às funções para a qual foi investida pela Conferência Geral.³⁷⁹ Chams Eldine El-Wakil, por sua vez, exprimiu-lhe a sua “profunda inquietação” e ao mesmo tempo demonstrou esperança de que o Governo português modificasse a sua posição. O Presidente do Conselho Executivo comunicou a Maria de Loures Pintasilgo, que os membros do Conselho Executivo “exprimem-lhe o seu total apoio e a esperança de que possa em breve voltar ao trabalho comum.”³⁸⁰

Chams Eldine El-Wakil remeteu, inclusive, duas cartas dirigidas ao Presidente da República, Ramalho Eanes, e ao Primeiro-Ministro, Sá Carneiro. A Ramalho Eanes, o Presidente do Conselho Executivo referiu as importantes contribuições que Maria de Lourdes Pintasilgo sempre trouxera às reuniões do Conselho, com “intervenções de alto nível intelectual” e uma

³⁷⁷ *O Jornal*, 25 de janeiro de 1980, p.5.

³⁷⁸ AMLP, FCF, P. 0251.018, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo ao Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Caldeira Coelho, 10 de abril de 1980.

³⁷⁹ AMLP, FCF, P. 0227.006, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo a Chams Eldine El-Wakil, 18 abril de 1980.

³⁸⁰ AMLP, FCF, P. 0227.006, Carta de Chams Eldine El-Wakil a Maria de Lourdes Pintasilgo, 21 abril de 1980.

contribuição “inovadora e dinâmica” para as soluções dos problemas tratados. Os membros do Conselho Executivo apelavam para que não ficassem privados “da muito apreciável participação da Sr. Eng^o Maria de Lourdes Pintasilgo.”³⁸¹ Já a Sá Carneiro informou Chams Eldine El-Wakil, que no Conselho Executivo lamentava-se a ausência de Maria de Lourdes Pintasilgo, “um membro eminente do Conselho” e que sempre soube dar “com sinceridade, eficácia e calor uma contribuição de alto nível intelectual.”³⁸²

De modo a esclarecer a posição oficial do Governo português, a 3 de maio de 1980, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral enviou um Aerograma Circular para todas as embaixadas e missões portuguesas no estrangeiro. Neste documento, o Ministro dos Negócios Estrangeiros explicava, que Maria de Lourdes Pintasilgo não era diplomata de carreira, mas sim uma embaixadora política, esclarecendo que em determinados momentos foi necessário ter como embaixadores pessoas, que “para além da lealdade e colaboração devidas ao governo por qualquer diplomata de carreira, oferecem em maior grau uma identificação política com o governo do momento.” No entanto, a seu ver, não fazia sentido, que o Governo português mantivesse nos seus postos, embaixadores políticos, que “não só não estão identificados com o pensamento e com a política do governo, mas inclusivamente são adversários políticos do governo e dessa política.”³⁸³

Diogo Freitas do Amaral aludia ainda para uma entrevista dada por Maria de Lourdes Pintasilgo a dia 3 de janeiro de 1980. De acordo com a interpretação do Ministro dos Negócios estrangeiros, nessa entrevista Pintasilgo considerou contrário ao Ato de Helsínquia a decisão tomada pela NATO quanto à instalação de mísseis nucleares na Europa e em geral toda a ação armamentista e que por sua vez, a ação soviética no Afeganistão não violou esse Ato, porque o embaixador soviético lhe havido garantido que a URSS retiraria as tropas que tivesse no Afeganistão. De acordo com Diogo Freitas do Amaral Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo tinha o direito de defender livremente as suas opiniões, mas o Governo recusava “manter em funções como embaixador de Portugal quem critica a NATO e absolve a invasão soviética do Afeganistão.”³⁸⁴

³⁸¹ AMLP, FCF, P. 0227.006, Carta de Chams Eldine El-Wakil a Ramalho Eanes, 29 de abril de 1980.

³⁸² AMLP, FCF, P. 0227.006, Carta de Chams Eldine El-Wakil a Francisco Sá Carneiro, 29 de abril de 1980.

³⁸³ AMLP, FCF, P. 0187.029, Aerograma circular de Diogo Freitas do Amaral para todas as embaixadas e missões portuguesas, 2 de maio de 1980.

³⁸⁴ AMLP, FCF, P. 0187.029, Aerograma circular de Diogo Freitas do Amaral para todas as embaixadas e missões portuguesas, 2 de maio de 1980.

Analisando a entrevista facultada por Maria de Lourdes Pintasilgo, a 3 de janeiro de 1980 ao *Diário de Notícias*, refira-se que quanto questionada sobre a estratégica da NATO na instalação dos mísseis nucleares na Europa, Pintasilgo reconheceu que a NATO poderia ter encontrando outros caminhos, e que não podia deixar “de repugnar uma ação armamentista.” Já sobre a questão do Afeganistão, Pintasilgo indicava, que segundo informação obtida diretamente com o embaixador da União Soviética, o Governo da URSS tinha garantido que iria retirar as tropas que tinha no Afeganistão, acrescentando que “condenava as ingerências nos assuntos internos.”³⁸⁵

Retomando ao aerograma circular, datado de 3 de maio de 1980, Diogo Freitas do Amaral acrescentava, que Maria de Lourdes Pintasilgo poderia continuar a candidatar-se a todos os cargos que desejasse e fazer as declarações públicas que entendesse, mas não podia “voltar a exercer as funções de embaixadora de Portugal sob a autoridade do atual Governo.” Por fim, sobre o facto de não estar autorizada a participar na reunião do Conselho Executivo da UNESCO, Diogo Freitas do Amaral lembrava que todos os membros do Conselho Executivo são nos termos do estatuto do artigo 5, alínea 1 da UNESCO, eleitos entre os delegados nomeados pelos Estados-membros. Assim, a embaixadora de Portugal na UNESCO só seria membro do Conselho Executivo enquanto integrar a Missão Permanente de Portugal junto da organização.³⁸⁶

Sobre as diversas reações, que suscitou esta atitude por parte do Governo, em declarações ao jornal *A Capital*, Freitas do Amaral defendeu que o afastamento de Maria de Lourdes Pintasilgo não tinha “a menor repercussão internacional.”³⁸⁷

Dois dias depois de ser publicado o aerograma circular, a 5 de maio de 1980, o Presidente Ramalho Eanes recebeu Maria de Lourdes Pintasilgo, comunicando-lhe a sua disponibilidade na procura de uma solução para a representação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO. À saída da reunião com Ramalho Eanes, em declarações ao *Diário de Notícias*, Maria de Lourdes Pintasilgo explicou que “só por circunstâncias excepcionais, do ponto de vista do Estado representado, ou por morte, um membro do Conselho executivo da UNESCO poderá ser demitido.”³⁸⁸ A embaixadora portuguesa afirmou ainda não desejar ser um “instrumento de de prestígio” do Estado português e que pretendia continuar a dar de Portugal a imagem que

³⁸⁵ *Diário de Notícias*, 3 de janeiro de 1980, p.7.

³⁸⁶ AMLP, FCF, P. 0187.029, Aerograma circular de Diogo Freitas do Amaral para todas as embaixadas e missões portuguesas, 2 de maio de 1980.

³⁸⁷ *A Capital*, 30 janeiro de 1980, p. 24.

³⁸⁸ *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1980, p.3.

sempre transmitiu nas numerosas intervenções internacionais nas quais participou: “a imagem de um país suficientemente rico de valores e de ética para ser respeitado, em todas as circunstâncias, na comunidade das nações.”³⁸⁹

Só no mês seguinte, a 14 junho de 1980, Maria de Lourdes Pintasilgo reuniu, finalmente, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o qual lhe indicou que não dispunha da confiança do Governo para continuar no exercício das suas funções de embaixadora de Portugal na UNESCO. Na reunião, Pintasilgo demonstrou não ter intenção de pedir a sua demissão, sendo por isso avisada por Diogo Freitas do Amaral que o Governo iria propor a sua exoneração ao mesmo tempo que solicitava que continuasse por Lisboa.³⁹⁰

Quando questionada pelos jornalistas sobre a reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maria de Lourdes Pintasilgo diria, que o que estava em causa não era saber se continuava como embaixadora de Portugal na UNESCO, mas “a própria dignidade e respeito pelas instituições democráticas.”³⁹¹

Perante a impossibilidade de regressar à UNESCO, a 16 de agosto de 1980, Maria de Lourdes Pintasilgo remeteu uma carta a Chams Eldine El-Wakil, agradecendo-lhe a sua solidariedade e amizade, estendendo esse agradecimento aos membros do Conselho Executivo, pelas ações que tomaram de modo a tentar minimizar “as consequências infelizes da ausência de um de seus membros” durante a reunião da 109ª sessão. Na mesma carta, indicava Maria de Lourdes Pintasilgo, que no âmbito das instituições portuguesas, o Presidente da República era a única autoridade que a podia exonerar. Preocupada, Pintasilgo esperava que “este infeliz incidente” não afetasse “as boas relações entre a UNESCO e o meu país.”³⁹²

Também o Diretor-Geral da UNESCO se manifestou sobre a situação. A 28 outubro de 1980, Amadou Mahtar M'Bow enviou uma carta a Maria de Lourdes Pintasilgo na qual, demonstrando a sua tristeza pela sua ausência na UNESCO, referiu o quanto admirava “a coragem que sempre demonstrara ao defender os ideais e o fervor com o qual se esforçava para fazer as causas triunfar.”³⁹³

³⁸⁹ *Diário Popular*, 6 de maio de 1989, p.5.

³⁹⁰ AMLP, FCF, P. 0119.011, Recorte do jornal *Portugal Hoje* de 18 junho de 1980.

³⁹¹ AMLP, FCF, P. 0118.047, Recorte do jornal *Portugal Hoje* de 17 janeiro de 1980.

³⁹² AMLP, FCF, P. 0226.042, Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo a Chams Eldine El-Wakil, Presidente do Conselho Executivo da Unesco, 16 agosto de 1980.

³⁹³ AMLP, FCF, P. 0251.030, Carta de Amadou Mahtar M'Bow a Maria de Lourdes Pintasilgo, 28 outubro de 1980.

Maria de Lourdes Pintasilgo não voltaria à UNESCO. Caso o Presidente da República recusasse a sua substituição, o cargo de embaixadora na organização não seria preenchido e a antiga embaixadora continuaria retida em Lisboa, situação que não seria favorável para a posição portuguesa na organização. Perante este contexto, e a pedido do Governo, a exoneração acabaria por ser, oficialmente assinada, a 11 de junho de 1981, através do Decreto-Lei 55/8. ³⁹⁴

Com o afastamento de Maria de Lourdes Pintasilgo foi nomeado para assumir a presidência da Comissão Nacional da UNESCO, Vítor de Sá Machado. ³⁹⁵

³⁹⁴ Decreto 55/81, de 11 de junho de 1981, consultado em Diário da República n.º 133/1981, Série I de 1981-06-11.

³⁹⁵ Resolução 352/80 de 26 de setembro de 1980, consultado em Diário da República n.º 223/1980, Série I de 1980-09-26.

CONCLUSÕES

Nos capítulos precedentes procurou-se analisar o restabelecimento das relações de Portugal com a UNESCO entre os anos de 1975 a 1981 e avaliar o contributo de Maria de Lourdes Pintasilgo durante esse processo.

Não deixa de ser interessante o desejo demonstrado por Oliveira Salazar numa eventual adesão à UNESCO, logo após a sua criação.

Depois de ter mantido a questão em aberto ao longo das décadas de 1940 e 1950, seria perante o contexto difícil dos anos 1960, que o Governo português decidiu, em novembro de 1961, nomear um representante junto da UNESCO, com estatuto de observador. Esta decisão conduziu a que a mera presença de um observador português na UNESCO, rapidamente suscitasse críticas dos restantes Estados-membros para com a política colonial portuguesa e fosse rejeitada a palavra do nosso país, presente nas reuniões, com a justificação de o mesmo não ter o estatuto de Estado-membro.

Contrariando todas as expectativas, em novembro de 1964, o Governo português avançou com o pedido de adesão à UNESCO, tornar-se Estado-Membro da organização a 11 de março de 1965. Com um contexto internacional cada vez mais crítico em relação à colonização, redobram-se a intensidade das críticas em torno da política colonial portuguesa.

Começaram a verificar-se resoluções contra a política portuguesa: em 1965, a resolução 70 EX/14 que excluía Portugal das reuniões convocadas pela UNESCO; em 1966 a Resolução n.º 11, que autorizava o diretor-geral da UNESCO a não fornecer ajuda ao governo português nos domínios da educação, da ciência e da cultura, bem como a não convidar Portugal a participar nas atividades da UNESCO. A acrescentar, em outubro de 1970, o Conselho Executivo da UNESCO atribuiu ajuda às populações e organizações das regiões dos territórios libertados. Perante esta atitude da UNESCO, Portugal retira-se da organização em 1972.

A pressão das organizações internacionais não teve o resultado expectável, mantendo o regime português a sua resistência à descolonização. Devido à política colonialista dos regimes de Salazar e de Caetano, Portugal ficou mesmo afastado entre 1972 e 1974.

A expulsão de Portugal das atividades das organizações multilaterais às quais pertencia só foi possível de ultrapassar na sequência dos processos de democratização e de descolonização.

Concretamente aos objetivos a que nos propusemos, concluiu-se que uma das grandes novidades da política externa portuguesa após o 25 de abril de 1974, foi precisamente, a consciência por parte do regime português de que a cooperação intergovernamental multilateral e a

participação em organizações intergovernamentais eram de enorme relevância, o que é alias notado no programa do I Governo Provisório, o qual reforçou desde logo a sua preocupação em colaborar ativamente com a ONU e com os organismos de si dependentes.

Após a promulgação da lei 7/74 e o conseqüente reconhecimento da independência dos territórios africanos, Portugal ficou livre para negociar com os restantes organismos internacionais. Assim, ainda em 1974 foram tomadas as diligências necessárias para Portugal regressar à UNESCO com a categoria de Estado-membro: em de Agosto de 1974, Mário Soares remeteu uma carta dirigida ao Diretor-Geral da UNESCO, René Maheu, notificando-o da intenção do governo português em reingresso à organização e em setembro de 1974 foi entregue por parte de Portugal, no Ministério dos Negócios Estrangeiros Britânico, o instrumento diplomático relativo à readmissão na UNESCO.

Após o regresso efetivo do Governo português à UNESCO, a 11 de Setembro de 1974, foi criada, a 30 de junho de 1975, uma Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO. Simultaneamente foi ainda criado um Grupo de Trabalho preparatório da futura Comissão Nacional da UNESCO ao qual competia entre outras questões, propor os moldes de constituição de uma futura Comissão Nacional de UNESCO.

Uma das grandes novidades durante o processo foi a escolha de Maria de Lourdes Pintasilgo para chefiar a respetiva missão. A escolha de Pintasilgo prendeu-se com um conjunto de razões das quais se destacam a sua imensa experiência a nível político (procuradora da Câmara Corporativa e Ministra dos Assuntos Sociais), a nível internacional (presidente da JUCF; presidente do Movimento Internacional de Estudantes Católicos; membro da delegação portuguesa à Assembleia Geral da ONU) e ainda o facto de conhecer perfeitamente Paris e ter imensa facilidade em se comunicar na língua francesa.

Sobre as principais ações da delegação portuguesa começa-se por referir o primeiro grande desafio: a 19ª Conferência geral em Nairobi no ano de 1976, a qual deu grande enfoque à questão dos meios de comunicação.

No que respeita ao assunto debatido, a delegação portuguesa defendeu a realização de um estudo mais alargado, alertando para a necessidade de fazer uso de especialistas não-governamentais, para analisar o papel que os meios de comunicação têm na opinião pública e na formação do pensamento. Maria de Lourdes Pintasilgo apelou a todos os Estados membros para as suas respostas ao Diretor-Geral, não serem somente inspiradas por razões de ordem política, mas especialmente por questões culturais. Pintasilgo clarificou a sua posição em relação à comunicação social: não poderia ser considerada apenas com base em princípios adquiridos. Para a embaixadora portuguesa, os meios de comunicação social constituíam um novo poder nas

sociedades e que como tal deviam ser analisados na perspectiva de se vir a articular esse poder com os outros poderes que estruturam a vida social em qualquer país.

A intervenção portuguesa foi tão importante que, pouco antes de terminada a Conferência Geral, foram realizadas eleições para a eleição de novos membros para o Conselho Executivo. Maria de Lourdes Pintasilgo, obteve o maior número de votos a eleger no grupo europeu.

Dois anos depois, na 20ª Conferência Geral em Paris no ano de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo continuava a defender que o desequilíbrio da informação tinha de ser corrigido. A embaixadora portuguesa defendia a existência de uma nova ordem internacional da informação que deveria não só contribuir para um maior equilíbrio da circulação de ideais, mas igualmente permitir a construção de sociedades mais aptas à cooperação internacional. Pintasilgo classificou o Relatório MacBride, como um relatório de “qualidade excepcional”, por retratar os problemas dos meios de comunicação e questionando a importância da comunicação no desenvolvimento das sociedades.

A delegação portuguesa não teve dificuldades de maior em comunicar com as restantes delegações, destacando-se essencialmente as relações estabelecidas com países da América Latina e com os países nórdicos.

A prova de que as relações ente Portugal e UNESCO iam sendo reforçadas foi a visita em agosto de 1977 do Diretor-Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M’Bow a Portugal. Desta visita, resultaram importantes progressos em diversos domínios, com a UNESCO a auxiliar Portugal no campo da coordenação e reorientação da política científica, a preparar projetos de estudos e inclusive a ajudar Portugal a encontrar financiamento externo adicional para os mesmos.

Independentemente do seu contributo, Maria de Lourdes Pintasilgo não se livraria de algumas críticas, como foi a acusação de não lutar corretamente pela defesa da língua portuguesa enquanto língua de trabalho em organismos internacionais.

Segundo a embaixadora, os problemas levantados pela possibilidade da introdução do português na UNESCO deviam ser considerados no contexto mais vasto da introdução de novas línguas nos organismos internacionais. Para além da noção de limites financeiros e materiais, existiam ainda as resistências dos Estados que tinham contribuições superiores na organização. A embaixadora propunha outras vias de entrada do português em organismos internacionais, que fossem mais acessíveis, como a utilização da língua portuguesa em reuniões de determinadas áreas ou em determinadas publicações.

A maior de todas as polémicas do mandato de Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto embaixadora ocorreu em 1979.

Após a tomada de posse, o Governo da Aliança Democrática impediu a antiga primeira-ministra de regressar a Paris, alegadamente por não merecer confiança do novo governo, com o qual Pintasilgo não se identificava politicamente. Esta atitude foi bastante noticiada nos meios de comunicação portugueses e causou grande perplexidade na UNESCO, verificando-se um apelo por parte do Presidente do Conselho Executivo e dos seus respetivos membros para que o Governo português autorizasse o regresso de Maria de Lourdes a Paris.

O Governo português manteve-se intransigente na sua posição e a 3 de maio de 1980, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, envia um aerograma dirigido a todas as embaixadas e missões portuguesas, confirmando a intenção do Governo em afastar Maria de Lourdes Pintasilgo do cargo de embaixadora, acabando a exoneração por ser assinada. Maria de Lourdes Pintasilgo não voltaria à UNESCO.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes de Arquivo

- Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Arquivo Oliveira Salazar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Arquivo Maria de Lourdes Pintasilgo, Fundação Cuidar o Futuro.³⁹⁶

Fontes impressas

- Nogueira, Franco (2000) (3ªed.), *Salazar, Vol. IV, O Ataque (1945-1958)*, Porto, Civilização Editora.
- Salazar, António de Oliveira, (1951) *Discursos e Notas políticas*, Vol. IV (1943-1950), Coimbra, Coimbra Editora.
- Soares, Mário (1976), *Portugal que Revolução?* Lisboa, Perspetivas.
- Soares, Mário (1975), *Democratização e Descolonização*, Lisboa, Dom Quixote.
- Soares, Mário (1974), *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Soares, Mário (1974), *O Novo Portugal e as Nações Unidas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1985), *Dimensões da Mudança*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1980), *Sulcos do nosso querer comum. Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, Porto, Afrontamento.
- Antunes, José Freire (1985), *Cartas particulares a Marcelo Caetano: 1968-1974*, Vol. II, Lisboa, Dom Quixote.

³⁹⁶ Em linha <http://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Site/default.aspx>

Imprensa

- *Diário de Notícias*
- *Diário de Lisboa*³⁹⁷
- *Ilustração*
- *O Dia*
- *Jornal Novo*
- *O Século*
- *A Capital*
- *O Expresso*
- *O Jornal*
- *O Tempo*
- *A Tarde*
- *Diário Popular*

Legislação

- Lei 7 /74 de 27 de julho 1974, consultado em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03> a 23 de maio de 2018
- Decreto-Lei 329/75, 30 de junho de 1975, consultado em Diário do Governo n.º 148/1975, Série I de 1975-06-30.
- Portaria 411-A/75 de 2 de julho, Diário do Governo n.º 150/1975, 2º Suplemento, Série I de 1975-07-02.
- Decreto-lei 218/79, de 17 de julho consultado em Diário da República n.º 163/1979, Série I de 1979-07-17.

³⁹⁷ Em linha http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/

- Resolução 352/80 de 26 de setembro de 1980, consultado em Diário da República n.º 223/1980, Série I de 1980-09-26.
- Decreto 55/81, de 11 de junho de 1981, consultado em Diário da República n.º 133/1981, Série I de 1981-06-11.

Entrevistas:

Luís Sousa Lobo (novembro de 2017).

Outras fontes:

- Carta das Nações Unidas, consultado em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/unchart.asp a 20 de fevereiro de 2018.
- Constituição da UNESCO, em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html a 23 de fevereiro de 2018.
- Órgãos Diretivos da UNESCO, consultado em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-unesco/orgaos-diretivos> a 23 de fevereiro de 2018.
- Programa do I Governo Provisório, consultado a 20 de abril de 2018. Disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-govarquivo-historico/governos-provisorios/gp01.aspx>.
- Discurso proferido por Vasco Gonçalves a 18 de julho de 1974, consultado a 27 de maio de 1974, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mf616>.
- Comunicado Portugal-ONU de 4 de agosto de 1974, consultado em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon04> a 23 de maio de 2018.
- Programa do V governo Constitucional “5. Objetivos no domínio das relações externas” consultado em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/composicao.aspx> a 28 de Setembro de 2018.

- Resultados das Eleições Presidenciais de 1986, consultado em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=26&mes=01&ano=1986&eleicao=pr> a 12 de abril de abril de 2018.
- Constituição da República Portuguesa, Artigo 135, consultado em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art135> a 30 de junho de 2018.
- Declaration on Fundamental Principles concerning the Contribution of the Mass Media to Strengthening Peace and International Understanding, to the Promotion of Human Rights and to Countering Racialism, apartheid and incitement to war, 28 de November de 1978, disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13176&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- Proclamação da JSN consultado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/proclamacao-da-junta-de-salvacao-nacional/#sthash.n8mSDEtz.dpbs>, a 28 de março de 2018.
- Resolução nº 1514 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>
- Resolução nº 1541 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>
- Resolução 1542 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/15/ares15.htm>

Bibliografia:

- Amaral, Ana Filomena Leite (2009), *Maria de Lourdes Pintasilgo. Os anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)*, Coimbra, Edições Almedina.
- Assis, Ana Cristina (2012), *Reconhecer-se além-fronteiras: Ecofeminismo e o Pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo* Porto, Edições Afrontamento.
- Barreto, António (2000), “Revolução de 25 de Abril de 1974” in António Barreto e Maria Filomena Mónica, (Coord), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. IX, Lisboa, Figueirinhas, pp. 250-262.

- Beltrão, Luísa e Barry Katton (2007), *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna da História.
- Bertrand, Maurice (2004), *O essencial sobre a ONU*, Lisboa, Bizâncio.
- Bettencourt, Ana Maria e Maria Margarida Silva Pereira (Coord.) (1995), “Maria de Lourdes Pintasilgo” in *Mulheres Políticas: as suas causas*. Lisboa, Quetzal, pp. 215-227.
- Branco, Carlos Martins e Francisco Proença Garcia (2005), *Os Portugueses nas Nações Unidas*, Lisboa, Prefácio.
- Bruneau, Thomas (1982), “As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia”, *Análise Social*, Vols. 72-73-74, pp. 885-896.
- Capello, Krill de (1970), “The Creation of the UN Educational, Social and Cultural Organization”, *International Organization*, Vol.24, nº 1 pp. 9-10 citado por Mark F. Imber, (1989) *The USA, ILO UNESCO and IAEA- Politicization and Withdrawal in the Specialized Agencies*, United Kingdom, Palgrave Macmillan.
- Carrilho, Marília Rosado (2015), *A fundamentação filosófica das noções de cuidado e de responsabilidade no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Tese de Doutoramento em Filosofia, Évora, Universidade de Évora.
- Castaño, David (2015), “Portugal e a ONU. A primeira aproximação”, *Relações Internacionais*, n.º 47, pp. 9-38.
- Castão, David (2016), “O processo de transição português e o seu contexto internacional” in Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (Ed.) *Dos anos quentes à estabilidade democrática: memória e ação política no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp-127-140.
- Castro, Francisco Niny de (2010), *O pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos político-diplomáticos*, Cascais, Principia.
- Chaves Miguel Mattos (2013), *As negociações de adesão de Portugal a CEE*, Coimbra, Almedina.
- Duarte, Vânia (2011), *Memória silenciada. O percurso feminista de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Dissertação de Mestrado em Estudos Feministas, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Duedahl, Poul (2016), *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- Evan, Luard (1982), *A History of the United Nations, Volume 1: The Years of Western Domination, 1945-1955*, United Kingdom, Palgrave Macmillan.

- Fernandes, António José (2011), *Conflitos e paz mundial. A importância da ONU*, Lisboa, Quid Juris.
- Fernandes, António José (1980), *Organizações Políticas Internacionais: ONU, OEA E OUA*, Lisboa, Presença.
- Ferreira, José, Medeiros (2006), *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa, Editorial Presença.
- Ferreira, José Medeiros (2004), “O 25 de Abril no Contexto Internacional”, *Relações Internacionais*, n.º 2, pp.143-158.
- Ferreira, José Medeiros (1995), “Os regimes políticos em Portugal e a organização internacional da Europa”, *Política Internacional*, n.º 11, pp. 5-39.
- Ferreira, José Medeiros (1994), "Os Militares no Poder e as Reações Internacionais", *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, pp. 487-506.
- Ferreira, José Medeiros (1993), *História de Portugal, Volume VIII. Portugal em Transe (1974-1985)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Ferreira, José Medeiros (1993), “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, *Política internacional*, n.º 6, pp.113-156.
- Fonseca, Ana Mónica (2012), "O apoio da Social Democracia Alemã à democratização portuguesa (1974-1975)", *Ler História*, n.º 63, pp. 93 - 107.
- Gama, Jaime (1994), “A adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, *Política Internacional*, Vol. I, n.º 10, pp. 5-19.
- Gaspar, Carlos (2000), “Organização das Nações Unidas (ONU)” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, Vol. VIII. Lisboa, Livraria Figueirinhas, pp. 672-678.
- Hobsbawm Eric (1996), *A Era dos Extremos*, Lisboa, Editorial Presença.
- Lemos, Isabel (2009), *As mulheres na carreira diplomática: 1974 a 2004*, Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Lisboa, ISCTE.
- Macqueen, Norrie, (1998), *A descolonização da África portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Madeira, Luís (1997), “Portugal e os Organismos Intergovernamentais”, *Janus- Anuário de relações exteriores* consultado em https://www.janusonline.pt/arquivo/1997/1997_3_13.html a 20 de abril de 2018.
- Magalhães, Isabel Allegro de (2010), “A dimensão do cuidar e a ressignificação do espaço público no pensar e agir de Maria De Lourdes Pintasilgo”, *Ex-Aequo Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, pp. 37-51.

- Magalhães, Isabel Allegro de (Coord.), (2005), *Palavras Dadas de Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Magalhães, José Calvet de (1987-1988), “Portugal e a Integração Europeia”, *Estratégia*, nº 4, pp. 33-74.
- Magalhães, José Calvet de (1996), *Portugal e as Nações Unidas: A Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.
- Martins, Carla (2015), *Mulheres, Liderança Política e Media*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- Martins, Carla (2013), *Mulheres, política e visibilidade mediática: as lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa, FCSH-UNL.
- Martins, Fernando (2015), “A crise da paz –Portugal e a Organização das Nações Unidas. Das origens à admissão (1945-1955)”, *Relações Internacionais*, n.º 47, pp.39-73.
- Martins, Fernando (1996) “Organização das Nações Unidas” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 701-703
- Maurel, Chloé (2012), “L’UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974)”, *Les Cahiers Irice*, n.º 9, pp. 61-72.
- Maurel, Chloé (2010). “Le rêve d’un « gouvernement mondial » des années 1920 aux années 1950. L’exemple de l’UNESCO”, *Histoire Politique*, n.º 10, pp. 1-20.
- Maurel, Chloé (2010) *Historie de l’UNESCO : les trente premières années :1945- 1974*, Paris, L’Harmattan.
- Maurel, Chloé (2013), “L’action de l’UNESCO dans le domaine de la reconstruction”, *Histoire Politique*, n.º 19, pp. 160-175.
- Maxwell, Kenneth (1999), *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar*, Lisboa, Dom Quixote.
- Mota, Susana (2015), “Maria de Lourdes Pintasilgo e a sociedade portuguesa”, *Revista de Estudos Interculturais*, n.º 3, pp.1-59.
- Neves, Fernando de Oliveira (1997), “O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias”, *Política Internacional*, n.º14, pp 57-65.
- Oliveira, César (1996), *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa. A Descolonização, 1974-1976*, Lisboa, Cosmos.
- Oliveira, Pedro Aires (2006), “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926- 1974)”, *Análise Social*, Vol. XLI (178), pp. 145-166.

- Paiva, Maria Amélia (2003), “A Mulher na Diplomacia Portuguesa” in Maria Madalena Requeira (Coord), *Visões de Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa / Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pp.187-192.
- Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (Org.) (2007), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS.
- Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pinto, António Costa (2000), “Da África a Europa” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, Lisboa, Temas e Debates, pp. 414-420.
- Pinto, Maria do Céu (2010), *O papel da ONU na criação de uma nova ordem mundial*, Lisboa, Prefácio.
- Reis, António (1994), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Reyna, Alberto Wagner de (2007), “L’idée de l’UNESCO” in *Idée et historicité de l’UNESCO*, Paris, UNESCO, pp. 3-54.
- Rezola, Maria Inácia (2007), *25 De Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Ribeiro, Manuel de Almeida e Mónica Ferro (2004), *A Organização das Nações Unidas*, Coimbra, Almedina.
- Rodrigues, Avelino *et.al* (2001), (4ª ed), *O Movimento dos Capitães e o 25 de abril*, Lisboa, Dom Quixote.
- Rodrigues, Luís Nuno (2016), “A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa. Do 25 de abril à lei da descolonização” in Ana Maria Belchior e Nuno de Almeida Alves (Ed.). *Dos anos quentes à estabilidade democrática: memória e ação política no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp.113-125.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2006), “Da criação da UNESCO à adesão de Portugal (1946-1965)”, *Relações Internacionais*, n.º 12, pp. 165-181.
- Rodrigues, Luís Nuno (2001), “A 'Solidão' na política externa portuguesa no início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos” in Fernando Martins *et al* (Orgs.), *Diplomacia e Guerra, Política Externa e política de defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, Évora, Edições Colibri, pp. 189-224.
- Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Ação Política: Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.

- Rosas, Fernando (Org.) (1999), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Colibri.
- Sá, Tiago Moreira de (2015), *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, Aurora Almada e (2011), “A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960”, *Relações Internacionais*, n.º 30, pp. 61-69.
- Silva, António E. Duarte (1995) “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*. Vol. XXX, pp. 5-50.
- Silva, Isabel Alarcão e (1993), “A admissão de Portugal na ONU”, *História*, n.º 165, pp.15-41.
- Soares, Mário (2002), “Política externa: breve reflexão”, *Janus-Anuário de relações exteriores*, pp. 140-141
- Souza, Maria Reynolds de (2013), “Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo” in João Esteves e Zília Osório de Castro (Dir.) *Feminae. Dicionário Contemporâneo*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, pp. 587-594.
- Souza, Maria Reynolds de (2005), “Maria de Lourdes Pintasilgo” in Manuel Braga da Cruz, e António Costa Pinto (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, Vol. II, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais / Assembleia da República, pp. 344-351.
- Tavares, Ana Cristina (2011), *Maria de Lourdes Pintasilgo Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. O olhar da Imprensa*, Dissertação de Mestrado em Questões de Género e Educação para a Cidadania, Évora, Universidade de Évora.
- Tavares, Ana Cristina (2010), “Maria de Lourdes Pintasilgo. Primeira-Ministra do V Governo Constitucional em busca das reações na imprensa”, *Ex-Aequo Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, pp. 77-106.
- Teixeira, Catarina (2013), *O impacto das mulheres na vida política: a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Covilhã Universidade da Beira Interior.
- Teixeira, Nuno Severiano (2015), “Portugal” in Maria Raquel Freire, *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 279-286.
- Pinto, António Costa e Nuno Gonçalo Monteiro (Org.), *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010 “A busca da democracia”*, Vol. 5, Lisboa, Fundación MAPFRE.
- Teixeira, Nuno Severiano (2010), “Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, n.º 28, pp. 51-60.

- Teixeira, Nuno Severiano (2004), “O 25 de Abril e a política externa portuguesa”, *Relações Internacionais*, n.º 1, pp. 5-12.
- Teixeira, Nuno Severiano (2000), “Portugal no mundo-século XX”, Janus- Anuário de relações exteriores, pp.100-101
- Telo, António José (1996), “Política Externa” in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Círculo de Leitores, pp. 769-776.
- Telo, António José (2008), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*, Vols. I e II Lisboa, Editorial Presença.
- Wagner, Tilo, (2006) “Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos”, *Relações Internacionais*, nº 11, pp.79-89.
- Valderrama, Fernando (1995), *A History of UNESCO*, Paris, UNESCO.
- Valderrama, Fernando (1993), “La UNESCO: origen y evolucion”, *Nova Renascença*, Vol.13, nº49/51 pp. 239-245.

ANEXOS

Anexo I

Entrevista realizada a Luís Sousa Lobo, por Raquel Santos, no dia 30 de novembro de 2017, no Instituto Superior Técnico.

RS: Onde estava e qual a sua ocupação em julho de 1975?

LSB: Tinha chegado de Lourenço Marques e ingressei como professor na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.

RS: Como conheceu Maria de Lourdes Pintasilgo?

LSB: A Maria de Lourdes Pintasilgo era bastante conhecida. Já tinha ouvido falar dela no Técnico enquanto aluno, porque ela era uma antiga aluna com muita notoriedade. Do ponto de vista profissional, tanto na CUF, como no Técnico, do lado da engenharia, conhecia-a pelas repercussões do seu trabalho. Conhecia pessoalmente porque, a certa altura, ela desafiou a minha irmã, Margarida, a desempenhar funções num Centro do Graal nos Estados Unidos.

RS: Lembra-se da primeira conversa que manteve com ela?

LSB: A primeira conversa que mantive com Maria de Lourdes Pintasilgo foi quando esta me convidou para Chefe de Gabinete em meados de novembro de 1975.

RS: Portugal retira-se da UNESCO em 1971. Como vê a aproximação portuguesa à ONU e às suas agências especializadas no período democrático?

LSB: Imensa abertura ao exterior. Portugal estava com uma marca negativa junto da comunidade internacional, uma vez que, ao contrário de outros países, como a Inglaterra e a França, que, proclamaram a independência das suas colónias logo após o término da Segunda Guerra Mundial, Portugal demorou a aceitar a descolonização, o que resultou no seu isolamento internacional. Criou-se uns anticorpos muito grandes contra os portugueses! No que toca à UNESCO, Portugal nunca era convidado para estar presente nas reuniões da organização.

RS: Recordar-se de quando tomou conhecimento da nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo para Delegada Permanente na UNESCO?

LSB: Pouco antes de me convidar para ir para a UNESCO. Talvez em novembro de 1975.

RS: Como é que reagiu a essa nomeação?

Eu penso que foi uma nomeação muito boa. As pessoas ficaram surpreendidas como é que o Ramalho Eanes foi buscar a Maria de Lourdes Pintasilgo, tendo ela negado a participação no governo de Mário Soares e estando o governo de Mário Soares em funções. A nomeação era do Presidente da República, mas certamente consultou o Primeiro-Ministro.

RS: O que é que terá levado a que ela fosse escolhida?

LSL: Portanto, eu acho que o Ramalho Eanes se apercebeu que ia ser um cargo difícil. Acho que deve ter sido talvez o plano de Sesimbra... O Ramalho Eanes era uma pessoa muito eficiente, mas muito discreta, era modesto nessas coisas de aparecer em público, que acontece bastante entre militares...

RS: Sempre discretos...

LSL: Sempre discretos...E em termos do movimento do 25 de abril foi uma oportunidade excepcional de um ano e meio antes ter-se ido para uma democracia pluralista, com aceitação de que é na praça pública que as pessoas se debatem e depois das eleições logo se decide ao que as pessoas aderem mais. O Ramalho Eanes deve ter pensado que, Maria de Lourdes Pintasilgo tinha um bom perfil, como algumas participações internacionais, independentemente do Graal e sempre com sucesso. Claro que de certeza que a dificuldade maior, para o Ramalho Eanes, foi não ter posto lá uma pessoa do gosto do partido no poder. Ele foi buscar uma pessoa muito independente e isso foi uma coisa de coragem. O governo de Mário Soares não se opôs porque também eles deviam ter a noção de que aquilo ia ser um cargo muito difícil. Condenações a Portugal da UNESCO foram muitas! Nas reuniões variadas, que havia sobre diversos sectores, havia sempre uma moção contra Portugal. Era preciso dar a volta e ele foi buscar uma pessoa com um perfil muito bom e, provavelmente, até teve de fazer um bocadinho de frente aos políticos dos partidos no poder.

RS: Compreendo. Tratava-se de um cargo diplomático de grande importância, representado por uma mulher. Recorda-se de reações a essa nomeação?

LSL: Nessa altura penso que na televisão não se aparecesse assim muito...Não me estou assim a lembrar em pormenor.

RS: Compreendo. A instalação da Delegação Portuguesa em Paris foi pacífica?

LSB: Sim, foi perfeitamente pacífica, mas deu-me muito trabalho.

RS: Ahahahah (risos)

LSB: Eu escolhi as pessoas, as secretárias, organizei aquilo tudo. Fiz os contatos com muitas delegações porque ela era a delegada permanente, mas tinha o título de embaixadora.

RS: Hum, Hum.

LSB: Digamos que tive um papel importante com algumas delegações, porque era eu que fazia a ponte quando os conselheiros estavam no terreno.

RS: Como era a relação da Delegação Portuguesa com as restantes delegações?

LSB: Muito boa! Quer dizer, com o tempo, depois de Nairobi, se tenha acentuado mais. A relação em particular os países Nórdicos e com América Latina eram muito boas e muito fortes,

e ainda também com alguns países de Leste. Com países de África eram bastante cordiais, embora não tivessem propriamente embaixadores.

RS: Compreendo. E como era a relação da Delegação portuguesa com os serviços de Estado em Portugal?

LSB: Boa. As portas foram-se abrindo todas. Tivemos sorte, porque os canais para o Ministério da Educação estavam a funcionar bastante bem. Também a saúde e também estava lá uma comissão oceanográfica, liderada pelo Mário Ruivo.

RS: Recorda-se de quais as principais áreas de atuação de Maria de Lourdes Pintasilgo?

LSB: Ela basicamente seguia o que estava em cima da mesa.

RS: Devido à sua intervenção na Conferência Geral em Nairobi no ano de 1976, Maria de Lourdes Pintasilgo foi nomeada membro do Conselho Executivo da UNESCO. Surpreendeu-o ou não essa nomeação?

LSB: Sim. Ela era uma das candidatas. Surpreendeu-me porque, o tempo em que ela entrou em funções como embaixadora e a conferência de Nairobi foi muito curto e, apesar de todos os anticorpos contra os portugueses, foi incrível ela ter conseguido ser eleita.

RS: As posições de Maria de Lourdes Pintasilgo no Conselho Executivo foram aclamadas pelos restantes países?

LSB: As suas posições eram quase sempre aclamadas. Quando tinha uma afirmação imprudente e excessiva conseguia dar a volta com uma elegância e uma perícia tal que ainda conseguia, no final, uma ovação da assistência.

RS: Falou-se, inclusive, da possibilidade de Maria de Lourdes Pintasilgo vir a ser Diretora Geral da UNESCO. Qual a atitude portuguesa perante essa possibilidade?

LSB: Um desastre! Não teve qualquer apoio formal. Várias delegações de outros países fizeram, inclusive, contatos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Toda a gente sabia que ela tinha o apoio bastante forte de todos países Nórdicos, de muitos países da América Latina, de muitos países africanos e vários países europeus. Ela se fosse candidata era de certeza eleita por uma maioria confortável! O perfil da Maria de Lourdes Pintasilgo, multidisciplinar, tinha ajudado muito a UNESCO.

RS: O contributo de Maria de Lourdes Pintasilgo permitiu ou não a afirmação da posição portuguesa a nível internacional no período democrático?

LSB: Sim certamente. Para muitos países mostrou um Portugal capaz de discutir ideias.

RS: Como avalia o papel desempenhado por Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto embaixadora?

LSB: Fora de série, imbatível. Ela juntava a formação cultural com uma vasta experiência nas relações internacionais.

RS: Doutor Sousa Lobo, para finalizar, como avalia a polémica da exoneração de Maria de Lourdes Pintasilgo ao cargo de Delegada Permanente na UNESCO em 1979?

LSB: Nós estávamos numa democracia, mas a Maria de Lourdes Pintasilgo não podia ir ao estrangeiro, confiscaram-no o passaporte e não lhe deixaram ir para funções num cargo em que tinha sido eleita por um organismo internacional. O Professor Freitas do Amaral foi o veículo, mas desconfio que a teimosia vinha da parte do Sá Carneiro. Foi uma situação do Governo Sá Carneiro de “cortar à faca”!

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Portaria n.º 402/75
de 30 de Junho

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, nos termos do § 2 do artigo 4.º do Estatuto de Normalização Portuguesa (Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, modificado pelo Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968), com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/75, de 8 de Março, aprovar como normas definitivas os estudos E-1573 a E-1577 e E-1579 a E-1581, com as alterações propostas nos respectivos pareceres do Conselho de Normalização e com os números e títulos seguintes:

- NP-1094 — Parafusos de cabeça cilíndrica com fenda. Série métrica.
- NP-1095 — Parafusos de cabeça de menisco com fenda. Série métrica.
- NP-1096 — Parafusos de cabeça de lentilha com fenda. Série métrica.
- NP-1097 — Parafusos de cabeça de embeber com fenda. Série métrica.
- NP-1098 — Ferramentas de manobra de parafusos e porcas. Chaves de boca dupla, chaves de luneta dupla e chaves de boca e luneta. Dimensões máximas principais das cabeças.
- NP-1100 — Ferramentas de manobra de parafusos e porcas. Chaves de boca dupla e chaves de luneta dupla. Dimensões das aberturas.
- NP-1101 — Ferramentas de manobra de parafusos e porcas. Chaves e pontas de chave. Tolerâncias das aberturas.
- NP-1102 — Folhas abrasivas (lixas) e discos abrasivos. Dimensões.

Ministério da Indústria e Tecnologia, 10 de Junho de 1975. — O Ministro da Indústria e Tecnologia, *João Cardona Gomes Cravinho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Serviços Centrais

Decreto-Lei n.º 329/75
de 30 de Junho

1. Tendo em vista o desejo de intensificar e melhorar as relações de Portugal com os outros países;
2. Atendendo aos objectivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO) de contribuir para a manutenção da paz e da segurança, mediante o incremento, através da educação, da ciência e da cultura, da colaboração entre as nações;

3. Considerando que o Governo português procedeu ao depósito, junto do Governo Britânico, em 30 de Agosto de 1974, do instrumento de adesão de Portugal à Organização, adesão que se tornou efectiva em 11 de Setembro de 1974.

Usando da faculdade conferida pelo artigo 16.º, n.º 1, 3.º, da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada em Paris uma missão permanente, dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que caberá a representação de Portugal junto da UNESCO.

Art. 2.º A missão permanente terá a competência que lhe for fixada por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ouvido o Ministro da Educação e Cultura, e ser-lhe-ão aplicáveis as disposições relativas ao funcionamento das missões diplomáticas no estrangeiro e, nomeadamente, o preceituado nos artigos 4.º a 7.º do Decreto-Lei n.º 38 728, de 24 de Abril de 1952, com a redacção dada ao corpo do artigo 4.º pelo Decreto-Lei n.º 39 504, de 31 de Dezembro de 1953.

Art. 3.º A missão permanente terá a composição que for determinada em portaria pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação e Cultura e das Finanças e a sua chefia, a cargo de um representante permanente, será confiada a uma das entidades mencionadas no § 1.º do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966.

Art. 4.º Enquanto não forem inscritas no orçamento as dotações necessárias para pagamento dos encargos derivados do presente decreto-lei, serão eles satisfeitos por força das disponibilidades existentes nas dotações de vencimentos e representação certa e permanente do pessoal dos quadros aprovados por lei e das disponibilidades das verbas de natureza correspondente, inscritas no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para pagamento das despesas dos «Serviços externos do Ministério — Missões diplomáticas e consulados».

Art. 5.º É revogado o Decreto-Lei n.º 44 017, de 8 de Novembro de 1961.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Vasco dos Santos Gonçalves — Mário Luis da Silva Murteira — José Joaquim Fragoso — Ernesto Augusto de Melo Antunes — José Emídio da Silva*.

Promulgado em 23 de Junho de 1975.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Quarta-feira 2 de Julho de 1975

I Série — Número 150



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS

At três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$
Apêndices — anual		600\$		
Preço avulso — por página		350		
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio				

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trata de entidade particular.

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros:

Declaração:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 361/75, de 11 de Junho.

Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Cultura:

Portaria n.º 411-A/75:

Estabelece a composição da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO.

Ex-Ministério da Economia:

Declaração:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério.

cho do Ministro, ou por proposta da própria Inspeção-Geral ou dos Serviços...

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 25 de Junho de 1975. — O Secretário-Geral, *Manuel Roque*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 411-A/75 de 2 de Julho

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Cultura, nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 329/75, de 30 de Junho, que a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO tenha a composição seguinte:

- 1) Chefe da Missão — o representante permanente;
- 2) Membros da Missão — um funcionário do serviço diplomático de categoria igual ou inferior a conselheiro de embaixada e um consultor cultural e/ou científico;
- 3) Pessoal assalariado — um secretário, dois escriptorários-dactilógrafos, um motorista e um contínuo.

Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Cultura, 30 de Junho de 1975. — O Ministro das Finanças, *José Joaquim Fragoso*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Ernesto Augusto de Melo Antunes*. — O Ministro da Educação e Cultura, *José Emílio da Silva*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

Segundo comunicação do Ministério do Trabalho, a Portaria n.º 361/75, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 133, de 11 de Junho, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 1 do artigo 2.º, onde se lê: «A actuação da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho só será exercida mediante despacho do Ministro ou por iniciativa da própria Inspeção-Geral ou sob proposta dos serviços...», deve ler-se: «A actuação da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho só será exercida mediante despa-

ANEXO IV: Termo de posse de Maria de Lourdes Pintasilgo como Embaixadora de Portugal na UNESCO, AHD, MNE, CLT, M. 414

Modelo n.º 1

Ministério DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

(a) Direcção Geral dos Serviços Centrais

(b) Repartição do Pessoal

TERMO DE POSSE

Ano 1975

N.º -59-

Nome MARIA DE LOURDES RUIVO DA SILVA MATOS PINTASILGO

Engenheira

Bilhete de identidade n.º 4500593 Arquivo de Identificação Lisboa Data 2 / 5 1974

Cargo ou lugar Embaixador dos Serviços Externos para desempenhar o cargo de Representante Permanente de Portugal na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (U.N.E.S.C.O.)

Vaga que preenche lugar criado pelo Decreto-Lei 329/75, de 30 de Junho e que ainda não fora provido.

Forma de provimento (1) decreto

Data do despacho e entidade que o subscreveu 24 / 6 1975, Major Ernesto Augusto Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Disposições legais que autorizam o provimento §§ 1.º, 2.º e 3.º do Arts. 33.º do Decreto-Lei nº. 47 331, de 23 de Novembro de 1966, com a nova redacção dada pelo Arts. 1.º do Dec. Lei nº. 640/74, de 20 de Novembro, do disposto no Arts. 4.º do Dec. Lei 329/75, de 30 de Junho e na Portaria nº. 411-A/75, de 2 de Julho.

Data do visto do Tribunal de Contas - / - / - Não carece de Visto.

Publicação no «Diário do Governo», n.º 175, em 31 / 7 1975

Local da posse Ministério dos Negócios Estrangeiros

Nome e categoria do empossante Dr. TOMAZ de Melo Breyner Andresen, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

O empossado prestou juramento nos termos da lei.

Observações e averbamentos (4) _____

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de Agosto de 1975.

Car. E. Antunes
Lourdes Pintasilgo
Dr. Tomaz de Melo Breyner Andresen

ANEXO V: AHD, MNE, CLT, M. 434, Apontamento de Maria de Lourdes Pintasilgo, 22 novembro de 1976

MINISTÉRIO
DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SECÇÃO DA CÍFRA

N.º geral 20519

N.º 23

AEROGRAMA | RECEBIDO
TELEGRAMA |

de 1976 Conf.º UNESCO de Portugal em NAIROBI

Conf. / Dect.
ces ME

Serviço a que foi atribuído
C I T
c/
P O I

~~Cifra~~ Ostensivo

Expedido em de de 1976, às telex
Recebido em 22 de Novembro de 1976, às 16,30
Acabado de decifrar de de 1976, às .

RELACIONES CULTURAIS. POL. INTERNACIONAIS

23 DE 22-11 - DECORRERAM SABADO 20 ELEICCOOES NOVOS MEMBROS
CONSELHO EXECUTIVO. CANDIDATA PORTUGUESA OBTEVE MAIOR NUMERO
VOTOS ENTRE QUADRO A ELEGER GRUPO EUROPEU OCIDENTAL (PORTUGAL -
122, ITALIA - 120, SUISSA - 117, RFA - 114) E SEGUNDO LUGAR
TOTAL 25 MEMBROS.

MLPINTASILGO.

Cópia em à Repartição em 1976

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

APONTAMENTO

Para o processo de viza do
Diretor-geral da UNESCO a Portugal
18-VIII-77

VISITA A PORTUGAL DE SUA EXCELENCIA O DIRECTOR-
-GERAL DA UNESCO SR. AMADOU MAHTAR M'BOW

- DIA 7 (Domingo)

14.20 - Chegada Sr. M'Bow

Passeio pelo Bairro de Alfama ao cair da tarde.

21.00 - Jantar informal no restaurante "Faz Figura".

- DIA 8 (Segunda-feira)

11.00 - Cumprimentos e sessão de trabalho com SEXA o Se
cretário de Estado da Investigação Científica.

13.00 - Almoço com SEXA o Secretário de Estado da Investi
gação Científica.

14.30 - Visita ao Museu de Etnologia.

16.00 - Visita de cumprimentos a SEXA o Primeiro Ministro.

17.00 - Visita de cumprimentos a SEXA o Presidente da Re-
pública

:::/:::

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

APONTAMENTO

2.

- DIA 9 (Terça-feira)

11.00 - Visita a SEIA e Secretário de Estado da Emigração.

11.30 - Visita à Fundação Gulbenkian.

13.30 - Almoço na "Tagide" oferecido por SEIA e Secretário de Estado da Emigração.

DE TARDE - Passeio de automóvel a Alcobaça, Óbidos e Nazaré.

- Jantar privado oferecido por SEIA e Primeiro Ministro.

Dia 10 - h. M' Bow parte de automóvel para Espanha.

LISBOA, 5 de Agosto de 1977.

ANEXO VII: AMLP, FCF, P. 0187.029, Aerograma circular de Diogo Freitas do Amaral para todas as embaixadas e missões portuguesas, 2 de maio de 1980

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 SECÇÃO DA CIFRA

N.º geral *Holaxi, Lyruite* N.º *CA-7*

AEROGRAMA EXPEDIDO

~~EXEMPLO DE AEROGAMA~~

CLT/OT Circular Para Todas Embaixadas Portuguesas e Missões: ONU, DELNATO, CONSELHO DA EUROPA, PERMANENTE EM GENEBRA, UNESCO, EFTA e GATT, CEE

~~Ofício~~ - Ostensoivo - em 2 de Maio de 1980.

Entidade que assina o original. *2*

Borja de Freitas *Mes*

Entregue à Cifra às *16.30*

Acabado de cifrar às

Entregue ao telegrafo às

Enviado por telex *de Lurdes Pintasilgo*

4 *Caso Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo* *4*

Tem chegado ao conhecimento do Governo que o chamado "caso Maria de Lurdes Pintasilgo" está a ser objecto de especulações infundadas em alguns meios diplomáticos europeus e junto de vários governos amigos. A fim de habilitar as nossas missões com os elementos necessários para o cabal esclarecimento do caso referido, enviar-se as informações seguintes:

a) A Sr.ª Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo exerceu funções de embaixador de Portugal na UNESCO entre 1976 e 1979, tendo suspenso o exercício dessa missão para ocupar o cargo de Primeiro Ministro de Portugal no segundo semestre de 1979. Quando cessou as funções de Primeiro-Ministro, o novo Governo informou-a de que ia propor a sua exoneração por considerar não haver entre ela e o Governo uma relação de suficiente confiança política. Foi-lhe entretanto determinada que devia continuar em Lisboa, não devendo reassumir funções na UNESCO.

b) A Sr.ª Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo não é diplomata de carreira, mas embaixador político. Como tal, não tem qualquer direito ao cargo ou à carreira: encontra-se em situação juridicamente precária, podendo ser exoneração a todo o tempo, nos mesmos termos que os demais agentes da confiança política do Governo. Qualquer Governo tem o direito de substituir essas pessoas: membros de gabinetes ministeriais, directores-gerais, governadores civis, embaixadores políticos, presidentes de empresas públicas, etc., etc.

c) A razão pela qual se tem admitido a nomeação de "embaixadores políticos" fora da carreira diplomática consiste em que, em certos postos e em determinados momentos, é necessário ter como embaixadores pessoas que, para além da lealdade e colaboração devidas

Cópia em a Repartição competente

Escritório de documentação e de publicação
 FUNDAÇÃO
 CUIDAR
 O FUTURO

ao Governo por qualquer diplomata de carreira, ofereçam em maior grau uma grande identificação política com o Governo do momento. Não faz sentido, portanto, que se pretenda exigir do actual Governo português que mantenha nos seus postos embaixadores políticos que não só não estão identificados com o pensamento e com a política do Governo, mas inclusivamente são adversários políticos do Governo e dessa política.

d) E esse o caso, entre outros, da Sr^a. Eng^a. Maria de Lurdes Pintasilgo, que não é politicamente neutra e muito menos se identifica com a política do Governo: situa-se na área da oposição activa ao Governo. O que é legítimo, mas não permite mantê-la como embaixador político.

e) Não carece de demonstração que é esta a posição política e ideológica da Sr^a. Eng^a. Maria de Lurdes Pintasilgo. Acrescentar-se-á apenas, para informação, que no dia 3 de Janeiro de 1980 a referida Senhora deu uma entrevista ao "Diário de Notícias" em que, por um lado, considerou contrária ao Acto Final de Helsínquia a decisão tomada pela NATO quanto à instalação de mísseis nucleares na Europa e, em geral, toda a acção "armamentista". Por outro lado, e na mesma entrevista, logo a seguir, considerou que a acção soviética no Afeganistão não violou o Acto Final de Helsínquia, porque o Embaixador soviético em Lisboa lhe "garantiu que a URSS retirará as tropas que, eventualmente, tenha no Afeganistão".

O Governo Português, como governo democrático dum país democrático, reconhece à Sr^a. Eng^a. Maria de Lurdes Pintasilgo o direito de defender livremente estas e outras opiniões. Mas recusa categoricamente manter em funções como embaixador de Portugal quem critica a NATO e absolve a invasão soviética do Afeganistão.

..../-

a Repartição competente.

Cópia em



f) A Sr^a. Eng^a. Maria de Lurdes Pintasilgo não foi nem será perseguida, presa ou objecto de quaisquer sanções. Tem desenvolvido actividade política pública como oposicionista e poderá sempre continuar a fazê-lo. Poderá candidatar-se a todos os cargos electivos que desejar e fazer as declarações públicas que entender. A única coisa que não poderá fazer é voltar a exercer as funções de embaixador de Portugal sob a autoridade do actual Governo.

g) Ultimamente, o "caso Pintasilgo" foi apresentado doutra maneira, argumentando-se que a Sr^a. Eng^a. devia ter sido autorizada a tomar parte numa reunião recente do Conselho Executivo da UNESCO, de que seria membro a título pessoal e não como representante de Portugal na organização. Esta argumentação é improcedente. Com efeito, todos os membros do Conselho Executivo são, nos termos dos Estatutos da UNESCO (art^o. 5^o., A, 1), eleitos de entre os delegados nomeados pelos Estados Membros e cada um representa o Governo do Estado de que é nacional. O embaixador de Portugal na UNESCO só é, pois, membro do Conselho Executivo enquanto for mantido na missão junto da UNESCO e nesta qualidade. cessando ela cessar, também a pertença ao Conselho Executivo; suspensa a primeira, interrompe-se também a segunda. O artigo 5^o., A, 4, c), prevê mesmo expressamente a hipótese de sobrevirem "circunstâncias excepcionais que, na opinião do Estado representado, tornem indispensável a substituição do seu representante, mesmo que este não peça a sua demissão." Nada de anormal, portanto, face ao próprio Estatuto da UNESCO.

h) Os chefes da missão procederão ao esclarecimento deste caso junto dos governos ou organizações onde estão acreditados da seguinte forma: se o "caso Pintasilgo" já lhes tiver sido aludido, tomarão a iniciativa de apresentar estes esclarecimentos; se não, apresentarão apenas quando lhes tocarem nele ou quando tiverem razões par

..../-




Cópia em... a Repartição competente

Cópia em...

crer que esses governos ou organizações foram sensibilizados para o ponto de vista contrário.

a) MINISTRO

Fundação Cuidar o Futuro

Cópia em  à Reparação Competente



ANEXO VIII: Decreto 55/81, de 11 de junho de 1981, consultado em Diário da República n.º 133/1981, Série I de 1981-06-11.

1328

I SÉRIE — N.º 133 — 11-6-1981

Ministérios das Finanças e do Plano e dos Transportes e Comunicações:

Decreto-Lei n.º 159/81:

Prorroga os prazos fixados nas alíneas a) e b) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 508/77, de 14 de Dezembro, na redacção dada pelo n.º 1 do artigo único do Decreto-Lei n.º 40/81, de 7 de Março (Administração do Porto de Sines).

Ministério da Educação e Ciência:

Decreto-Lei n.º 160/81:

Dá nova redacção no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de Outubro (gestão das escolas).

Ministérios da Habitação e Obras Públicas e da Reforma Administrativa:

Portaria n.º 480/81:

Alarga a área de recrutamento para o desempenho das funções de chefe de divisão de colheita de dados do Gabinete de Planeamento, Controlo e Coordenação e de directores distritais de equipamento, da Direcção-Geral de Equipamento Regional e Urbano, aos técnicos superiores de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral de Equipamento Regional e Urbano.

Ministério da Qualidade de Vida:

Decreto-Lei n.º 161/81:

Estabelece um prazo de sessenta dias para que os detentores de aparelhos de televisão não registados possam proceder ao seu registo sem pagamento de multas, sobretaxas ou adicionais.

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Assinado em 26 de Maio de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira*.

Decreto n.º 57/81

de 11 de Junho

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea a) do artigo 138.º da Constituição, o seguinte:
É nomeado, sob proposta do Governo, o embaixador dos serviços externos Rui Eduardo Barbosa de Medina representante permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assinado em 25 de Maio de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira*.

Decreto n.º 58/81

de 11 de Junho

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea a) do artigo 138.º da Constituição, o seguinte:
É exonerado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe José Luís da Silveira e Charters Coelho Trigueiros de Aragão do cargo de embaixador de Portugal em Estocolmo.

Assinado em 22 de Maio de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira*.

Decreto n.º 59/81

de 11 de Junho

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea a) do artigo 138.º da Constituição, o seguinte:
É nomeado, sob proposta do Governo, o conselheiro de embaixada Luís Augusto Martins embaixador de Portugal em Salisbúria.

Assinado em 22 de Maio de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira*.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Decreto n.º 55/81

de 11 de Junho

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea a) do artigo 138.º da Constituição, o seguinte:
É exonerada, a seu pedido e sob proposta do Governo, do cargo de representante permanente de Portugal na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a embaixatriz Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo.

Assinado em 26 de Maio de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *André Roberto Delaunay Gonçalves Pereira*.

Decreto n.º 56/81

de 11 de Junho

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea a) do artigo 138.º da Constituição, o seguinte:
É nomeado, sob proposta do Governo, o embaixador Francisco António Borges Grainha do Vale representante permanente de Portugal na Organização das